



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO

CLAUDIA BRANDÃO VIEIRA LIMA

**PARALELA EM MOVIMENTO: um estudo sobre a
apropriação do espaço público do canteiro central da
Avenida Luís Viana**

Salvador-BA
2007

CLAUDIA BRANDÃO VIEIRA LIMA

**PARALELA EM MOVIMENTO: um estudo sobre a
apropriação do espaço público do canteiro central da
Avenida Luís Viana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Profa. Dra. CREUZA SANTOS LAGE

Salvador-BA
2007

L732 Lima, Claudia Brandão Vieira,
Paralela em movimento: um estudo sobre a apropriação do espaço público
do canteiro central da Avenida Luís Viana / Claudia Brandão Vieira Lima. - 2007.
121 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Creuza Santos Lage.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Geociências, 2007.

1. Geografia urbana – Salvador(BA) 2. Planejamento urbano – Salvador(BA)
3. Espaços públicos – Salvador (BA) I. Lage, Creuza Santos, II. Universidade
Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU 911.9:711.4(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

**PARALELA EM MOVIMENTO: um estudo sobre a
apropriação do espaço público do canteiro central da
Avenida Luís Viana**

CLAUDIA BRANDÃO VIEIRA LIMA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Creuza Santos Lage - Orientadora
Pós-Doutorado em Geografia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Rubens Toledo Junior.
Doutor em Geografia
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dra. Maria Aruane Santos Garzedin
Doutora em Artes Plásticas
Universidade de Barcelona (UB)

Dissertação defendida e aprovada: ____/____/____

*Liberdade.
Palavra que o sonho humano alimenta
Não há ninguém que explique
Não há ninguém que não entenda
(Cecília Meireles)*

Dedico este trabalho aos meus pais, Almir e Adelaide
e meus irmãos, Almir Filho e Carol, sempre presentes...

AGRADECIMENTOS

Na realização desta jornada de trabalho muitas pessoas foram direta e indiretamente mobilizadas. Algumas delas foram particularmente importantes como a orientadora Prof^a Dr^a Creuza Santos Lage;

O Prof. Dr. Ângelo Serpa, coordenador do Mestrado em Geografia da Ufba, foi para mim um importante apoio, pois tive como referência seu trabalho junto ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo ministrando a disciplina Espaço Público na Cidade Contemporânea;

Os companheiros e amigos, aí incluídos os mestres, colegas e funcionários deste Mestrado;

Os usuários do canteiro central da Avenida Paralela, que compartilharam experiências, foram observantes e observados, passivos e ativos, presentes e solidários, ao se tornarem visíveis.

Lima, Claudia Brandão Vieira. Paralela em Movimento: um estudo sobre a apropriação do espaço público do canteiro central da Avenida Luís Viana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFBA: Salvador, 2007.

RESUMO

O presente trabalho aborda o estudo de caso de um espaço público de resistência dentro da atual política urbana estabelecida na cidade de Salvador, que colhe os frutos de um processo de planejamento urbano incompleto alicerçado nos preceitos modernos. Assim, esta multitudine tem na apropriação social de áreas urbanas, muitas vezes impensadas para fins recreacionais, uma busca de seus habitantes pelo atendimento de suas necessidades enquanto seres sociais: o canteiro central da Avenida Luís Viana se configura, desta forma, como um espaço público de resistência. Hoje, a avenida, chamada pela população de Paralela, a mais monumental das avenidas de Salvador, pelas suas dimensões e pelo seu valor estratégico dentro do sistema viário da cidade, pois se constitui em um eixo de articulação entre elementos estruturantes do espaço urbano, apresenta uma dinâmica complexa a qual foi analisada à luz do multifacetado intelectual Edgar Morin. Fenômenos sociais como apropriação, criação e liberdade são refletidos a partir do estudo do espaço vivido: o canteiro central da Avenida Paralela. A pesquisa se desenvolveu através de investigação documental e bibliográfica e do trabalho de campo dividido em duas etapas: observação, sondagem e registro fotográfico e aplicação de questionários. Como resultado foi constada a deficiência do Planejamento Urbano estabelecido desde as primeiras décadas do século XX, que se deu através da incapacidade dos poderes públicos de acompanhar as mudanças decorrentes de uma época de grande crescimento, além da compreensão de que a necessidade das pessoas e modo como os espaços públicos podem satisfazer essas necessidades muitas vezes antecedem a noção de direito e de espaço, acarretando numa refuncionalização do canteiro central da Avenida Luís Viana.

Palavras-chave: Espaço Público, Planejamento Urbano - Salvador, Espaço vivido.

Lima, Claudia Brandão Vieira. "Paralela in Motion: A study of the appropriation of public space on the median strip of Luís Viana Avenue." Thesis (MA in Geography) – UFBA: Salvador, 2007.

ABSTRACT

This thesis is a case study of a public space for resistance within the context of the current urban planning policy for the city of Salvador da Bahia, which is reaping the results of an incompletely implemented urban planning policy based on modern concepts. As a result, this multi-city's residents find ways of meeting their own needs as social beings through the social appropriation of urban areas, many of which were not intended for recreational use. In this case, the median strip of Luis Viana Avenue has become a public space for resistance. In this study, the complex dynamics of this divided highway popularly known as Paralela, Salvador's main monumental artery due to its size and strategic value in the urban road system, have been analyzed in light of the work of the multifaceted intellectual Edgar Morin. This thesis reflects on social phenomena such as appropriation, creation and freedom on the basis of a study of lived space: the median strip of Paralela Avenue. The research was conducted by studying documents and the related literature, as well as by doing fieldwork divided into two stages: observation, soundings and photographic records, and the application of questionnaires. The main conclusions are: 1) urban planning was deficient in the early decades of the 20th century due to the government's inability to keep pace with the changes resulting from a period of major growth, and 2) the public's needs and the ways that public spaces can meet those needs can often supersede the concept of property rights and space, which has led to the refunctionalization of the median strip of Paralela Avenue.

Keywords: *Public space, Urban planning - Salvador, Lived space.*

LISTA DE FIGURAS

FIG 01	Espaço da Disjunção / Espaço da Conexão	19
FIG 02	Espaço de Conexão.....	20
FIG 03	Calçadão da praia de Pajuçara, Maceió.....	33
FIG 04	Condomínio Portal do Morumbi, São Paulo.....	36
FIG 05	Conjunto do município de Carapicuíba, São Paulo.....	38
FIG 06	Localização da Área de Estudo.....	42
FIG 07	Centros de comércio e serviços em Salvador.....	44
FIG 08	Evolução da ocupação urbana, Salvador.....	45
FIG 09	Visão de MLF, Avenidas de vale.....	46
FIG 10	Construção da Avenida Paralela.....	48
FIG 11	Foto aérea da Avenida Paralela.....	49
FIG 12	Foto aérea da Avenida Paralela.....	50
FIG 13	Conjunto Flamboyants.....	51
FIG 14	Ocupação urbana entre a Av. São Rafael e o CAB.....	52
FIG 15	Alça do viaduto Dona Cano.....	54
FIG 16	Concessionária de veículos Citroen.....	55
FIG 17	Shopping Alpha Mall.....	55
FIG 18	Foto Aérea da Avenida Paralela.....	56
FIG 19	Delimitação geográfica do entorno da Av. Paralela.....	58
FIG 20	Área arborizadas de Salvador.....	59
FIG 21	Terreno à margem da Av. Paralela.....	60
FIG 22	Mapa temático: densidade habitacional.....	61
FIG 23	Mapa temático: Renda	62
FIG 24	Alto da Ventosa.....	63
FIG 25	Ocupação em torno do CAB.....	64
FIG 26	CAB: baixa densidade.....	64
FIG 27	Prédios do bairro do Imbuí.....	65
FIG 28	Mapa temático: escolaridade.....	66
FIG 29	Mapa temático: faixa etária.....	68
FIG 30	Mapa temático: infra-estrutura.....	69
FIG 31	Foto aérea da Av. Paralela.....	70
FIG 32	Campo de futebol, Alto da Ventosa.....	71
FIG 33	Parque infantil: Alto da Ventosa.....	72
FIG 34	Via marginal à Av. Jorge Amado, Imbuí.....	73
FIG 35	Imbuí, barracas e barzinhos.....	73
FIG 36	Área de lazer em Saboeiro.....	74
FIG 37	Ocupação residencial entre o CAB e Av. São Rafael.....	75
FIG 38	Praça no Bairro da Paz.....	76
FIG 39	Praça infantil, Bairro da Paz.....	77
FIG 40	Praça em Mussurunga.....	77
FIG 41	Imbuí Plaza.....	79
FIG 42	Conjunto Amazonas.....	79
FIG 43	Canteiro central.....	80
FIG 44	Mapa de localização das áreas do canteiro central.....	83
FIG 45	Gráfico: % de usuários por área de estudo.....	85
FIG 46	Área 1, canteiro central.....	85
FIG 47	Lago em frente ao bairro do imbuí.....	86

FIG 48	Monumento ao Dep. Luís Eduardo Magalhães.....	87
FIG 49	Infra-estrutura no canteiro central.....	87
FIG 50	Área 2, canteiro central.....	88
FIG 51	Canteiro central, area 2.....	88
FIG 52	Área 3, canteiro central.....	89
FIG 53	Foto aérea do canteiro central.....	89
FIG 54	Árvores frutíferas, area 3.....	90
FIG 55	Area 4, canteiro central.....	90
FIG 56	Espaço arborizado, area 4.....	91
FIG 57	Pesca no afluente do rio Jaguaribe.....	91
FIG 58	Gráfico: % de usuários por faixa etária.....	93
FIG 59	Praticantes de nautimodelismo.....	94
FIG 60	Gráfico: % de usuários por sexo.....	94
FIG 61	Gráfico: % de usuários por escolaridade.....	95
FIG 62	Gráfico: % de usuários por frequência de uso.....	96
FIG 63	Gráfico: satisfação com as condições do canteiro central.....	98
FIG 64	Gráfico: existência de espaço público no bairro de origem.....	99
FIG 65	Gráfico: utilização de espaço público do bairro de origem.....	99
FIG 66	Gráfico: satisfação com o espaço público do bairro de origem.....	100
FIG 67	Gráfico: % de usuários por local de origem.....	100
FIG 68	Gráfico: % de usuários por origem no entorno da Paralela.....	101
FIG 69	Área 1, treino de futebol.....	102
FIG 70	Área 1, atividades no lago.....	103
FIG 71	Condomínio Paralela <i>Park</i>	104
FIG 72	Domingo no gramado, <i>pic-nic</i>	105
FIG 73	Namoro à sombra.....	105
FIG 74	Sob os pés de jamelão.....	106
FIG 75	Fumando maconha e colhendo jamelão.....	106
FIG 76	Futebol no gramado.....	107
FIG 77	Área 1, prática de nautimodelismo.....	109

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	ATIVIDADES REALIZADAS NO CANTEIRO CENTRAL DA AV. PARALELA.....	92
QUADRO 02	NUMERO DE USUSÁRIOS POR BAIRRO DE ORIGEM FORA DO ENTORNO DA AV. PARALELA.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CIA – Centro Industrial de Aratu

COHAB – Companhia de Habitação

CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

DINURB – Distrito Industrial Urbano de Salvador

EMBASA – Empresa Baiana de Saneamento

EPUCS – Escritório do plano de Urbanismo da Cidade de Salvador

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo

ONU – Organização das Nações Unidas

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PLANDURB – Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SET – Superintendência de Engenharia de Tráfego

SUCAB – Superintendência Urbana do Centro Administrativo da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	15
1.1- REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	18
1.2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
1.3- ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
2- PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL	27
2.1- CONSIDERAÇÕES GERAIS	27
2.2- ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE PLANEJADA: mudanças de uso e de configuração.....	30
2.2.1- Sistemas de espaços livres públicos no processo de planejamento urbano	32
2.3- AS ATIVIDADES DE LAZER E CONVÍVIO NOS ÁREAS COMUNS DOS ESPAÇOS PRIVADOS	35
3- PARALELA EM MOVIMENTO: a Avenida Luís Viana e seu entorno	41
3.1- EVOLUÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR: meio século de processo de modernização.....	41
3.1.1- A Avenida Luís Viana: vetor de crescimento de Salvador	45
3.1.2- A Paralela hoje	53
3.2- ANÁLISE SOBRE A OCUPAÇÃO DO ENTORNO DA AVENIDA PARALELA: um enfoque no espaço público	57
4- O CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA PARALELA	80
4.1 – RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	81
4.1.1- Metodologia da coleta de dados	81
4.1.2- Análise dos resultados	84
5- CONCLUSÃO	112
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho, *PARALELA EM MOVIMENTO*: um estudo sobre a apropriação do espaço público do canteiro central da Avenida Luís Viana, é fruto de uma pesquisa realizada durante o curso de mestrado em Geografia da UFBA. O referencial motivador foi o trabalho *Paralela em perspectiva: uma proposta para o canteiro central da Avenida Luís Viana Filho*, desenvolvido entre 2000-2001, por ocasião da conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo desta mesma Universidade.

A partir da experiência vivida na primeira pesquisa, surgiram algumas inquietações que despertaram o desejo de aprofundar o olhar sobre esta área da cidade de Salvador, cuja dinâmica tem características tão peculiares e ao mesmo tempo tão parecidas com as de tantas metrópoles, focando a questão do espaço público. Assim, utilizando como objeto de análise as áreas habitacionais do entorno da Avenida e o próprio canteiro central desta, foi possível aprofundar o estudo iniciado em 2000 sob uma perspectiva geográfica, e não menos urbanística.

Em Salvador, até meados do século passado, praças, ruas, terrenos baldios serviam de palco para as brincadeiras e eram disputados pelas crianças, conferindo-lhes intensa vitalidade. A partir do crescimento abrupto da cidade, em busca da modernidade, pode-se perceber uma mudança na relação sócio-espacial: com a verticalização da cidade e do preenchimento de seus “vazios”, as atividades anteriormente desenvolvidas em praças e ruas passaram a ser desenvolvidas em espaços privados dos condomínios, casas e edifícios, quando se popularizam os *playgrounds*.

Nos anos 70, o primeiro *shopping center* foi construído e a partir da década seguinte muitos outros surgiram. A idéia de *lazer* passa a ser cada vez mais privada e não pública: desloca-se o espaço de conagraçamento e de contato para o espaço do consumo. Lá fora os espaços degradados aumentam e poucos são os focos de resistência.

Por conta da relação crescente do lazer com o investimento financeiro, os espaços de resistência passam a acontecer com maior frequência nas áreas com grandes densidades habitacionais, ocupadas pelos extratos sociais de renda baixa, cujas áreas de lazer e áreas verdes são praticamente inexistentes.

Dessa faceta do processo de exclusão social de uma cidade tão desigual quanto Salvador surge a apropriação de áreas urbanas muitas vezes impensadas para fins recreacionais, como é o caso dos canteiros centrais das “avenidas de vale”.

A partir desse breve comentário sobre a transformação da relação das atividades recreacionais e de convívio social com o espaço público e a criação de espaços de resistência pode-se dizer que as necessidades das pessoas e o modo como os espaços públicos podem satisfazer estas necessidades, muitas vezes antecede a noção de direito e espaço, levando a conclusão de que estes elementos urbanos constituem valores culturais a partir do momento que são fruto de um processo de humanização que transforma o espaço em lugar.

Desta forma, é possível dizer que este trabalho tem como objeto de estudo a utilização do canteiro central das “avenidas de vale” pela população, atualmente na cidade de Salvador, tendo como estudo de caso, a Avenida Luís Viana, chamada pela população de Paralela.

Esta via, reconhecidamente, a mais monumental das avenidas de Salvador, pelas suas dimensões e pelo seu valor estratégico dentro do sistema viário da cidade, pois se constitui em um eixo de articulação entre elementos estruturantes do espaço urbano, como o centro administrativo estadual, o centro de negócios e serviços, o aeroporto, a rodoviária e áreas habitacionais de grande densidade demográfica, além de ser uma importante ligação com a Região Metropolitana.

A escolha desse tema se deve, em princípio, a quatro motivos. Primeiramente a necessidade de aprofundar o estudo sobre a utilização dos canteiros centrais das “avenidas de vale” de Salvador, como espaços públicos e espaços do cidadão;

Como segundo ponto, vem esta indagação: considerando-se o contexto social, histórico e geográfico, e o entendimento que o lugar não é porção de um espaço qualquer e sim “um sítio determinado por alguma coisa que precede o espaço e o instaura” (SOUZA, 2000:17), será que o “vazio” da paisagem desta Avenida não representa as tensões latentes da multicidade que é Salvador?;

O terceiro motivo é consequência das seguintes questões: historicamente a Paralela representa um marco, pois juntamente com outras obras que ocorreram entre as décadas de 60 e 70, a sua construção consolidou a descentralização da cidade, assim, será que a função de articulação não está dialeticamente conectada ao processo de exclusão social? Será que a utilização “espontânea” do seu canteiro central não advêm da necessidade de um espaço coletivo urbano ser estruturante no sentido social?

Finalmente, a relevância do estudo dos mecanismos socioambientais de transformação deste espaço, como forma de analisar o processo de apropriação de um “espaço público” que, como diz o nome, é próprio da população, ou seja, um processo de conquista ou reivindicação de algo que já é de direito da cidade.

Face a estas indagações e considerações, denotou-se uma preocupação em se estabelecer um tema de pesquisa que abarque uma análise da evolução espaço-temporal e da forma-conteúdo do espaço público em questão, numa perspectiva de se tratar as mudanças no uso, analisando as condições atuais para que se possa propor (ou não) novas formas de aproveitamento e destinação adequadas à Avenida Paralela.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar os fatores específicos extrínsecos e intrínsecos que determinam a utilização do canteiro central da Avenida Luís Viana pelas populações do seu entorno.

A hipótese básica sobre a situação problema é de que a utilização crescente desta área ocorre em razão da insuficiência de espaços públicos; da ineficácia do planejamento urbano como instrumento de resposta às necessidades básicas da

população; da necessidade do indivíduo-sociedade de traduzir seus desejos e carências através da construção simbólica da sua relação com o lugar.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A Geografia é uma ciência que ao longo do tempo passou por uma série de transformações como forma de acompanhar as mudanças do mundo. A partir de uma base metodológica e filosófica que até meados do século XX defendia um saber objetivo, lógico e formal foram sendo incorporadas gradativamente novas perspectivas de análise que defendiam um saber subjetivo e crítico.

Em 1960 começaram a ser realizados estudos voltados para a subjetividade humana, que foram impulsionados a partir de 1970, como diz Souza (2002: 3), propondo “um esforço combinado para conciliar à explicação e o entendimento, o conhecimento e a ação, o objetivo e o subjetivo, no sentido de ampliar a compreensão geográfica do espaço”.

Nesta perspectiva, surgem a Geografia Humanística, a Geografia Cultural e a Fenomenologia, com a tomada de consciência e valorização da interação entre os indivíduos.

A categoria de análise passa a ser o lugar enquanto espaço experienciado. Tal categoria propõe um novo foco para o objeto geográfico, uma perspectiva que acentua a interpretação e compreensão social dos sujeitos no espaço. A constituição dos lugares passa a ser analisada não só pelas redes de significações materiais como pelas efetivas.

Assim, olhar o espaço sob um ângulo objetivo e generalizador é arriscar deixar de lado toda uma série de aspectos que dão sentido e espessura a ele, tais como o sentimento de pertencimento, as imagens, a dinâmica identitária, a experiência estética, etc. (GOMES, 2000: 317)

Edgar Morin, intelectual contemporâneo, expoente na construção desse processo de mudança, que não foi exclusivo da Geografia, mas sim um processo de transformação das ciências sociais como um todo, coloca:

Aqui a dificuldade não está apenas na renovação da concepção do objeto, está na viragem das perspectivas epistemológicas dos sujeitos, quer dizer, do observador científico: o que era próprio da ciência era, até agora, eliminar a imprecisão, a ambiguidade, a contradição. Ora, é preciso aceitar com certa imprecisão e uma imprecisão certa, não apenas os fenômenos, mas também os conceitos (MORIN, 1990: 53).

Para este autor, a questão apontada se refere ao paradigma do conhecimento, no qual separou-se o sujeito e o objeto, determinando os conceitos subalternos e prescrevendo uma relação lógica: a disjunção (MORIN, 1990: 25).

A única maneira de romper com este paradigma seria então partir para um paradigma disjunção/conjunção que permita distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir, que permita explicitar e explicar fenômenos como a liberdade e a criatividade. E isso só é possível através do quadro complexo, uma vez que a complexidade é o "tecido dos acontecimentos", é através dela que se dão as ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomenal (idem:53).

Assim, a partir da análise das idéias de Morin relacionadas ao pensamento complexo, foram concebidos os esquemas da Figura 01, correspondentes à conjuntura em que as áreas adjacentes à Avenida Paralela se encontram e a dinâmica na qual foram planejadas e estabelecidas.

FIGURA 01



A Figura 02 a seguir emergiu da conclusão de que o uso de uma lógica conectiva, e não disjuntiva, implica em uma visão não determinista e de uma causalidade não-linear. Ou seja, apenas através de uma relação cíclica, sem uma

hierarquia linear é possível compreender as ações cotidianas cercadas com os traços inquietantes da confusão, da ambigüidade, da incerteza e da contradição.

FIGURA 02



Além do pensamento complexo de Morin, o qual é imprescindível para uma realidade que se mostra também complexa, pode-se apresentar o pensamento de Henri Lefebvre no campo das diferenças, da relação público-privado e do espaço do cidadão.

Para tanto, considerando a base teórica deste estudo, pode-se reunir aos conceitos trabalhados por Lefebvre o pensamento de Ana Fani Carlos, o qual enriquece e complementa o arcabouço teórico, principalmente no que se refere ao espaço vivido, espaço do cotidiano.

O processo de reprodução da metrópole aponta para a constituição de um espaço que se desenvolve priorizando o valor de troca em detrimento do uso e de suas possibilidades, gerando conflitos que eclodem no plano da vida cotidiana, em que as contradições são percebidas em toda a sua magnitude, pois esse nível é aquele da reprodução da vida, que revela o fato de que o homem habita ativamente (...) São os momentos das apropriações possíveis que privilegiam o uso em detrimento da troca, nascimento comum de desejos de mudar de vida ou intensificá-la e que se colocam como possibilidades de existência dos espaços de encontro, da troca, dos jogos, do divertimento e do lazer (CARLOS, 2001:279).

No que se refere a espaço público, conceito central deste trabalho, foi considerada a contribuição de Ângelo Serpa e Silvio Macedo, os quais abordam a questão sob uma perspectiva nacional.

Serpa, em seu recente livro "O espaço público na cidade contemporânea", compreende que este seja o espaço da ação política (ou da possibilidade desta) (2007:9). O compreende ainda, como "espaço simbólico, da reprodução de diferentes idéias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos" (SERPA, 2007: 9).

Outro conceito que se faz necessário é o de espaços livres, trabalhado por Macedo (1995:16):

Podemos, de um modo preciso, definir espaços livres como todos aqueles não contidos entre paredes e tetos dos edifícios construídos pelas sociedades para sua moradia e trabalho. No contexto urbano têm-se como espaços livres todas as ruas, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas, vielas e outros mais por onde as pessoas fluem no seu dia-a-dia em direção ao trabalho, ao lazer ou à moradia ou ainda exercem atividades específicas tanto de trabalho, como lavar roupas (no quintal ou no pátio), consertar carros, etc., como de lazer (na praça, no play-ground, etc.).

Analisando os dois conceitos talvez seja possível afirmar que haja uma certa redundância, no entanto nem todo espaço livre é público e nem todo espaço público é livre. Desta forma, pretende-se discutir a apropriação de habitantes de um espaço urbano que é público a partir do momento que pertence à cidade, mas que não se pode afirmar público enquanto não analisado como espaço da ação política.

Quanto a esta questão, as contribuições de Arendt e Habermas, chamados "filósofos do espaço público" (SERPA, 2007:16) são de grande importância:

Na obra de Arendt, o espaço público aparece como lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para Habermas, o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da contravérsia democrática e do uso livre público da razão (SERPA, 2007:16).

Habermas no que chama de a "ética do discurso" trata de uma ética não apenas formal, uma ética na qual a participação igualitária na tomada de decisões não se refira apenas ao uso da palavra, mas também à participação efetiva dos indivíduos e dos grupos, e ainda, a um sentido de responsabilidade que, dentre outros aspectos, sugere uma articulação entre a palavra e ação, não podendo haver

incompatibilidade entre essas duas dimensões do espaço público. Para este filósofo “uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser considerados por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto a validade dessa norma” (Habermas, 1989: 86).

O aspecto da participação efetiva dos indivíduos e dos grupos no processo de decisão foi ressaltado por uma outra concepção da filosofia da práxis. Trata-se do conceito de "sociedade autônoma" de Castoriadis, que estabelece uma relação necessária entre espaço público e autonomia.

Primeiramente, Castoriadis atenta para o fato de que as sociedades que fabricam indivíduos servos não os submetem à coletividade, mas a uma dada instituição da sociedade.

Para este teórico, o problema da liberdade não é propriamente metafísico, mas “efetivo”, “social”, “concreto”. A liberdade é “o espaço de movimento e de atividade o mais amplo possível assegurado ao indivíduo pela instituição da sociedade”. Neste sentido, a liberdade só pode existir como dimensão e modo da instituição da sociedade, isto é, falar de liberdade fora do espaço coletivo é cair numa retórica vazia, pois a liberdade é um cuidado de si, mas é também um fazer com os outros pela participação, pelo engajamento numa atividade comum que exige a “coexistência organizada e empreendimentos coletivos nos quais as decisões são tomadas em comum e executadas por todos aqueles que participaram de sua formação” (CASTORIADIS, 1995: 16).

Compreendendo a liberdade como um direito das pessoas, é possível citar Peter Lucas, estudioso de Educação Urbana e Direitos Públicos, para o qual existem cinco direitos espaciais: acessibilidade ou liberdade de uso, liberdade de ação, reivindicação, posse e mudança. Sendo o espaço público um espaço por excelência do acontecer social, a possibilidade e concretização desses direitos resulta na sua consolidação, na sua humanização.

Tendo esses conceitos como referencial é possível vislumbrar um caminho a ser seguido, o qual deve ter como ponto de partida a análise da vida cotidiana, onde a prática sócio-espacial se desenrola dando conteúdo à vida, na medida em que a

sociedade produz o espaço apropriando-se dele. "Na apropriação se colocam as possibilidades da invenção, que institui o uso, que explora o possível ligando-o a uma prática criadora" (CARLOS, 2001: 8). Esse processo fundante na criação de espaços de resistência, transforma os espaços livres em verdadeiros espaços públicos.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As questões anteriormente colocadas estão calcadas na certeza de que para "compreender a realidade através da Geografia é preciso conseguir manejar os conceitos básicos e os instrumentos adequados para fazer a investigação e exposição de seus resultados" (CALLAI, 1999:12).

Para tanto, se faz necessário o uso de uma metodologia que privilegie o entendimento do território como substrato físico que sustenta as populações e suas edificações, não se resumindo apenas em ser sustentáculo, no sentido que ele é também a própria sociedade em movimento, pois ao mesmo tempo que é base, é agente de processo.

Nesta perspectiva, o território passa a ser fundante na explicação dos processos da sociedade. É por isto que o estudo aprofundado da Geografia tem um importante papel, pois esta ciência tem um instrumental teórico capaz de dar conta da explicação de sociedade concretizada em um espaço construído do qual resulta uma paisagem.

Assim, para alcançar os objetivos propostos e comprovar a hipótese foi primeiramente identificada e analisada a bibliografia existente a respeito do tema, a partir da qual se delimitou o arcabouço teórico que direcionou e referendou a pesquisa.

Paralelamente a exploração bibliográfica, buscando compreender o processo de formação e a dinâmica do espaço em torno da Avenida Paralela, fazer a sua delimitação geográfica e identificar os estudos feitos para a área, foi realizada uma pesquisa documental e cartográfica em órgãos públicos como: o Instituto Histórico e

Geográfico da Bahia, Fundação Gregório de Matos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER e Secretaria de Planejamento Urbano do Município - SEPLAN.

Considerando que não há uma divisão formal da Cidade de Salvador por Bairros e que esta não era a meta para a delimitação da área de estudo, foram utilizados os Setores Censitários (IBGE, 2000) como forma de traçar uma poligonal que fosse dividida em sub-áreas, das quais fosse possível obter informações referentes à população local, como: efetivo populacional, sexo, faixa etária, nível de escolaridade, renda, entre outras.

Com relação ao Canteiro Central da Avenida, como não havia dados específicos na bibliografia encontrada, com exceção do trabalho anteriormente realizado sobre a mesma área na Graduação, foi necessário realizar um trabalho de observação detalhada e participada como primeiro passo em busca de subsídios para o desenvolvimento das problemáticas apontadas.

Após este primeiro contato, que durou cerca de um mês, através de visitas em diferentes horários, ao longo dos quatorze quilômetros da via, conforme registro fotográfico e em diário de campo, foi verificado que as características e formas de utilização do Canteiro central espaço são diferenciadas ao longo da sua extensão. Fato que já era esperado, tendo em vista que a ocupação do entorno, a acessibilidade à área de estudo e a sua conformação física são variadas.

A partir desta verificação foi decidido dividir o objeto deste estudo em sub-áreas que tivessem uma uniformidade quanto as formas de apropriação. Esta medida se justifica, uma vez que, se os dados fossem coletados e trabalhados de maneira uniforme haveria uma distorção no resultado devido às especificidades de cada área.

Ao subdividir o Canteiro Central foi possível chegar mais próximo à dinâmica que rege a sua utilização, com a ressalva que cada decisão de conduta do pesquisador resulta num olhar direcionado, particular e não na realidade.

Ainda com base nessa primeira fase do trabalho de campo realizou-se a elaboração do questionário e definiu-se a forma como seria aplicado. Ele deveria ser

breve e direto, uma vez que se dirigia a pessoas que estariam desenvolvendo atividades, muitas das quais não poderiam ser interrompidas por muito tempo para a sua aplicação.

De acordo com a média de utilização da área de estudo pela população, com base na observação inicial, a aplicação dos questionários foi assim dividida: quarenta por cento na área dois e quatro e quinze e cinco por cento para as áreas um e três, respectivamente, de um total de cento e sessenta unidades.

Outro fator importante, já que o objeto de estudo é um espaço público e pretende-se estudar as relações que nele e através dele se desenvolvem, foi a aplicação de questionários em períodos diários diferenciados, bem como a época do ano (verão, primavera, outono e inverno, período letivo e de férias). Para tanto o estudo de campo foi realizado durante um ano, entre fevereiro de 2005 e 2006.

Como a Avenida Paralela e o seu entorno vem sendo cotidianamente e intensamente transformados pela sua ocupação crescente foi necessário estabelecer uma data limite para obtenção de dados, ocorrida em 28 de fevereiro deste ano.

As informações bibliográficas e documentais somadas principalmente aos resultados das pesquisas de campo viabilizaram a compreensão da dinâmica territorial com suas relações sociais possibilitando a concepção do material cartográfico e estatístico e a redação da dissertação.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está organizado em cinco capítulos: neste primeiro, a Introdução, foram abordados a justificativa, explicando a importância da pesquisa desenvolvida; o referencial teórico-conceitual, apresentando algumas considerações que balizaram o desenvolvimento desta dissertação; bem como os procedimentos metodológicos, demonstrando os caminhos percorridos.

No segundo capítulo, O Planejamento Urbano e o Espaço Público no Brasil, é realizado um estudo sobre o processo de planejamento urbano moderno e a forma

como o espaço público por ele é abordado, uma vez que é nesse momento do planejar a cidade que estão inseridos o projeto, a implantação e a consolidação da Avenida Paralela.

No capítulo seguinte, Paralela em Movimento, é realizada uma caracterização geográfica e histórica da Avenida Luís Viana e das áreas habitacionais do seu entorno, no intuito de analisar seu processo de ocupação e produção sócio-espacial, tendo como foco o espaço público. A partir de então, são demonstrados analiticamente os dados da pesquisa levantados empiricamente, usando como referência fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Posteriormente, é realizada a caracterização do Canteiro Central da Paralela, a partir da qual são analisados os dados coletados através de trabalho de campo.

O último capítulo assume um caráter mais analítico e conclusivo, no qual procura-se discutir a relação do planejamento urbano com a dotação de espaços públicos na área de estudo, a fim de refletir sobre as questões da pesquisa, ratificando algumas constatações evidenciadas e tecendo algumas considerações sobre a dinâmica sócio-espacial ali encontrada.

As pretensões aqui explicitadas são por demais desafiadoras, mas igualmente encantadoras, sendo um convite ao caminho das descobertas...

2- PLANEJAMENTO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias. (MARICATO, 2000: 122)

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir de meados do século XIX até princípios do século seguinte a elite brasileira começou a debater abertamente (entre "os iguais", evidentemente) um plano de obras urbanas a ser implantado. Esses planos se referiam especialmente a questões estéticas e sanitárias das cidades: "foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro" (VILLAÇA, 1999: 193).

Desta forma, foi iniciado o processo de modernização de grandes cidades, conseqüência das transformações políticas, econômicas e sociais que alteraram significativamente a realidade urbana no país.

Esse processo ocorreu através de um espelhamento atrasado da cultura urbanística que surgiu na Europa e América do Norte com o advento da cidade industrial e decorrentes problemas urbanos, sociais e ambientais. Assim, as tentativas das cidades tipicamente coloniais se adaptarem a uma nova realidade econômica e social eram inspiradas em modelos culturais e urbanos europeus. As grandes reformas urbanas brasileiras que ocorreram nessa época foram influenciadas, principalmente, pelas reformas de Haussmann em Paris, ocorridas em meados do século XIX.

As alterações na escala das cidades brasileiras, que começam a se transformar em metrópoles a partir do século XX, levam a uma efemeridade dos

fatos urbanos e da arquitetura, a criação de novos valores e formas de produção do espaço, a mudanças dos fluxos resultantes do incremento dos meios tecnológicos. Deste modo, sob a hegemonia da burguesia urbana, a eficiência, a ciência e a técnica começam a substituir os conceitos meramente estéticos. A cidade da produção precisa ser eficaz.

Assim, há uma procura por formas mais compatíveis com nova dinâmica tempo x espaço: a partir de meados da década de 20 as cidades começam a ser concebidas como um organismo funcional no qual o zoneamento e a normatização de índices urbanísticos dissociam os espaços urbanos em sistemas funcionais.

As décadas seguintes - durante o regime militar - constituem o período no qual a atividade do planejamento urbano mais se desenvolveu no Brasil, quando os escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram.

O planejamento era tomado como solução para o "caos urbano" e o crescimento descontrolado, sendo um conjunto de idéias que, na realidade, dissimulavam os conflitos e os reais motores desse "caos". De um lado estava dada a impossibilidade de ignorar os "problemas urbanos", de outro a impossibilidade de dedicar o orçamento público apenas às obras. Assim, quando estas ocorriam geralmente eram obras viárias, vinculadas à lógica do capital imobiliário. Quando a preocupação social surge no texto, o plano não é mais cumprido. Ele se transforma em um *plano-discurso*: o plano que esconde a direção tomada pelas obras públicas e pelos investimentos que obedecem a um plano não explícito. Relegados, os problemas urbanos ganham novas dimensões.

Foi exatamente durante a implementação do sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as cidades brasileiras mais cresceram...fora da lei. Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, atualmente, outra, de moradores de favelas, em seu interior. Parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além de casas autoconstruídas, contam apenas com transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo no meio urbano). E é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada (MARICATO, 2000: 140).

Não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação de terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois constitui um instrumento arbitrário do poder além de favorecer interesses corporativos. A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida, como é parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. Ao lado de detalhada legislação urbanística (flexibilizada pela corrupção na cidade legal) é promovido um total descaso na cidade ilegal (MARICATO, 2000:147). A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas é funcional para a manutenção do baixo custo de produção da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo, que se sustenta sobre uma estrutura fundiária arcaica (*idem*: 148).

As decorrentes discussões técnicas sobre posturas urbanísticas ignoram esse fosso existente entre lei e gestão e ignoram também que a aplicação da lei é instrumento de poder arbitrário. Sua aplicação segue a lógica da cidade restrita a alguns.

A tensão existente entre a cidade formal e a cidade ilegal é dissimulada: além dos investimentos públicos no sistema viário, a legislação urbanística se aplica à cidade "oficial". Os serviços de manutenção das áreas públicas, da pavimentação, da iluminação e do paisagismo aí são eficazes. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da "cidade" é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária.

2.2 O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE PLANEJADA: mudanças de uso e de configuração

A partir das décadas de 30, no que se refere a construção do espaço público e da estética urbana em Salvador, verifica-se uma transição dos valores do eclétismo e do urbanismo de origem sanitarista, baseado em intervenções de fluidez e na estética para o entendimento mais global da problemática urbana (EPUCS – década de 40) e, posteriormente, na década de 60, para uma afirmação dos princípios do movimento moderno e da visão funcionalista do espaço, que resulta na concepção dos espaços públicos como sistemas funcionais. (GARZEDIN, 2004: 20)

Em pouco mais de um século do urbanismo brasileiro é possível fazer uma análise de como as modificações na ocupação e ordenamento do solo nas grandes e médias cidades interferiram na conformação dos espaços públicos urbanos.

Formalmente os espaços livres de edificação passaram a se destinar à circulação e ao acesso de veículos e pedestres, tendo sido especialmente desenvolvidas técnicas de desenho e de projeto para tais espaços, durante todo o século XX.

A importância que o urbanismo moderno dava as ruas era estritamente pela sua função: circular. Assim, com o aumento do tráfego nas áreas centrais, praticamente desaparecem os usos recreativos e de convívio que ocorriam nesses espaços estruturantes das cidades.

Com relação às praças até a década de 50 ainda era possível ver a presença do verde enquanto elemento estruturante desses espaços, em geral concebidos sob preceitos do estilo clássico através de um desenho eclético, que havia se popularizado desde o final do século XIX. Posteriormente, este elemento urbano vai perdendo gradativamente o significado na construção do espaço público, uma vez que a introdução dos princípios modernistas contribui para a substituição da praça por equipamentos de uso coletivo. Talvez esse fato possa explicar porque a frequência desse tipo de espaço público é maior nas áreas de ocupação mais antiga, como as áreas centrais que compreendem o núcleo histórico. Já nas áreas urbanas destinadas para populações de renda baixa, ocupadas a partir de meados do século passado, praticamente não existem esse tipo de espaço público.

No que diz respeito aos jardins, há o deslocamento destes para o espaço privado através da adoção de parâmetros urbanísticos como os recuos frontais dos lotes, fato que culminou na diminuição da sua influência na paisagem da cidade.

Até meados do século passado, eram poucos os parques no país, sendo a inauguração de novos equipamentos fruto de iniciativas isoladas. No entanto, a inserção do parque enquanto elemento de lazer ativo, diferentemente do conceito anteriormente em voga, nos quais os parques eram locais associados ao lazer contemplativo da elite, vem suprir parte da demanda criada com a diminuição do espaço das praças. Contudo, a presença desses equipamentos urbanos, com programas ampliados, dotados de quadras esportivas, anfiteatros, parques infantis, etc., deveria ter sido adotada paralelamente a criação de praças, devido a questões como acessibilidade e disponibilidade, além do fato que deveriam ser criados de acordo com a demanda. Fato que não ocorreu, tendo em vista que a implantação desses espaços públicos não se deu na mesma proporção que o crescimento da população urbana.

Porém, essa situação vem sendo aparentemente resolvida através da retomada do espaço público urbano enquanto elemento funcional e estrutural do tecido urbano e catalisador social. Deste modo, as intervenções buscam recompor o tecido urbano esgarçado pelas experiências modernistas, retomando a idéia de rua e de praça, dotando as vias de ligação de elemento que as humanizem e redefinindo a sua escala e função com relação aos bairros e espaços urbanos. Mas como já foi visto, essa situação ocorre de forma diferenciada na cidade, de acordo com o valor de mercado fundiário. Sendo assim, desde os anos 90, a realização de planos estratégicos valoriza os espaços públicos como locais centrais das estratégias de revitalização urbana: intervenções são feitas nesses espaços, no sentido de agregar valores às áreas urbanas decadentes ou de promover espaços de interação social, buscando fornecer atrativos aos investimentos e ao fluxo de capitais.

Elaborado e concebido como equipamento urbano na escala da cidade e da aglomeração, o parque público concretiza-se, em geral, no contexto de um grande programa imobiliário.(...) Note-se que essas operações são acompanhadas de novos processos de especulação imobiliária nas cidades analisadas (Salvador e Paris). Elas resultam da intervenção direta dos poderes públicos – em certos casos associados aos empreendedores locais – e produzem transformações profundas no perfil populacional e da funcionalidade dos bairros afetados (SERPA, 2007:41).

2.2.1 Sistemas de espaços livres públicos no processo de planejamento urbano.

Antes de discorrer sobre a relação do Planejamento com a criação de um Sistema de espaços públicos dentro do espaço urbano, faz-se necessário discutir o que seria este sistema e sua importância para a cidade.

Há uma variação de nomes que é dada a este sistema que faz parte da prática do planejamento nas cidades grandes: os mais comuns são Sistema de Áreas Verdes e Sistemas de Parques Urbanos. O primeiro está geralmente vinculado ao índice de 12 m²/habitante considerado pela Organização das Nações Unidas, ONU, como padrão ideal de áreas de lazer/vegetação para qualquer cidade¹. Contudo, tal valor não tem aplicabilidade se não for associado a outros critérios como acessibilidade e distribuição. No caso de Salvador, pode-se citar exemplos como o Parque São Bartolomeu, o qual se configura numa importante reserva de área verde, inclusive com fortes valores culturais, mas que não é acessível a toda população, seja por motivo de segurança, qualidade de infra-estrutura, localização ou transporte.

Outra questão é de simples nomenclatura: área verde seria toda e qualquer porção do território ocupada por qualquer tipo de vegetação? Qual o valor para a cidade de tais espaços? Macedo cita que este termo é comumente usado para denominar o conjunto de áreas de lazer público, englobando praças, parques, hortos e bosques (1995: 17), como foi o caso de Salvador ao ser adotado o Sistema de Áreas Verdes a partir de estudos do PLANDURB. Sendo assim, esta denominação não é precisa, pois é sabido que nem todas as praças são áreas de lazer e/ou necessitam ser ajardinadas para desempenhar seu papel de espaço social. Por isso, a denominação usada neste tópico do capítulo 2 é Sistema de Espaços Livres Públicos, que é muito mais abrangente e adequada ao conjunto de espaços de convívio, contemplação paisagística, lazer, entre outros usos necessários para conferir qualidade ambiental e de vida à população das cidades.

¹ Macedo (1995:17) procurou verificar a veracidade deste índice, não encontrando nenhum registro.

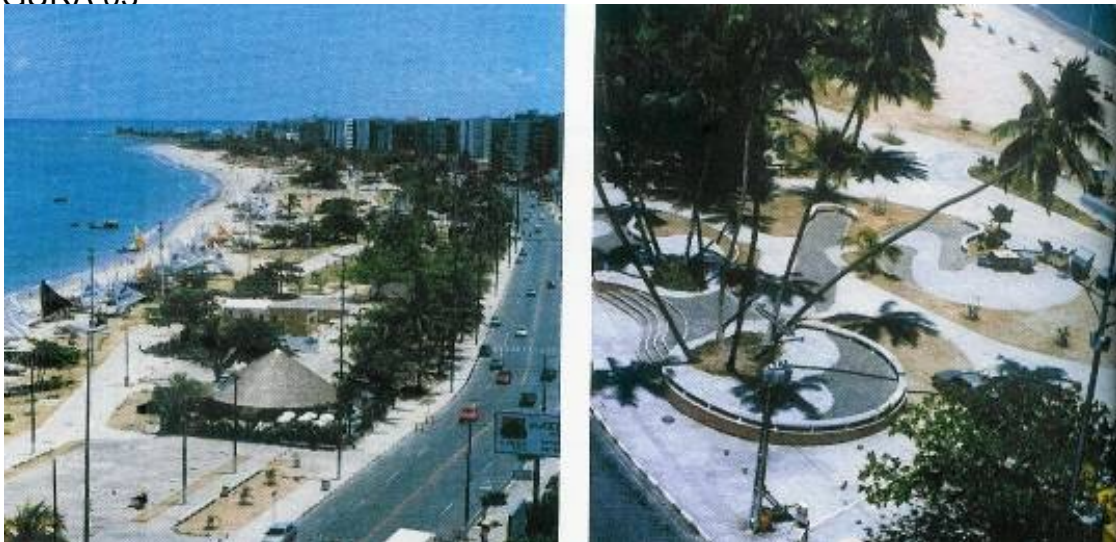
Assim, também deve ser descartada a denominação Sistemas de Parques Urbanos, pela limitação a este tipo de equipamento urbano, uma vez que existem outras tantas formas e tipos de espaços que atendem a demanda da sociedade.

Neste ponto já se torna possível abordar uma questão que é específica de cidades litorâneas: as praias e a infra-estrutura de orla não devem estar inseridas nestes Sistemas? Uma vez que consideradas como tais nos planos urbanísticos permitiriam uma melhor distribuição e localização de espaços públicos dentro da estrutura urbana da cidade.

No Rio de Janeiro, como em Recife, Fortaleza, Santos, Vitória e em todas as cidades litorâneas, o uso da praia para a prática de esportes na areia, os banhos de mar, o encontro social ao sol, o comer em quiosques à beira-mar torna-se um hábito cotidiano de milhares de pessoas e de muitos outros nos fins de semana, o que faz desse espaço o local mais importante para o lazer das massas nas cidades da costa brasileira.

A praia é palco de parte importante dos encontros sociais ao ar livre no cotidiano de tais cidades. Pode-se dizer que ela assume, portanto, funções de um parque urbano, apesar de não apresentar a conformação espacial típica de um deles (MACEDO, 1999:85).

FIGURA 03



CALÇADÃO DA PRAIA DE PAJUÇARA, MACEIÓ: Importante área de lazer e de valor paisagístico para a população da cidade e turistas.

FONTE: MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 76.

Só a partir da década de 20 do século passado as áreas verdes e as áreas de uso público no Brasil passaram a ser vistas de forma sistemática. Esta visão inclusive é própria do urbanismo que propôs o mesmo para outros elementos

estruturantes do meio urbano, como sistemas viários, sistemas de educação, de saúde, etc.

Deste modo, nas metrópoles brasileiras em geral, passou-se a adotar este conceito na forma de pensar e planejar a cidade. Assim, eram propostos conjuntos de parques, principalmente em áreas dotadas de vegetação nativa como os fundos de várzea e margens de terrenos alagadiços, rios ou lagoas. Integravam também os chamados Sistemas de Áreas Verdes espaços considerados importantes para a paisagem da cidade, sendo vistos como instrumentos de preservação do patrimônio ambiental e paisagístico. Este processo só pôde ser notado na cidade de Salvador a partir da década de 40.

Abordando agora a questão como um todo, é possível dizer que a inserção efetiva da dimensão ambiental no processo de planejamento e na práxis dos diversos setores intervenientes no desenvolvimento urbano pode garantir o aproveitamento do potencial paisagístico do espaço urbano, criando-se condições para dotar a cidade de parques e outros espaços livres públicos para fins de lazer, convívio social, contemplação paisagística, etc. Entretanto é necessário que se estabeleçam, dentro das políticas urbanas, reservas de áreas para suprir as futuras demandas desses espaços.

O que foi abordado até então, na relação planejamento urbano e espaço público, demonstra que a máquina administrativa do Estado não apresenta capacidade de oferecer a sociedade condições ambientais urbanas condizentes com suas necessidades mínimas, geralmente por não implementar as diretrizes estabelecidas pelos planos elaborados nos gabinetes de planejamento.

Teria sido desejável que a implantação de espaços livres públicos tivesse se concretizado nos momentos das grandes intervenções urbanas, no processo de desenvolvimento e modernização das grandes e médias cidades brasileiras, em um entendimento que a infra-estrutura deveria ser dotada com um todo e não apenas em alguns aspectos, como no caso do sistema viário que, comparativamente com outros elementos urbanos, demandou o maior investimento de verbas públicas no período.

Desta forma, é possível dizer que o Sistema de Espaços Livres Públicos apresenta uma grande fragilidade frente à práxis urbana, respondida pelo binômio administração pública e iniciativa privada. Para a efetivação de um verdadeiro Sistema é necessário criar condições institucionais para que sua atuação seja efetiva junto aos órgãos de planejamento e aos setores executivos da administração com o objetivo de atender desde a legislação até as posturas municipais, viabilização de áreas, elaboração de projetos, implantação, operação e manutenção destes espaços.

2.3 OS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS ÁREAS PRIVADAS

A implementação e consolidação do modernismo das cidades brasileiras efetiva os loteamentos como forma principal de parcelamento do solo. Essa condição apropriada pelo capital estabelece o desencadeamento de uma produção espacial geradora da descontinuidade do tecido urbano, formado de áreas ocupadas entremeadas de "vazios". Uma vez que, como já foi dito, a cidade planejada no Brasil se concretiza segundo a lógica do empreendimento privado e da valorização do solo urbano.

No que se refere aos espaços coletivos são previstos percentuais de áreas dos loteamentos (empreendimentos) para fins de circulação (vias) e recreação (*playgrounds*), bem como a consonância de suas características com as características dos bairros. A própria utilização do lote é normatizada visando a garantia de condições de conforto, higiene e segurança dos espaços urbanos e seus habitantes.

Essa forma de distribuição das edificações, com recuos e afastamentos estabelecidos pela legislação urbana da cidade planejada, na qual o edifício isolado dos demais pode ser considerado como um padrão levou durante todo o século passado, em especial a segunda metade, a uma drástica transformação da morfologia urbana da cidade convencional, redirecionando o desenho das novas paisagens do país. Ao mesmo tempo em que a larga utilização das formas de

habitar pluri familiar (vertical ou horizontal) transformou a relação de vizinhança e de coletividade urbana ao levar o espaço público para o privado.

Nas áreas habitacionais voltadas para a população mais abastada, os espaços livres de edificação se apresentam cada vez mais especializados e tratados para o lazer, com quadras poliesportivas, salas de ginástica, piscina, jardins suspensos e áreas de estar, geralmente projetados por arquitetos e paisagistas renomados que garantem a sofisticação do empreendimento. Como resultado, criou-se toda uma forma de tratamento dos espaços livres de edificação internos aos condomínios horizontais ou verticalizados que, gerados inicialmente nas cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro, são copiados e reproduzidos por todo o país.

FIGURA 04



CONDOMÍNIO PORTAL DO MORUMBI, SÃO PAULO

FONTE: MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 68.

Nas áreas mais pobres e mesmo aquelas destinadas à amplos setores da classe média brasileira (cada vez mais próximos da pobreza) a situação é inversa. Os espaços livres dos lotes são reduzidos e extremamente fragmentados, sendo aproveitados para atividades próximas aos moradores, configurando a não obediência aos parâmetros normativos de ocupação. Nesse caso, o lazer, quando possível, é feito nas ruas ou em espaços públicos urbanos, muitas vezes mais distantes, como praças e parques. As mudanças ocorridas nesse extrato social não foram tão profundas, uma vez que os espaços coletivos não são privados.

No entanto, apesar das diferenças quanto a ocupação do lote é possível notar que alguns padrões de organização espacial dos “mais ricos”, paradoxalmente, são reproduzidos, na medida do possível, pelos demais extratos sociais.

Um exemplo dessa situação são os conjuntos habitacionais onde geralmente há uma recodificação e transformação dos espaços livres de edificação, seguindo os arquétipos das classes mais ricas, criando, a seu modo, cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos.

Sobre essa forma de organização residencial ainda cabe fazer alguns comentários. Os conjuntos habitacionais ou "conjuntos-pacote" (SERPA, 1997:16) - projetos padronizados e de execução quase sempre precária - institucionalizados pelos programas de habitação popular a partir da década de 60, erguidos nas áreas periféricas das grandes cidades, de uma maneira geral, são constituídos por edifícios dispostos paralelamente entre si e sem nenhuma relação com o entorno. O empobrecimento do ponto de vista formal e de significação social reflete negativamente no repertório cotidiano do espaço vivido coletivamente, no qual há uma redução de acontecimentos coletivos.

A relação dos habitantes com os espaços de uso coletivo e sua aplicação para o lazer e convívio empobrece cada vez mais, principalmente a partir da década de 90, com o *boom* na demanda de áreas de estacionamento. Essa passa a ser a prioridade funcional para os espaços livres de edificação dentro dos conjuntos.

FIGURA 05



CONJUNTO NO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA, SÃO PAULO

FONTES: MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 68

A partir desta década ocorrem tentativas interessantes de inverter a lógica derivada da política habitacional implantada através do BNH e das Cohabs que, apesar do acúmulo de erros e equívocos, apostaram exaustivamente na conformação tradicional dos conjuntos habitacionais baseada nos cânones do modernismo.

A Prefeitura de São Paulo, vanguardista em soluções urbanas a partir da condição de metrópole mundial, entre 1989 e 1992, desenvolveu projetos baseados na adequação com o entorno, onde os espaços públicos livres foram resolvidos não como sobras do espaço construído, mas como elementos articulados aos edifícios (SERPA, 1997).

Construído em regime de mutirão, o conjunto Pires do Rio dá uso a uma área ociosa situada nas proximidades do centro de Itaquera, Zona Leste da cidade de São Paulo. No seu desenho urbanístico, destaca-se o papel fundamental do centro comunitário – antigo canteiro de obras – situado logo na entrada do núcleo habitacional.(...) Ao contrário de negar o entorno, o conjunto integra-se ao tecido tradicional existente, fortemente marcado pela formação de quarteirões, praças e largos. Seus quintais têm sobretudo caráter funcional, centralizando atividades domésticas ligadas à limpeza, como lavagem e secagem de roupas. A privacidade dos moradores foi garantida com limites claros entre a esfera privada das casas e os espaços públicos externos. As áreas livres frontais funcionam como espaços "semiprivativos", de transição entre a rua e a casa, utilizados na maioria dos casos como garagens e jardins (SERPA, 1997).

No entanto, nem todos os projetos seguiram esta linha, usando ainda a Prefeitura de São Paulo como exemplo, é possível citar o projeto Cingapura, em 1993. Nome curioso inclusive, tendo em vista que é homônimo a um país asiático, exemplo clássico do liberalismo selvagem, o qual ergue sua condição de superpotência econômica mundial a partir da utilização de mão-de-obra barata (semi-escrava) de países vizinhos, como Filipinas.

Esse projeto, baseado na verticalização de favelas, tem como aspecto positivo a não relocação das famílias beneficiadas para áreas mais distantes. No entanto, ele marca um retorno à concepção dos conjuntos habitacionais modernos, a partir do momento que os projetos são implantados sem participação popular, são padronizados, negam o entorno e não valorizam dos espaços livres de edificação (SERPA, 1997). Assim o projeto Cingapura nega o direito da população de baixa renda à arquitetura, nega o habitar com dignidade daqueles que no país asiático seriam certamente filipinos.

Este adendo referente aos conjuntos habitacionais torna claro que a existência de espaços livres de edificação para fins de lazer e convívio não garante a sua utilização. O mesmo ocorre em áreas que seguem os padrões urbanísticos "ideais", as chamadas áreas "nobres", com taxas de ocupação baixas que condicionam a existência de generosos espaços livres privados, em forma de Spas, áreas *gourmet*, piscinas, academias, dentre um repertório vastíssimo de itens que nada mais são do que mercadoria vendida pelo capital imobiliário na forma de infraestrutura, símbolos de *status* social.

Será que estes espaços privados são realmente apropriados pelos seus moradores? Ao que parece a existência não está atrelada à qualidade e esta não é diretamente relacionada ao investimento financeiro. E qualidade aqui pode ser definida pela capacidade deste espaço ser público mesmo sendo privado, não enquanto fração ideal de propriedade de um terreno, mas enquanto fração de uma coletividade social.

Será que a padronização funcionalista dos conjuntos habitacionais modernos não é tão danosa à vida coletiva quanto a reprodução de arquétipos de *status* social em loteamentos e condomínios residenciais dos mais variados extratos sociais?

Uma vez que a padronização de equipamentos, elementos estéticos e formais, sugere a padronização de comportamento e conseqüente empobrecimento das relações cotidianas que são virtualizadas a partir do esvaziamento da sua essência: a imaginação, a liberdade, a experiência?

Essas duas questões são complexas e não são exclusivas dos espaços privados. Elas se referem a processos presentes também nos espaços públicos urbanos.

Será que a existência de espaços públicos destinados ao lazer e convívio social garante a sua eficiência? Será que a padronização de equipamentos e estrutura funcional e formal de parques e praças não empobrece a relação da sociedade com esses espaços que se tornam virtuais a partir do momento que só existem enquanto potencialidade?

A abordagem dessas questões é de grande relevância à discussão do uso e apropriação de espaços, sejam públicos ou privados, como *locus* de interação social. Desta reflexão certamente surgirão novos questionamentos e talvez respostas as questões desta pesquisa.

3- PARALELA EM MOVIMENTO: A Avenida Luís Viana e seu entorno

A Avenida Luís Viana articula fatores e elementos de várias ordens que perpassam o seu território. Tendo em vista que se trata de um dos maiores eixos articuladores urbanos, se não o maior, devido ao fato de intermediar uma grande zona habitacional ocupada por pessoas de extrato de renda social baixo (Miolo da Cidade); a Orla com sua baixa densidade, porém ocupada por uma população de melhor poder aquisitivo, com áreas de grande potencial para o Lazer e Turismo; e o centro Iguatemi/Pituba. Configurando-se como meio de ligação de todas estas áreas com municípios de grande importância da RMS, como Lauro de Freitas e Camaçari através da Estrada do Côco, cuja importância enquanto aglutinadora do comércio e serviços é crescente.

Para compreender o papel local e regional da Avenida Paralela é importante saber como foi o processo sócio econômico que deu origem a sua construção e consolidação enquanto eixo viário estruturante no desenvolvimento da cidade de Salvador.

3.1 EVOLUÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR: meio século de processo de modernização

Na vida da cidade há momentos decisivos; no caso das cidades brasileiras um destes momentos pode ser identificado no período pós Segunda Guerra Mundial. Trata-se menos de um divisor de águas e mais de uma fase de transição que se estendeu por quase um quarto de século, até a inauguração de uma nova fase de crescimento: pós 64.

A partir de meados da década de 40 do século passado, na Bahia, desenvolve-se a agricultura, melhoram os transportes e as comunicações, explora-se o petróleo, assentam-se com o planejamento as bases para a industrialização e,

junto à expansão da informação e do consumo, crescem as cidades e a vida de relações (SANTOS, 1999:8).

FIGURA 06



Então, Salvador se prepara para abandonar seu papel secular de “capital incompleta” e passa vigiar e melhor comandar seu território, dele recebendo contingentes que em 25 anos fazem triplicar sua população (menos de 350 mil em meados da década de 40, cerca de 1 milhão e 150 mil em 1970) (PORTO, 1990: 2).

Neste processo, a cidade diversifica sua atividade, produz um novo arranjo de profissões e classes sociais e parte à conquista do seu espaço, criando novos bairros e ainda ocorrendo a aparição de outros, onde, nas ditas "invasões", instala-se uma população dinâmica e de baixa renda. O Velho Centro, como diz Santos, ao mesmo tempo, se moderniza e se degrada e se espalha sobre bairros residenciais tradicionais, pois já não é suficiente para abrigar o comércio e os serviços de Salvador. Surgem, primeiramente, na Liberdade, Calçada e Barra novos pólos de atividade.

Diversos sítios, produzidos em quatro séculos de existência, são ocupados. A franja litorânea é urbanizada, mas ainda são deixados intactos inúmeros "vazios". Nesta fase, o advento da chegada da Petrobrás, juntamente com a euforia do pós-guerra, se faz acompanhar de uma massa de investimentos e salários muito concentrada num espaço restrito – Salvador e Recôncavo - sem precedentes (SAMPAIO, 1999: 106). Um dos reflexos se dá na construção civil, a partir da "crise na habitação", com o aumento intenso da demanda, e da dotação de infra-estrutura para subsidiar a produção metropolitana: a cidade vai ganhando feições modernas.

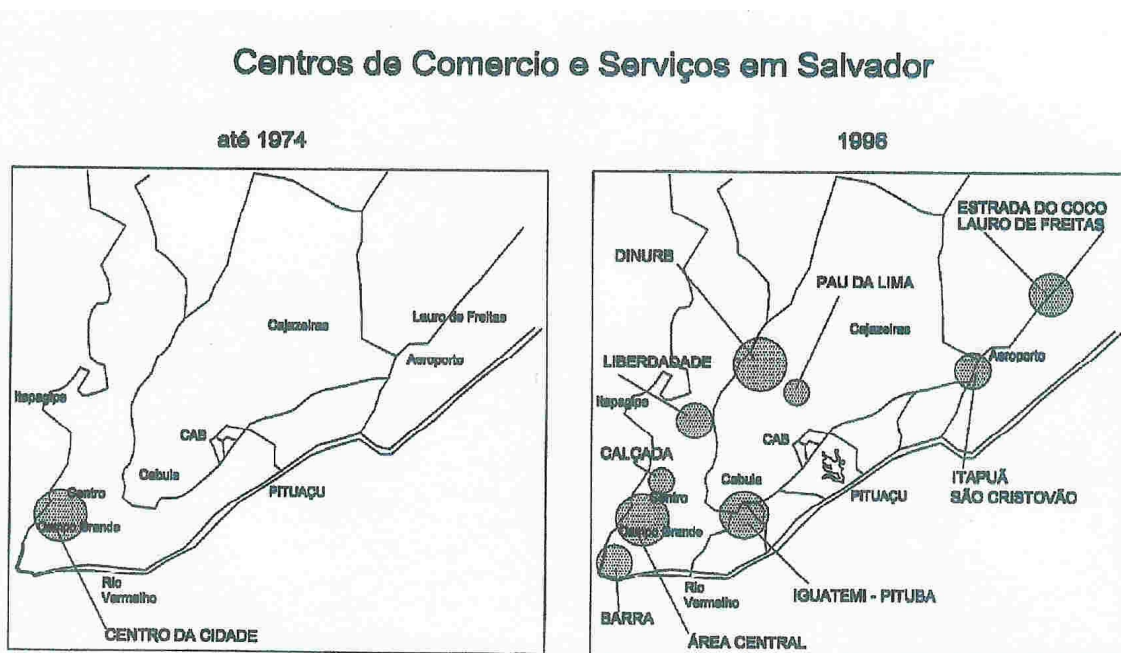
A infra-estruturação preconizada por Mário Leal Ferreira no plano do EPUCS, no início da década de 40, influenciada pela Semana de Urbanismo (1935), é a base adotada para as futuras obras.

As perspectivas econômicas trazidas pelo petróleo e a explosão demográfica transformaram Salvador em uma caldeira sob pressão. Era preciso prever soluções para sua expansão espacial. Contratado pela municipalidade, o engenheiro Mário Leal Ferreira instala seu Escritório do Plano de Urbanismo da cidade do Salvador – EPUCS, e começou a traçar diretrizes de zoneamento, notadamente para a habitação e serviços públicos, e as normas para os centros cívicos, os centros de abastecimento e as vias comunicacionais. O Plano ficará sem efeito, pois seu autor desaparecerá, em 1947, e a sua execução, mesmo parcial, requeria investimentos vultosos e uma vontade política incomum (SCHEINOWITZ, 1998:9).

É digno de nota que a urgência das mudanças e a estrutura político econômica da época "congelou" as grandes diretrizes planejadas na dimensão social (redes de água, esgotos, sanitários, educação, saúde, áreas verdes e de recreação), reduzindo o plano às questões viárias, dando suporte ao rodoviarismo pós-64 (SAMPAIO, 1999: 105).

Em meados da década de 1960, a cidade se vale novamente de seus "vazios", dando costas ao Velho Centro – que era, praticamente, toda a Cidade Histórica - e edificando outro todo novo, para a administração, e ainda outro, próximo ao primeiro, e igualmente novo, destinado aos negócios, na tentativa de ser, após Brasília, a segunda capital mais moderna do Brasil.

FIGURA 07



DESCENTRALIZAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR

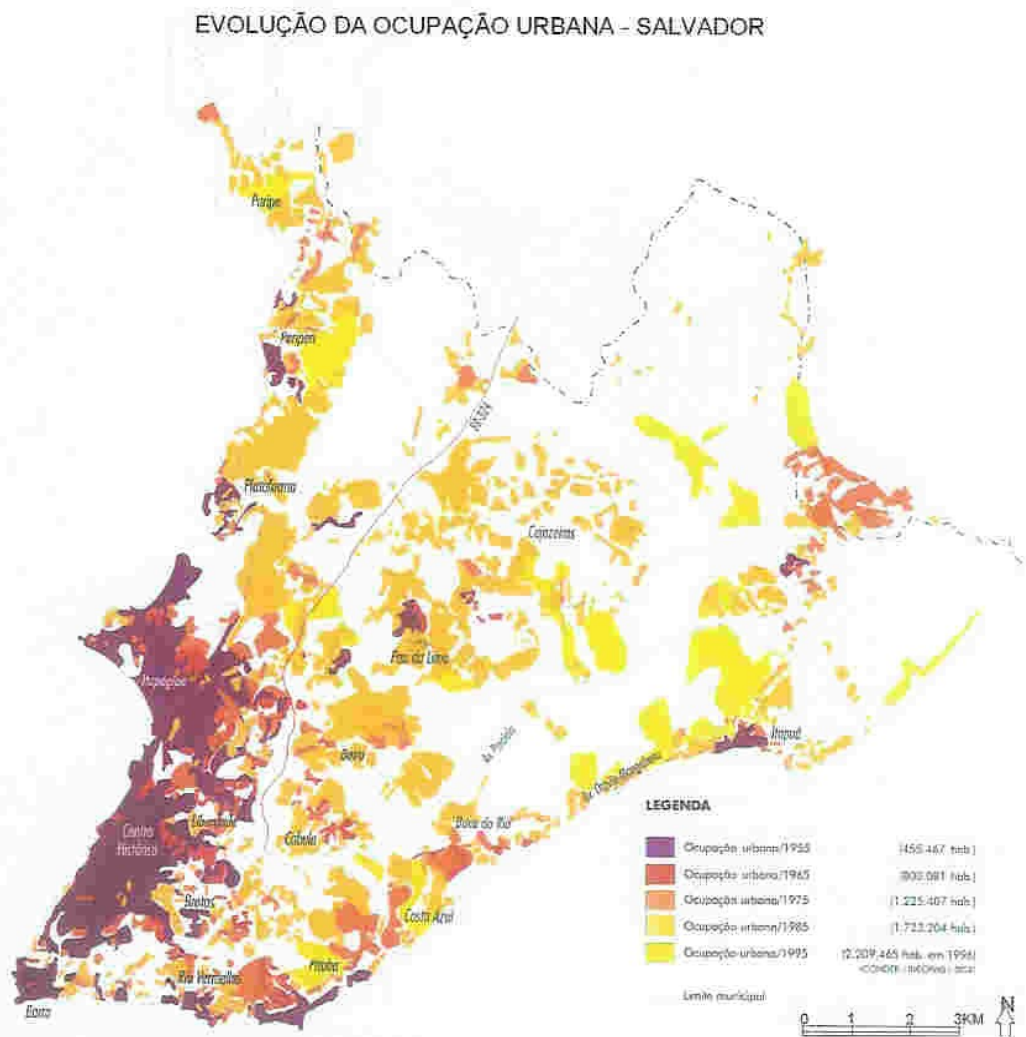
FONTE: PORTO, Edgar. A Descentralização Espacial de Salvador. Salvador, 1999.

A Figura 07 ilustra o processo de descentralização espacial das atividades comerciais e de serviços da Cidade que ocorreu devido à articulação de vários fatores, principalmente das relações sócio econômicas fundadas na alavancagem da industrialização no Nordeste e na Bahia. A cidade portuária passa a ser cidade terciária, uma vez que a metrópole se torna cidade-dormitório do seu subúrbio industrial, localizado na sua Região Metropolitana (PORTO, 1999: 3).

Com esta consolidação da economia industrial a maioria das avenidas de vale, timidamente iniciadas nos anos 50, puderam ter suas obras aceleradas e concluídas nas décadas seguintes, 60 e 70.

Agora, a cidade se instala em todos os seus sítios: litorais, vales, encostas, alagados, chácaras... "Foram necessários 50 anos para que a demografia pudesse dobrar, entre 1900 e 1950. Entre 1950 e 1999, a população urbana quase quintuplica, passando de 650 mil para cerca de 3 milhões de habitantes" (SANTOS, 1999).

FIGURA 08



FONTE: CONDER – Base Cartográfica do Quadro Ambiental da RMS.

3.1.1. Avenida Luís Viana: vetor de crescimento de Salvador

Os estudos para o estabelecimento de um Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador realizado pelo EPUCS partia do conceito que deveria ser estabelecido um

sistema integrado de redes de avenidas: uma implantada nas cumeadas (com viadutos interligando os espigões) para um tráfego lento de acesso aos bairros, e outra no fundo dos vales onde deveriam ser construídas vias expressas na forma de *parkways*.

A equipe de Mario Leal Ferreira se baseou nas idéias de Olmsted para cidades americanas, o qual propôs a criação de um "sistema de parques" relacionando estes através de parques lineares ou avenidas parque, que por sua vez estariam conectadas a outras de características semelhantes: pistas de rolamento entremeadas e cercadas por áreas gramadas e arborizadas. Este modelo viário era visto como "um esforço louvável de preservação do meio ambiente, mais igualmente da saúde pública" (SCHEINOWITZ: 1998, 70).

A rede de vales traz uma solução natural; caminhando no meio de jardins, permite uma extrema mobilidade e uma grande segurança já que o fluxo de carros é isolado das habitações e de outros componentes de tráfego que tem uma pista própria. Além disto, os pedestres não usam essa rede, pois as habitações estão situadas nas cumeadas onde chegam também transportes coletivos. Enfim, a conjugação de avenidas de vale com as redes de esgotos, os canais de drenagem e a distribuição de água, facilita a manutenção e implantação dessas infra-estruturas (SCHEINOWITZ, 1998: 12).

FIGURA 09



VISÃO DO ENGENHEIRO MÁRIO LEAL FERREIRA – AVENIDAS DE VALE

FONTE: SCHEINOWITZ, A. S. *O macroplanejamento da aglomeração de Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, ECPA, 1998, P. 62.

O modelo espacial preconizado pelo EPUCS para as "avenidas de vale" prevê que além de suas pistas de rolamento, as avenidas disporão de "área livre às suas margens, a fim de permitir a localização de parques, campos de recreação e de

esportes, etc" (SCHEINOWITZ, 1998, 62). Esse aspecto não foi concretizado, assim como foram alterados os traçados e características das vias propostas.

Assim, a construção da Avenida Luís Viana cujo traçado representa o vetor de crescimento Orla, teve sua concepção baseada nas propostas das "avenidas de vale", conforme o EPUCS, embora seu projeto não tenha atendido todas as premissas planejadas.

Com a primeira pista entregue em 1971, a Avenida é inaugurada em 4 de setembro de 1974 (SCHEINOWITZ, 1998: 60), com o nome de Avenida Luís Viana Filho em homenagem ao então governador do Estado da Bahia. Logo foi batizada pela população de Avenida Paralela, por ser paralela à orla marítima.

Em 31 de maio de 2002 foi sancionado o decreto de Lei nº 6.126 pelo prefeito de Salvador da época, Antônio Imbassaí, onde ficou estabelecida a mudança do nome da Avenida Luís Viana Filho para Avenida Luís Viana.

Projetada para ser, além de uma via direta para o Aeroporto, um instrumento de expansão da *urbe* para as terras rurais do município, com seus 14 quilômetros de extensão, a então Avenida Luís Viana liga a Avenida Tancredo Neves à extremidade da Avenida Dorival Caymmi, oferecendo assim uma alternativa rápida à Otávio Mangabeira que margeia a orla entre os bairros da Pituba e de Itapuã.

Construída numa faixa de domínio de 170 metros, a Avenida Expressa possui duas pistas de 10,5 metros de largura cada, separadas por um canteiro central de aproximadamente 79 metros (SALVADOR, 1999:05). Sua implantação teve um grande impacto ambiental, devido ao seu traçado que obedeceu a premissa de ser o mais plano e reto possível, reforçando a monumentalidade no eixo longitudinal e transversal, e de significar a ligação da cidade ao futuro, à modernidade.

Dessa forma, uma área de Mata Atlântica Secundária de aproximadamente 1 milhão e 400 mil m² foi devastada a partir do desmatamento, cortes de terreno que chegaram a 40 metros de altura. Vale ressaltar que os impactos iniciais são pequenos perto dos impactos operacionais da via para a fauna e flora e da

conseqüente valorização e ocupação das terras do seu entorno, que acarretam a derrubada da vegetação existente. Contudo isso não significa que a construção da via não fosse necessária, mas que o projeto executado foi fruto de uma imposição política e projetual, a qual não buscou minimizar os impactos no meio ambiente e na qualidade ambiental urbana, como preconizava o EPUCS.

FIGURA 10



CONTRUÇÃO DA AVENIDA PARALELA

FONTE: SCHEINOWITZ, A. S. *O macroplanejamento da aglomeração de Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998, P. 62.

Na década de 70 é dado início a diversos acontecimentos que consolidam quase que imediatamente a nova e mais extensa "avenida de vale". A primeira e fundamental medida é a implantação do Centro Administrativo da Bahia – CAB, "projeto âncora de um novo pólo urbano" (SCHEINOWITZ: 1998, 60), e da sede de outras entidades ligadas ao setor público, como foi o caso da Companhia

Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA. Em 72 foi inaugurado o Parque de Exposição Agropecuário de Salvador, anteriormente localizado no bairro de Ondina.

A partir do decreto estadual nº 23.666 de 04/09/1973 foi viabilizada a preservação legal do lago criado, em 1906, pelo represamento do rio Pituaçu, e das áreas de Mata Atlântica do seu entorno (SCHEINOWITZ, 1998: 63), com o objetivo de evitar que o crescimento urbano acelerado o afetasse juntamente com as áreas verdes circunvizinhas. Assim, foi criado o Parque Metropolitano de Pituaçu com equipamentos voltados para o lazer e a cultura.

O primeiro pólo habitacional à margem da Paralela começa a ser construído a partir de meados da mesma década.

Em 30 de setembro de 1978, o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP entrega o Condomínio Rio das Pedras com 528 apartamentos localizados perto da via expressa, no limite oeste do Parque do Pituaçu. No mesmo mês, a Habitação e Urbanização da Bahia – URBIS, a sociedade do Estado da Bahia encarregada de produzir habitações populares, comercializa a primeira etapa de um projeto de 982 unidades (SCHEINOWITZ: 1998, 67).

Nos quatro anos seguintes o INOCOOP entrega o conjunto destinado à classe média, Moradas do Imbuí, que acabou dando o nome ao bairro. As construções continuaram, resultando no ano de 1983, na ocupação do Imbuí por mais de 15.000 habitantes (SCHEINOWITZ, 1998: 68).

FIGURA 11



FOTO AÉREA AVENIDA PARALELA: Bairro do Imbuí, Avenida Jorge Amado, 1999.
FONTE: MARCELO LOPEZ

Na área em frente a este bairro, do outro lado da Paralela, a partir de 1978, foram construídos 4.032 apartamentos populares, resultando no bairro de Narandiba, e de 3.540 casas e 443 lotes urbanizados em Mussurunga, em frente ao Parque de Exposição. "Com essas duas iniciativas o Governo trazia 36.000 pessoas para a área" (SALVADOR, 1995: 182).

A ocupação existente antes destas intervenções era de baixa densidade, de 2 a 3,5 habitantes por hectare, baixa renda familiar e recente (cerca de 5 anos), consistindo em condições precárias de vida, já que praticamente não havia infraestrutura, como abastecimento de água e rede de esgoto. A situação jurídica dos terrenos era diversa, sendo que poucos possuíam título de propriedade, conformando um quadro de atraso e miséria. Esta população foi contemplada com unidades habitacionais nos conjuntos construídos no local segundo Scheinowitz (1998: 214-220).

FIGURA 12



FOTO AÉREA AVENIDA PARALELA: trecho em frente ao bairro do Imbuí, 1983. Narandiba Sul (no canto esquerdo superior) e Saboeiro (logo abaixo)
FONTE: MARCELO LOPEZ

Outros conjuntos vieram para a Paralela e para as vias transversais tais como as Avenidas Pinto de Aguiar, Orlando Gomes e Jorge Amado que fazem ligação com a Orla Marítima, e a rua São Marcos que conecta a Via Expressa com o bairro de Pau da Lima. Entre eles, o Vila dos Flamboyants, o Vivendas do Rio, o Paralela Park, o condomínio Aldeia das Pedras, o Conjunto ASA, o Vila 2 de Julho, o Conjunto dos Seguritários, o Conjuntos dos Contabilistas e o Bosque da Lagoa.

Com o passar dos anos, os primeiros números consolidaram-se. O bairro do Imbuí, com mais de 25.000 moradores, passou a ser procurado por pessoas mais abastadas exigindo equipamentos mais sofisticados. Vários shoppings convergiram para lá, notadamente o Superbox, um Hipermercado de alimentação com 6.200 m² de área útil e 1.500 vagas de estacionamento à disposição dos clientes do bairro e da enorme população do entorno que foge dos engarrafamentos do Centro Urbano Antigo, mas também do Novo Centro. Para a Paralela, vieram diversos empreendimentos públicos (...) e privados, como revendedoras de veículos, o jornal Correio da Bahia e um campus da Universidade Católica do Salvador, ao longo da Avenida Pinto de Aguiar (SCHEINOWITZ: 1998, 69).

FIGURA 13



CONJUNTO FLANBOYANTS, Av. Paralela, 2006.
FONTE: Cláudia Lima

Notadamente uma área com uma ocupação tão rápida e diversificada como esta atrai, como no restante da cidade, populações de classe social de renda baixa

sem condições de adquirir lotes ou imóveis, mas "dispostos" a satisfazer a demanda local de mão-de-obra de baixo custo para serviços domésticos e nas empresas do entorno. Outro fator importante foi a disponibilidade de terras desocupadas. Em abril de 1982, ao lado do Parque de Exposição Agro-pecuário, à margem da Paralela se instalaram 43 famílias que rapidamente se tornaram centenas.

Quando em março de 1983, a justiça deu razão ao dono do terreno, o Estado ofereceu aos invasores lotes urbanizados na região periférica de Couto. Nem todos foram. Em dezembro de 1987, um cadastramento feito pelo Governo, revelou uma população de 2.965 famílias (SALVADOR, 1995: 196).

O fato é que, hoje, as Malvinas se transformaram em Bairro da Paz, com várias dezenas de milhares de habitantes e com uma infra-estrutura incipiente.

Outras aglomerações habitacionais resultantes do processo de "invasão" também são identificadas nas áreas adjacentes à Avenida Paralela, algumas mais consolidadas, como é o caso do Alto da Ventosa em Pernambués, ao lado da Avenida Luiz Eduardo Magalhães, considerado através da Lei nº 3.592 de 16/11/1985, como Área de Proteção Sócio-Ecológica – APSE. As mais recentes datam da década de 90 e se localizam ao longo da Avenida Edgar Santos; entre o Parque Metropolitano de Pituáçu e o Bairro do Imbuí; atrás do CAB, conurbado com o bairro de Sussurana; entre o CAB e a Avenida São Rafael; entre o Parque de Exposição e a Avenida Dorival Caymmi e no entorno do bairro de Mussurunga.

FIGURA 14



OCUPAÇÃO URBANA ENTRE A AV. SÃO RAFAEL E O CAB, 2007.
 FONTE: Claudia Lima

3.1.2 A Paralela hoje

A Avenida Luís Viana é identificada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU (1985/2004) como um componente fundamental da estrutura urbana da cidade: um corredor de transporte de massa capaz de induzir o crescimento de áreas adjacentes e articular as novas áreas de expansão com o Centro Tradicional, sub-centros e nucleações de atividades já consolidadas.

Sua classificação como Via Expressa – VE normatiza uma série de características necessárias à sua função de ligação entre o sistema rodoviário interurbano e o sistema urbano (PDDU, 2004) contempladas no seu Projeto Funcional (1999), uma vez que não contém todos os critérios de categorização: a) ser dotada de pista dupla com canteiro central; b) ter retornos e interseções em desnível; c) ter passagem de pedestre em desnível; d) dar acesso à ocupação lindeira através de Via Marginal; e) ter controle total dos acessos; f) permitir implantação de transporte público de passageiros de alta capacidade.

Tendo em vista que o constante crescimento de fluxo de tráfego devido à ocupação diversificada e cada vez mais intensa das áreas lindeiras é maior do que a capacidade do Governo Municipal solucionar e gerir as demandas da Via, os itens b, c e e estão, desde a sua construção, em desacordo com a sua classificação. No anexo A encontram-se as obras que devem ser realizadas na Avenida Paralela, preconizadas no PDDU.

Dados de 2002, fornecidos pela Superintendência de Engenharia de Tráfego, SET, publicados no jornal A Tarde (13/09), demonstram uma taxa de crescimento anual do número de veículos no trecho Iguatemi-Imbuí de 11% enquanto a taxa média da cidade é de 4 %. Estes índices (defasados, mas aqui explicitados pela indisponibilidade de dados mais recentes) indicam o atraso nas intervenções na Avenida Paralela, que em horários de pico fica congestionada em parte de sua extensão, principalmente nas proximidades do bairro do Imbuí, demonstrando problemas de retenção de fluxos e diminuição de sua velocidade operacional, estipulada no Projeto Funcional em 80 km/h e determinada no PDDU em 100 km/h.

Nesta via se registra um elevado número de acidentes de tráfego (SALVADOR, 1999: 16), como atropelos e colisão de veículos com vítimas fatais, tendo em vista que existem apenas cinco passagens de pedestres em desnível (passarelas elevadas), além de quatro semáforos para travessia, sendo que estes configuram solução precária, pois não oferecem segurança total para os pedestres, representam pontos de contenção de tráfego de veículos e estão em desacordo com a normatização da via prevista nas Leis nº 3525/1985 e nº 6586/2004 (ANEXO B).

Ainda segundo essas Leis, estão condenados os acessos a três postos de abastecimento de veículos e um acesso ao monumento ao Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizados no canteiro central, e os três retornos no mesmo nível da Avenida Paralela.

Com relação às áreas adjacentes à Avenida Luís Viana, a configuração atual é bastante diferente da época de sua construção, tendo em vista que esta é uma das áreas mais dinâmicas da cidade neste início de século.

FIGURA 15



ALÇA DO VIADUTO DONA CANÔ – Ligação da Avenida Pinto de Aguiar com a São Rafael.
FONTE: Cláudia Lima, 2006.

Segundo a Lei do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, LOUOS, esta área se configura como Área de Concentração Linear de Uso Múltiplo (C7) e como Zona de Concentração de Uso (ZR17) (ver ANEXO C), consistindo numa

grande variedade de usos do solo, devido a sua capacidade de atração de atividades e empreendimentos imobiliários.

FIGURA 16



CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS DA CITROEN: Av. Paralela,2007
FONTE: Cláudia Lima

FIGURA 17



SHOPPING CENTER E CENTRO EMPRESARIAL ALPHA MALL – Alphaville, Paralela,2007
FONTE: Cláudia Lima

Assim, é possível identificar a presença de Supermercado (Extra); sedes de empresas (Odebrecht); instituições educacionais de nível superior (UNIFACS, Jorge Amado, FTC, entre outras) e médio (Colégio Villa Lobos); Hospitais (São Rafael e Sarah Kubitschek.); concessionárias de veículos (Grande Bahia, Itapoã Veículos, Danton, Eurocar, entre outras); postos de gasolina; loja de varejo (Le Biscuit); Espaço de Eventos (antigo Parque Aquático Wet n' Wild e Bahia Café Hall); *shopping centers* (Imbuí Plaza, Caboatã Center); centros empresariais (Alphaville Mall) estação rodoviária (Mussurunga) e grandes empreendimentos residenciais (Alphaville I e II).

FIGURA 18



FOTO AÉREA AVENIDA PARALELA: à direita (de baixo p/ cima) loja de varejo, revendedoras de automóveis, bairro Mussurunga, à esquerda Parque de Exposições e Bairro da Paz, ao fundo "vazios" urbanos, 2000.
FONTE: MARCELO LOPEZ

3.2 ANÁLISE SOBRE A OCUPAÇÃO DO ENTORNO DA AVENIDA PARALELA: um enfoque no espaço público

Cabe aqui proceder uma análise sobre a ocupação adjacente à Avenida Luís Viana tendo como enfoque a dotação do entorno da Via de espaços livres públicos para fins de lazer, recreação e esporte, sem no entanto esquecer o papel político destas áreas como espaços do acontecer cotidiano das relações e representações sociais.

Para tanto foi delimitada uma área de estudo, baseada na divisão da Cidade em setores censitários, como forma de obter dados estatísticos acerca das condições de infra-estrutura deste espaço e condições socioeconômicas da população residente.

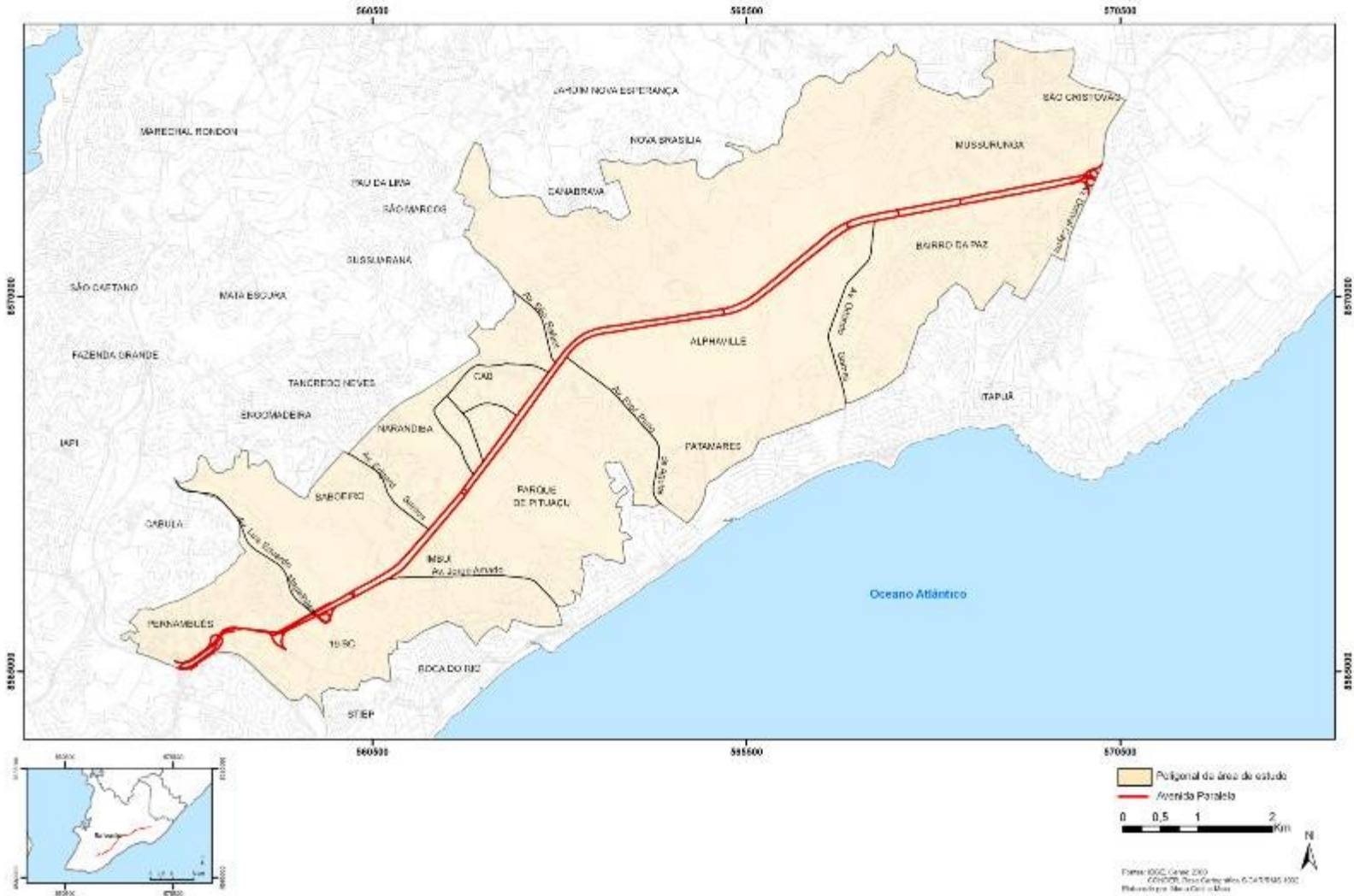
O critério para tal delimitação geográfica, representada cartograficamente na página seguinte, foi de abarcar as ocupações lindeiras à via e a ela relacionada através do sistema de avenidas transversais (Luís Eduardo Magalhães, Jorge Amado, Edgar Santos, Pinto de Aguiar, São Rafael, Orlando Gomes e Dorival Caymmi). Assim foram identificados 258 setores censitários.

A área de estudo é formada fisicamente por Áreas Altas de Relevo Aplainado, que de forma geral são propícias para a construção civil; Áreas de Encostas, que não favorecem a implantação de projetos de urbanização (geralmente ocupadas irregularmente por populações de extrato social de renda baixo) e Áreas de Vales, que configuram as partes baixas (SALVADOR, 1995:18).

Inserida na bacia do Rio Jaguaribe, segunda maior bacia de drenagem natural da cidade, a área de estudo possui uma configuração hidrográfica bastante ramificada. Embora não possua nenhuma nascente, rios como o Passa Vaca, Trobogy, Mocambo e Mangueiras oferecem uma conformação paisagística que alterna áreas verdes (Mata Atlântica Secundária), áreas edificadas e espelhos d'água. Vale ressaltar que a qualidade das águas, bem como a drenagem local, encontra-se muitas vezes comprometida, principalmente pelo despejo de afluentes sanitários dos assentamentos humanos, lixo e entulho. Como consequência direta deste processo é possível identificar o alagamento de trechos das vias marginais à Avenida Paralela, como a área em frente ao bairro do Imbuí.

FIGURA 19

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO ENTORNO DA AVENIDA PARALELA



A área de estudo possui alguns dos últimos remanescentes de Mata Atlântica de Salvador, apenas o Parque São Bartolomeu apresenta características semelhantes no município. A cobertura vegetal unida às características hidrográficas possibilita a criação de inúmeros nichos ecológicos para espécies animais, sendo uma importante reserva não só da flora como da fauna.

Segundo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do loteamento Alphaville (V&S, 2000: 82), o índice de área verde por habitante na cidade de Salvador é de 4 m², o que é considerado baixo, principalmente se for analisado quanto a distribuição e acessibilidade às áreas de maciços vegetais.

FIGURA 20



FONTE: JORNAL A TARDE, 27/05/2001: 4.

Ainda hoje é possível dizer que existem vazios urbanos na área, embora estes, desde meados da década de 1990, têm sido crescentemente utilizados. A liberação e conseqüente construção do Parque Aquático Wet'n Wild e do condomínio Alphaville representaram uma grande derrota e diminuição das forças dos grupos sociais contrários a ocupação dos "vazios" por conta do seu valor ambiental.

A discussão no período a partir de 1998 e os 5 anos seguintes foi calorosa, com direito a debates públicos e diversas manifestações de protesto, alcançando boa parte da população pela veiculação na imprensa de matérias a respeito da ocupação destes espaços, chamada de ocupação desordenada. Vale ressaltar que embora a construção dos projetos tenha sido aprovada, o seu processo foi válido pela participação da população e seu posicionamento frente a grandes empreendimentos imobiliários, o que até então era raro, seja pelas condições políticas (ditadura militar), pela pressão e volume das mudanças, ou pela própria conscientização dos habitantes: a forma da cidade passa a ser pensada não mais apenas por políticos e técnicos do planejamento, passa a ser de domínio também da sociedade civil organizada ou não.

FIGURA 21

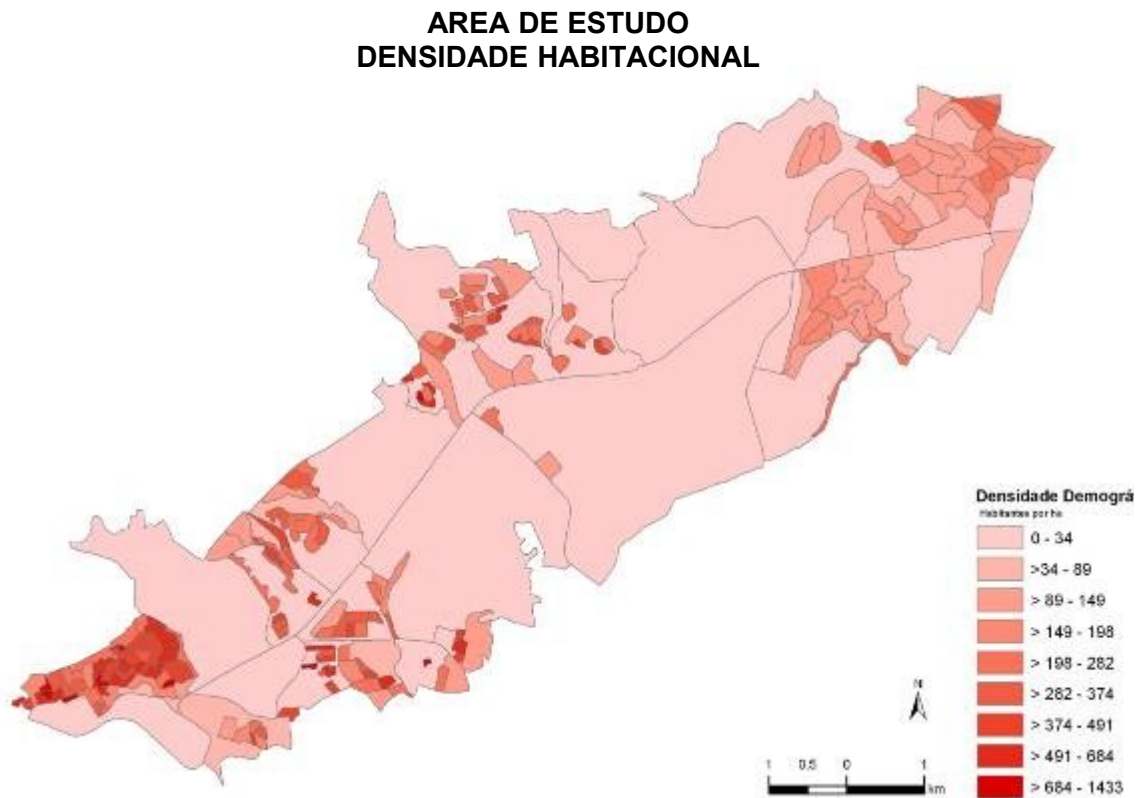


EXTENSAS ÁREAS VERDES E LAGOAS NATURAIS: Terreno à margem da Avenida Paralela.
FONTE: JORNAL A TARDE, 27/05/2001: 4

Quanto a ocupação habitacional, a poligonal de estudo se caracteriza pela presença de populações de classe média e alta na área próxima à orla marítima, e de baixa renda nos conjuntos habitacionais e loteamentos geralmente localizados na porção interior. Alguns aglomerados urbanos foram decorrentes do planejamento governamental e da ação de empreendimentos imobiliários previstos para se

conformarem deste modo, enquanto outros, como o caso do Bairro da Paz, são fruto do processo de apropriação irregular do solo.

FIGURA 22



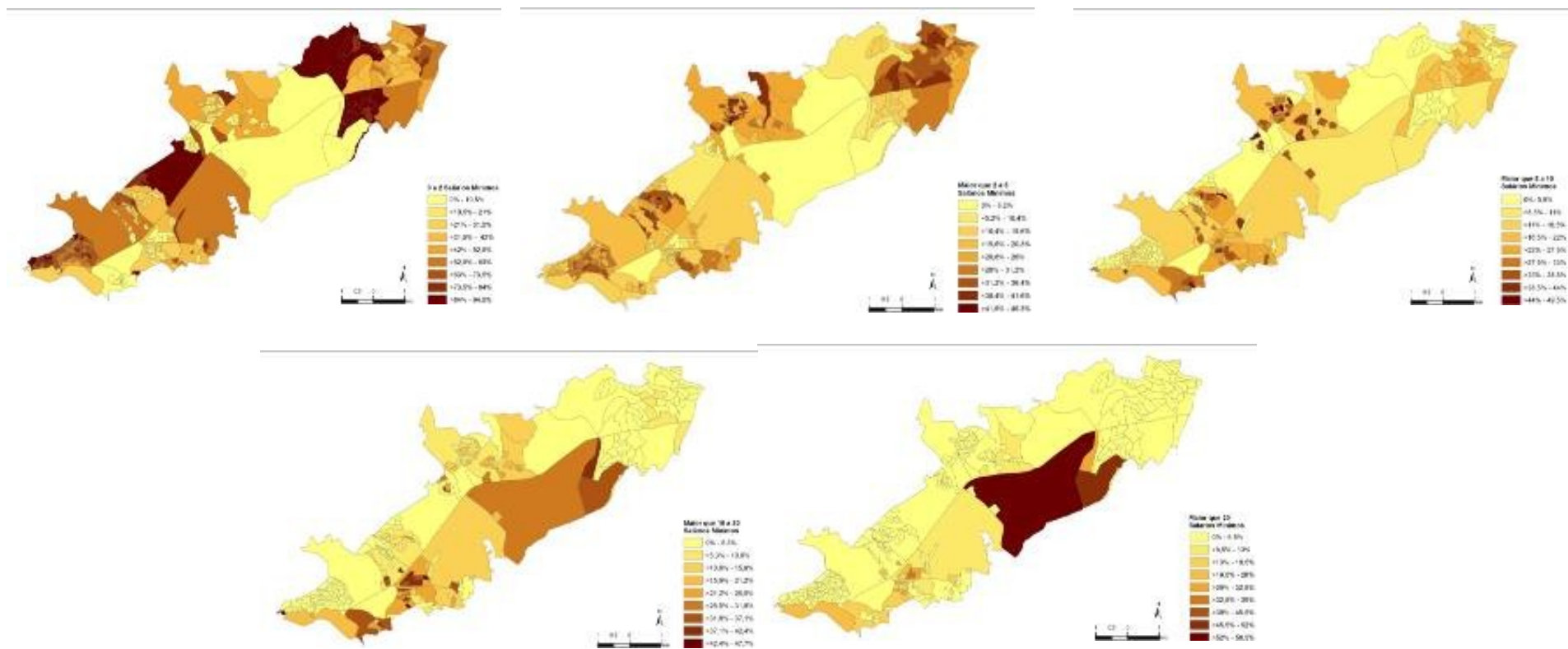
FONTE: IBGE 2000
ELABORAÇÃO: MARIA CECÍLIA MAIA
ORGANIZAÇÃO: CLAUDIA LIMA

A Figura 22 ilustra como a população residente no entorno da Avenida Paralela se distribui espacialmente e demonstra as áreas de maior concentração habitacional, as quais na sua maioria compreendem uma população de baixa renda. Esta conclusão pode ser observada na Figura 23, na página seguinte, a qual espacializa os chefes de domicílio conforme sua renda.

Estes dois índices (população e renda) ratificam a paisagem da área de estudo observada no trabalho de campo.

FIGURA 23

RENDA POR CHEFE DE DOMICÍLIOS



FONTE: IBGE 2000

ELABORAÇÃO: MARIA CECÍLIA MAIA

ORGANIZAÇÃO: CLAUDIA LIMA

O aglomerado urbano de Pernambués é caracterizado por uma população extrato social de renda baixa, que ganha em sua maioria de 0 a 5 salários mínimos em geral, sendo que as rendas menores são identificadas no Alto da Ventosa, invasão que se limita ao sul com a Avenida Paralela (altura da concessionária Grande Bahia) e ao leste com a Avenida Luís Eduardo Magalhães e encontra-se conurbada ao norte com Pernambués.

FIGURA 24



RESIDÊNCIAS DO ALTO DA VENTOSA, Pernambués, 2007.
FONTE: Cláudia Lima

Outras áreas com perfil semelhante estão situadas em parte do bairro de Mussurunga e no Bairro da Paz, vale ressaltar que a situação de pobreza nestes bairros é mais agravada, já que a grande maioria da população recebe de 0 a 2 salários mínimos.

No setor censitário correspondente ao CAB, há uma discrepância se forem analisados os dados referentes à densidade populacional e renda. Apesar da baixa densidade, garantida pela conformação espacial do Centro Administrativo da Bahia, há uma leve distorção neste parâmetro, uma vez que no entorno desta área institucional existem áreas de invasão com intensa aglomeração habitacional. Este fato fica claro com os baixos valores de renda.

FIGURA 25



ALTA DENSIDADE NA OCUPAÇÃO EM TORNO DO CAB, 2007.
FONTE: Claudia Lima

FIGURA 26

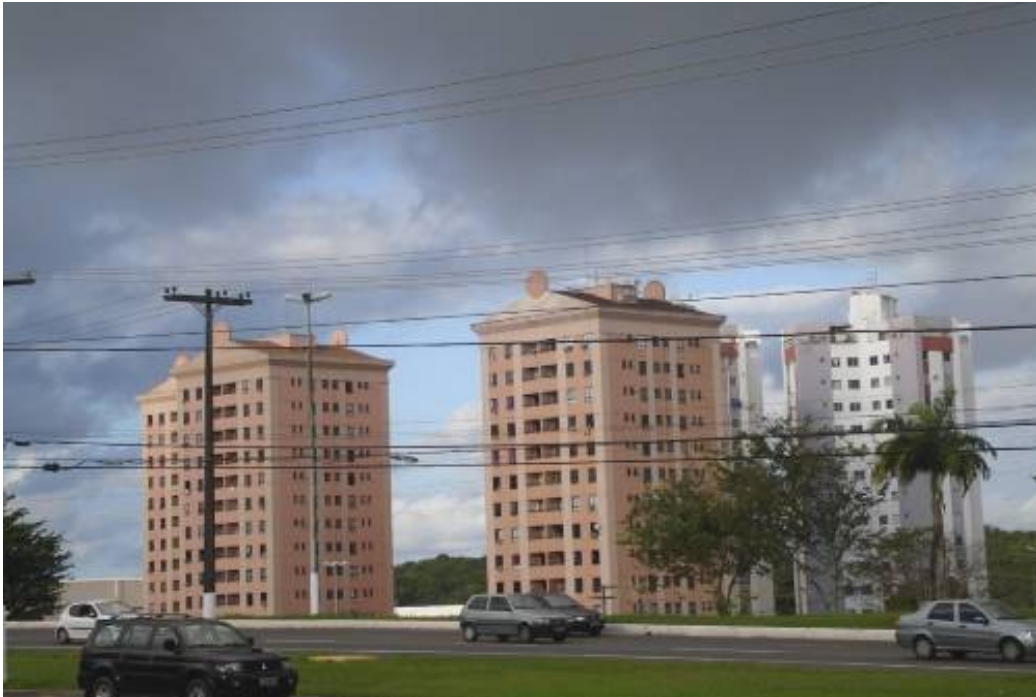


O CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, BAIXA DENSIDADE, 2007.
FONTE: Claudia Lima

Outra questão que fica evidente é a ocupação diferenciada da parte interior da área de estudo e da parte próxima ao litoral. Os mapas temáticos relativos a rendas superiores a 10 salários mínimos (Figura 23) ilustram bem essa divisão.

O mosaico de cores identificado nos cinco mapas relacionados à renda evidencia a forma de ocupação característica de Salvador, que agrega em espaços próximos populações economicamente diferenciadas, estabelecendo uma relação dialética e, dentro do possível, estável, entre fonte de emprego e fonte de empregados, com atritos e reações característicos do processo de diferenciação e exclusão social.

FIGURA 27

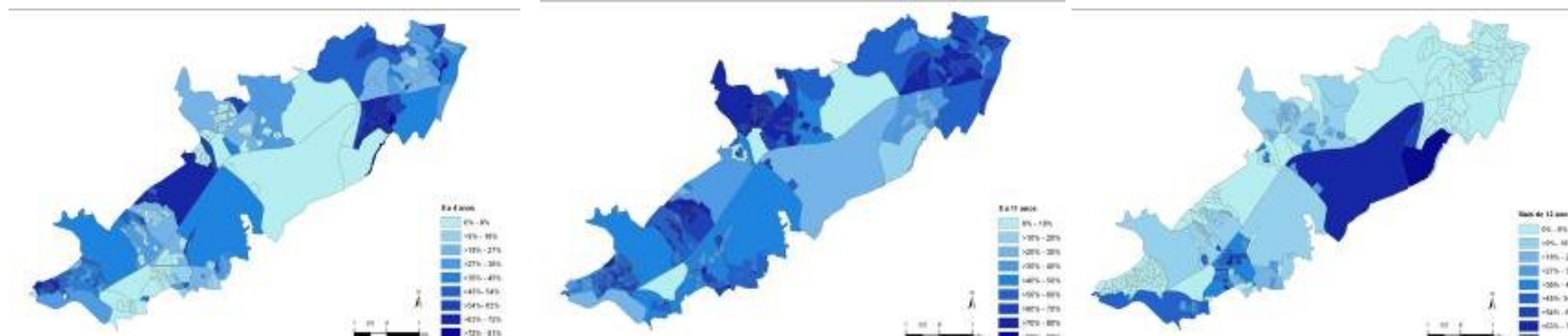


PRÉDIOS RESIDENCIAIS DE CLASE MÉDIA, BAIRRO DO IMBUÍ, 2007.
FONTE: Cláudia Lima

A Figura 28, referente a escolaridade dos habitantes da área de estudo, ratifica a relação entre renda e número de anos de estudo. Os habitantes com baixo índice de escolaridade geralmente se localizam nos setores censitários ocupados por populações de baixa renda. Assim, o mapa que representa as pessoas que recebem de 0 a 5 cinco salários mínimos é bastante semelhante ao mapa de 0 a 4 anos de estudo.

FIGURA 28

ESCOLARIDADE (ANOS DE ESTUDO)



FONTE: IBGE 2000
ELABORAÇÃO: MARIA CECÍLIA MAIA
ORGANIZAÇÃO: CLAUDIA LIMA

O mesmo ocorre ao relacionar os mapas temáticos referentes às populações de renda superior a 10 salários mínimos e com mais de 12 anos de estudo. Estando incluídos aí moradores do Bairro do Imbuí, condomínios residenciais em Patamares e limítrofes à Avenida Orlando Gomes, atrás e ao lado do Clube Costa Verde.

Quanto a faixa etária, de um modo geral a população é jovem, possuindo até 24 anos. Os setores censitários com população superior a 50 anos geralmente se refere a ocupações mais antigas como Nova Brasília, Narandiba Sul, Saboeiro, Imbuí e Patamares, com cerca de 4 décadas de implantação. Vale ressaltar que a antiguidade das ocupações é relativa, uma vez que é uma área distante do núcleo inicial da Cidade de Salvador, e começou a ser urbanizada na década de 70.

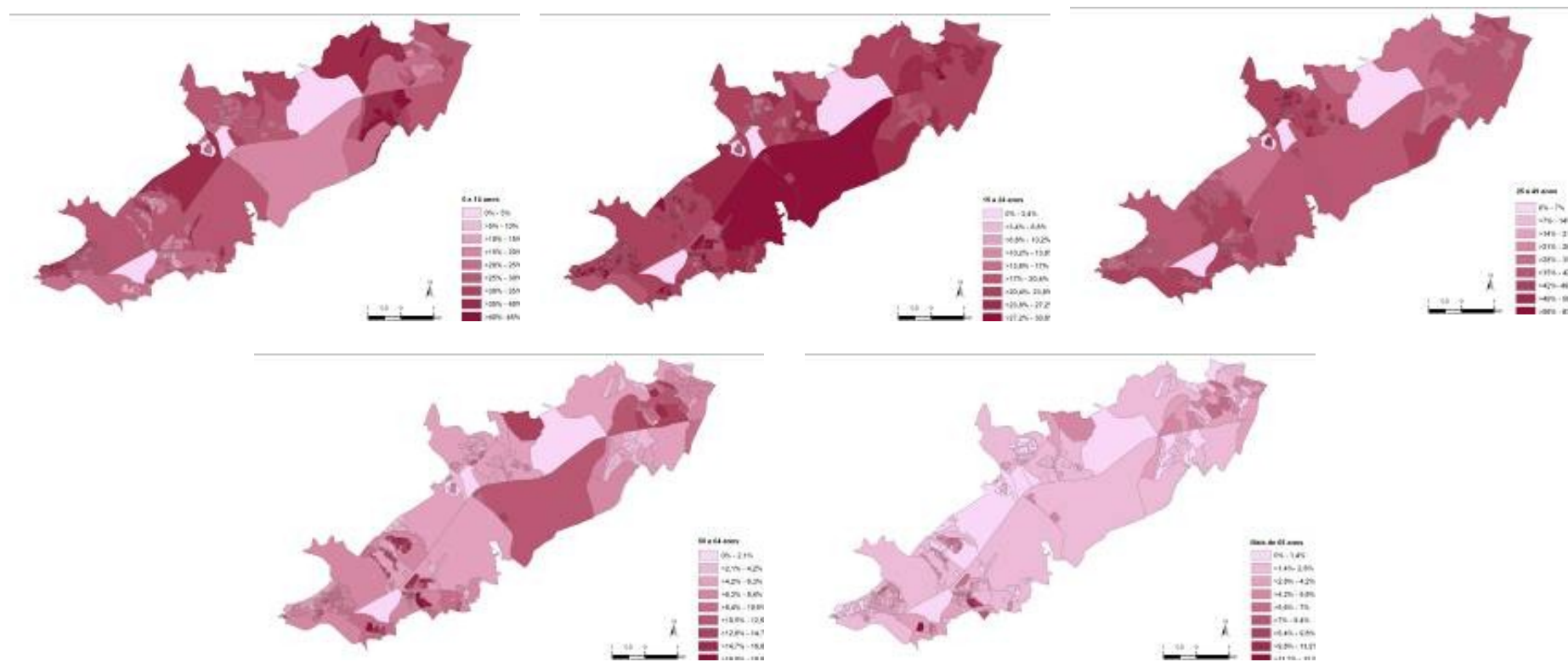
A figura seguinte, refere-se a dotação de infra-estrutura por domicílio, analisada a partir de dados sobre coleta de lixo, rede de abastecimento de água e rede de coleta de esgoto.

A coleta de lixo é realizada em mais de 70 % das residências, sendo os índices mais baixos encontrados no Bairro da Paz, que também apresenta uma situação comparativamente inferior no que se refere ao abastecimento de água.

Quanto a rede de esgoto, com exceção de Pernambués, as áreas de ocupação irregular apresentam os menores índices, como acontece em quase toda a Cidade. Pernambués e o Alto da Ventosa sofreram intervenção na época da construção da Avenida Luís Eduardo Magalhães, recebendo melhorias de infra-estrutura e aparência, com o rebocamento e pintura das fachadas vistas. As áreas com melhores índices referem-se à maioria dos conjuntos habitacionais, como Saboeiro, Narandiba, Trobogy e Mussurunga, aos conjuntos residenciais como o Paralela, Amazonas e Flamboyants e ao bairro do Imbuí. Os setores referentes ao CAB, Patamares e parte do bairro de Mussurunga têm seus índices reduzidos pela existência de áreas ocupadas irregularmente.

FIGURA 29

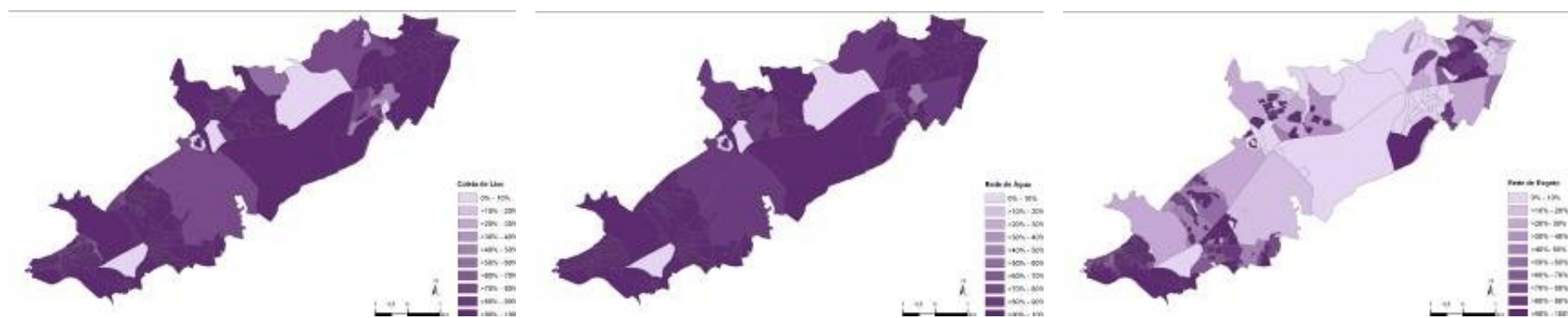
FAIXA ETÁRIA



ONTE: IBGE 2000
 ELABORAÇÃO: MARIA CECÍLIA MAIA
 ORGANIZAÇÃO: CLAUDIA LIMA

FIGURA 30

INFRA-ESTRUTURA POR DOMICÍLIO



FONTE: IBGE 2000
ELABORAÇÃO: MARIA CECÍLIA MAIA
ORGANIZAÇÃO: CLAUDIA LIMA

Tendo como a análise dos espaços públicos, o ponto principal da área de estudo é o Parque Metropolitano de Pituvaçu. Sua existência desde a década de 70 só foi traduzida em espaço de lazer, recreação, esporte e cultura na década seguinte, quando se tornou acessível à população através da Avenida Otávio Mangabeira. Assim, apesar de estar em uma posição central em relação à área de estudo, que na década de 80 já possuía uma ocupação habitacional consolidada, o Parque tinha um difícil acesso, devido a distância de sua entrada. Seu maior valor para a população do entorno interior era paisagístico.

FIGURA 31



FOTO AÉREA AVENIDA PARALELA: CAB e Parque Metropolitano de Pituvaçu, 1999.
FONTE: MARCELO LOPEZ

Em 1995 foi entregue a primeira reforma do Parque que agregou o Espaço Mário Cravo, com diversas esculturas deste artista, ganhando uma configuração mais contemporânea. Dez anos depois foi feita outra intervenção, numa busca ao projeto inicial de Pituvaçu, o qual previa um acesso pela Avenida Paralela, na área cedida ao CAB para implantação da Superintendência do Centro Administrativo da

Bahia, a SUCAB. Desta forma, este Parque, que com o tempo passou a ser largamente utilizado pela população de toda a Cidade nos finais de semana, passa a ser mais acessível.

Fora esta opção de Espaço Público Urbano a população do entorno tem que se deslocar para outras áreas da Cidade, como o Parque do Abaeté em Itapoã, o Parque da Cidade na Pituba e a orla marítima (citados como opção de lazer nas entrevistas realizadas).

Cabe agora analisar os espaços públicos e espaços livres de edificação existentes nas ocupações habitacionais da área de estudo.

No bairro de Pernambués os principais locais de encontro da população são dois campos de futebol: um localizado atrás da concessionária Grande Bahia, próximo à Avenida Paralela, e outro localizado próximo à Avenida Luís Eduardo Magalhães, em área de vale. Nestes locais são realizados campeonatos com os times do bairro e da cidade. Fora estas opções, mais voltadas para a população masculina, os encontros, passeios de bicicleta, brincadeiras infantis são realizados nas ruas próximas à residência com baixo ou inexistente fluxo de veículos.

FIGURA 32



CAMPO DE FUTEBOL, Alto da Ventosa, 2007.
FONTE: Claudia Lima

A partir de 2001, com a entrega da Avenida Luís Eduardo, as crianças começaram a brincar de pipa nas calçadas, canteiro central e viadutos, estes espaços também se transformaram em locais para a prática de caminhadas, corridas e ciclismo.

FIGURA 33



PARQUE INFANTIL: pracinha no Alto da Ventosa, 2007.
FONTE: Claudia Lima

O bairro do Imbuí possui uma ocupação essencialmente verticalizada. Nos edifícios mais antigos, as áreas livres se transformaram em estacionamento, restando espaço, em alguns casos, para quiosque com churrasqueira, parque infantil e uma pequena área de conagraçamento. No mais, os espaços destinados às brincadeiras infantis são os *playgrounds*. Nos edifícios mais novos já há áreas de lazer comuns aos edifícios contemporâneos de classe média e alta, como quadra de esportes, sala de ginástica, salão de festas, piscina, etc. , e os estacionamentos para um ou mais carros por unidade domiciliar já são previstos. Os jovens e adultos utilizam as barracas que vendem lanches e bebidas que ficam principalmente na via marginal a Avenida Jorge Amado e no canteiro central desta.

FIGURA 34



IMBUÍ: Via marginal à Av. Jorge Amado, 2007.
FONTE: Claudia Lima

FIGURA 35



IMBUÍ: barracas e barzinhos como lazer de jovens e adultos, 2007.
FONTE: Claudia Lima

O Projeto Urbanístico Integrado Narandiba, implantado no final da década de 1970, tem algumas de suas áreas construídas na delimitação geográfica da área de estudo: a Narandiba Sul e Saboeiro. A construção da Avenida Edgar Santos foi a espinha dorsal do Projeto (SCHEINOWITZ, 1999: 221), sendo a via que liga a Avenida Paralela à aglomeração populacional. Outra via importante é a Saboeiro que liga Narandiba à ocupação de mesmo nome. A prioridade do governo na implantação do Projeto foi dada a Narandiba Norte, a qual possuía maior índice de infra-estrutura, com a construção de Cabula II e IV, Beiru e Engomadeira.

Assim os equipamentos de lazer e esporte encontram-se fora da área de estudo, embora estejam próximos a ocupação implantada na parte sul do Projeto. No entanto, esta área é melhor dotada de centros educacionais, de saúde e elementos viários, do que áreas de lazer, as quais estão praticamente resumidas à praça de esporte de Engomadeira e aos Centros Sociais Urbanos. Desta forma, restam aos habitantes de Narandiba Sul e Saboeiro os espaços livres existentes entre as edificações, quando não são transformados em estacionamentos de carro.

FIGURA 36



QUADRA DE ESPORTE NA ROTATÓRIA QUE LIGA NARANDIBA A SABOEIRO: Lazer de poucos, 2007.
FONTE: Cláudia Lima

As áreas de ocupação irregular no entorno do Centro Administrativo da Bahia, próximas à Nova Sussuarana e à Avenida São Rafael são mais recentes, datam da década de 90, e ocorrem em áreas de encosta. Lá, o lazer ocorre nas ruas, em sua maioria, de barro e nos fundos de vale, onde existem também algumas plantações de subsistência. Não foi encontrado registro de utilização das extensas áreas ajardinadas do CAB.

FIGURA 37



OCUPAÇÃO RESIDENCIAL ENTRE A AVENIDA SÃO RAFAEL E O CAB: campo de futebol improvisado no fundo de vale, 2007.
FONTE: Claudia Lima.

A invasão de áreas do entorno do Parque de Pituáçu, tem neste espaço público e nas ruas a sua fonte de lazer. Já nas ocupações irregulares entre o Parque de Pituáçu, o Imbuí e a Boca do Rio, a orla é a referência.

Os conjuntos habitacionais como o Paralela Park, Vila dos Flamboyants, Vivendas do Rio, Aldeia das Pedras, Bosque da Lagoa entre outros, localizados em vias Marginais à Avenida Paralela também possuem seus espaços livres ocupados por vagas de estacionamento de veículos. Durante o dia, quando os carros estão geralmente fora da área dos condomínios, as crianças e adolescentes utilizam o

espaço para suas brincadeiras, à noite ficam em grupos entre os carros. Nos finais de semana o lazer se dá, muitas vezes, longe de casa, em *shoppings centers*, praias e parques. Ainda existem alguns barzinhos nas proximidades dos conjuntos onde os jovens e adultos jogam dominó, assistem jogos de futebol, etc.

Os condomínios de residências unifamiliares habitados pelas classes sociais de renda média e alta, localizados em Patamares e ao longo da Avenida Orlando Gomes são dotados de infra-estrutura comum como clube, quadras de esportes, parques infantis, etc, além das áreas privativas nos lotes dos moradores. Exemplo recente desta forma de ocupação é o condomínio de residências de luxo Alphaville, implantado em 2003. O sucesso deste empreendimento levou ao lançamento, em 2005, do condomínio Alphaville II, dentro dos mesmos preceitos do primeiro, a ser construído na área do antigo parque aquático Wet'nWild e redondezas.

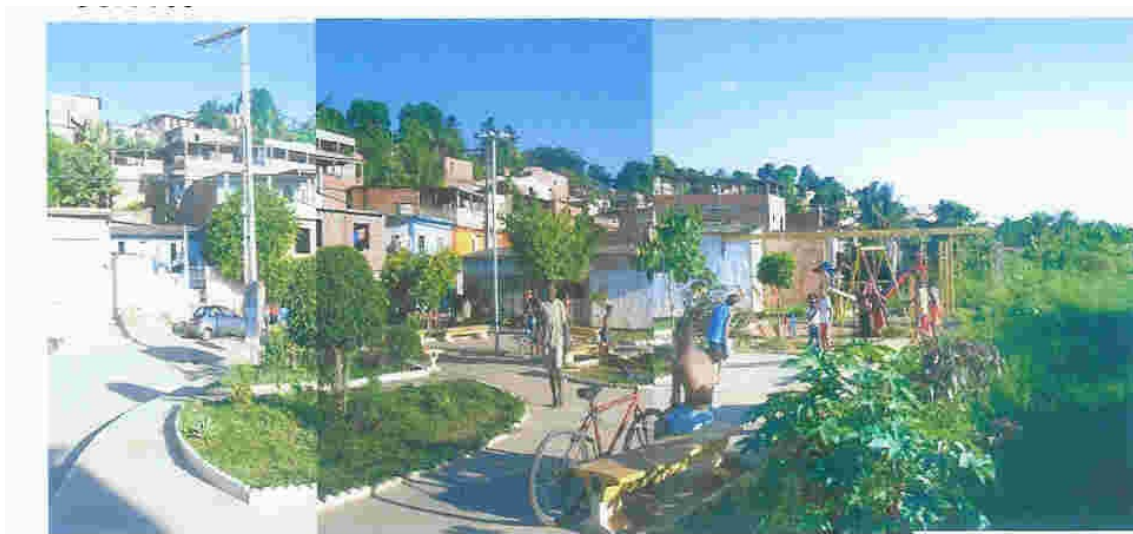
O Bairro da Paz, ocupado por cerca de 65 mil habitantes (IBGE, 2000), não possui sequer uma quadra de esportes. Segundo os moradores existem duas praças: uma que na verdade é o fim de linha de ônibus do bairro (Figura 38) e a outra, entregue em 2006, voltada para o público infantil (Figura 39). No mais, o lazer ocorre nas ruas e nas estreitas calçadas, nas quais os adultos e idosos põem suas cadeiras e conversam e as crianças jogam bola, "pulam elástico", andam de bicicleta, etc.

FIGURA 38



PRAÇA PRINCIPAL DO BAIRRO DA PAZ: Estátua símbolo do bairro e alguns bancos, 2007.
FONTE: Claudia Lima

FIGURA 39



BAIRRO DA PAZ: Praça infantil.
 FONTE: Claudia Lima, 2007.

O bairro de Mussurunga possui basicamente duas formas de ocupação: conjuntos habitacionais com residências uni e pluri familiares e "invasões". A primeira possui um uso similar ao descrito para Narandiba e Saboeiro e a última ocorre como no Bairro da Paz.

O bairro é conhecido como a "terra dos aviões" em função destes sobrevoarem o local em baixa altitude, preparando-se para a aterrissagem no aeroporto. Também possui uma atmosfera pacata de "cidade do interior", o que lhe garante uma característica pouco visível nos outros bairros: a tranquilidade.

FIGURA 40



MUSSURUNGA: Praça, 2007.
 FONTE: Claudia Lima

São Cristóvão, por conta de estar localizado entre a Avenida de mesmo nome e o limite municipal, tem uma relação mais intensa com a orla e com Lauro de Freitas. Lá existem dois campos de futebol, freqüentemente utilizados. No mais, guarda semelhanças com a ocupação de Mussurunga.

Vale ressaltar que a presença de shoppings de bairro no Imbuí e em São Marcos (Avenida São Rafael) também configuram como opções de lazer voltadas para os condomínios e conjuntos habitacionais, uma vez que nesses espaços a disponibilidade de recursos financeiros corresponde a meio de acesso.

Como foi possível observar, a área de estudo, de um modo geral, é carente de espaços públicos. Os espaços livres, os chamados "vazios", não são urbanizados e são de propriedade particular devendo se transformar em outras áreas habitacionais, segundo planos dos seus proprietários (ARQPLAN, 2000).

As populações melhor servidas de áreas de lazer são as de melhor renda por conta de possuírem infra-estrutura privada. A facilidade de locomoção e a disposição de recursos acarretam também em um aumento de opções e diversificação de formas de lazer na cidade.

A ocupação da área de estudo privilegiou de forma geral o sistema viário, a dotação de comércio e serviços locais, centros comerciais, escolas, hospitais e centro médicos, entre outros. O lazer ficou relegado aos espaços privados e, no caso da classe de renda baixa, para os espaços livres existentes.

Fora o Parque de Pituaçu, que foi projetado para uma demanda regional, não existem outros parques e as praças são resultado, geralmente, de aproveitamento de sobras de espaços, assim como os campos de futebol. A criação dessas poucas áreas deveu-se a reivindicações populares a partir da apropriação de terrenos desocupados, caracterizando-se por uma infra-estruturação muitas vezes deficiente. Como exemplo, podem ser citadas a praça infantil do Bairro da Paz e a do Alto da Ventosa, "coincidentemente" as áreas com populações mais pobres.

FIGURA 41



IMBUÍ PLAZA: Centro de comércio e serviços do bairro, 2006.
FONTE: Claudia Lima

FIGURA 42



COMÉRCIO E SERVIÇOS: Conjunto Amazonas, Paralela, 2007.
FONTE: Claudia Lima

A partir desta análise é possível seguir para uma próxima etapa do estudo: a pesquisa de campo realizada no canteiro central da Avenida Paralela e a apreciação dos seus resultados, os quais podem ratificar os dados neste capítulo explorados.

4- O CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA PARALELA

O canteiro central é um espaço público linear com 14 quilômetros de extensão e 79 metros de largura, que se estrutura na atualidade em uma série de subespaços, utilizados pela população como opção de lazer, convívio social e contemplação, construídos ao longo de três décadas e meia.

Do ponto de vista técnico o canteiro central de uma via é um elemento físico separador de pistas de trânsito de veículos.

No caso da Paralela, este elemento viário ainda tem como objetivo técnico absorver qualquer necessidade de ampliação da Avenida, como ocorreu entre 1998 e 1999 quando foi realizada a construção da quarta faixa das duas pistas da via.

FIGURA 43



CANTEIRO CENTRAL, ÁREA EM FRENTE AO CAB, 1999.
FONTE: CLAUDIA LIMA

Com a solidificação da Avenida Luís Viana, através da ocupação de suas áreas adjacentes, veio a implementação do paisagismo do seu canteiro, iniciado em 1976 e concluído cinco anos depois, quando foram construídos três postos de abastecimento de combustível (SALVADOR, 1999:06): o BR1, em frente ao bairro

do Imbuí, o BR2 após o viaduto do CAB e o BR3 nas proximidades do bairro de Mussurunga.

A concepção paisagística do local, ao contrário do que muitos pensam, não foi de Burle Marx. Este renomado profissional fez apenas o projeto para o CAB e para a área em frente a este na Avenida Paralela, com extensão de 2.000 metros. No entanto, Marx sugeriu que o restante da entrepista desta via mantivesse o mesmo conceito projetual, de modo a criar uma unidade na imagem destes dois espaços, símbolos da modernização de Salvador.

O projeto, a implantação e a manutenção do paisagismo do canteiro central ficaram a cargo da Superintendência Urbana do CAB (SUCAB) como forma de estreitar ainda mais estes dois espaços. Foi criado então, ainda como sugestão de Burle Marx, o Horto do CAB, situado ao lado da lagoa de Pituaçu, objetivando atender as necessidades destas áreas, onde foi criado um viveiro de espécies nativas e adaptáveis às condições ambientais locais. Em 1996 a manutenção do canteiro central da Paralela foi desvinculada do CAB, ficando a cargo da Prefeitura Municipal de Salvador.

A largura é praticamente homogênea ao longo de toda a extensão do canteiro e de seus 850.000 m² de área aproximada. No entanto, existem diferenciações quanto à topografia, ao aproveitamento paisagístico, a apropriação do espaço pela população, além da presença de áreas alagadiças e pequenos lagos.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

4.1.1 Metodologia da coleta de dados

Dentre as formas utilizadas para levantar as informações juntos aos usuários do canteiro central da Avenida Luís Viana, destacam-se, como fonte primária, os seguintes instrumentos: observação, registro fotográfico e aplicação de questionário de pesquisa. No início da coleta de dados foram adotadas como fontes preliminares a observação direta e a sondagem de opinião através de entrevistas semi-estruturadas (observação participante).

O processo fotográfico mostrou ambigüidades em formas de paisagem, uma vez que o caráter ambíguo das fotos surge da possibilidade destas serem, ao mesmo tempo, a realidade (ou o simulacro dela) e a revelação de “coisas” que o olho não vê.

Tais procedimentos indicaram mais do que paisagens, indicaram aspectos fundantes para a elaboração do questionário.

A metodologia utilizada cumpriu papel estratégico no desenvolvimento da pesquisa, já que perseguiu uma relação de troca e intercâmbio, de aproximação e distanciamento e, principalmente, um jogo de alteridade.

A compreensão, a participação e a receptividade das pessoas pesquisadas e observadas foram elementos incentivadores, ao tempo em que confirmaram a importância do processo dessa pesquisa para o objetivo proposto, demonstrando a relevância do tema.

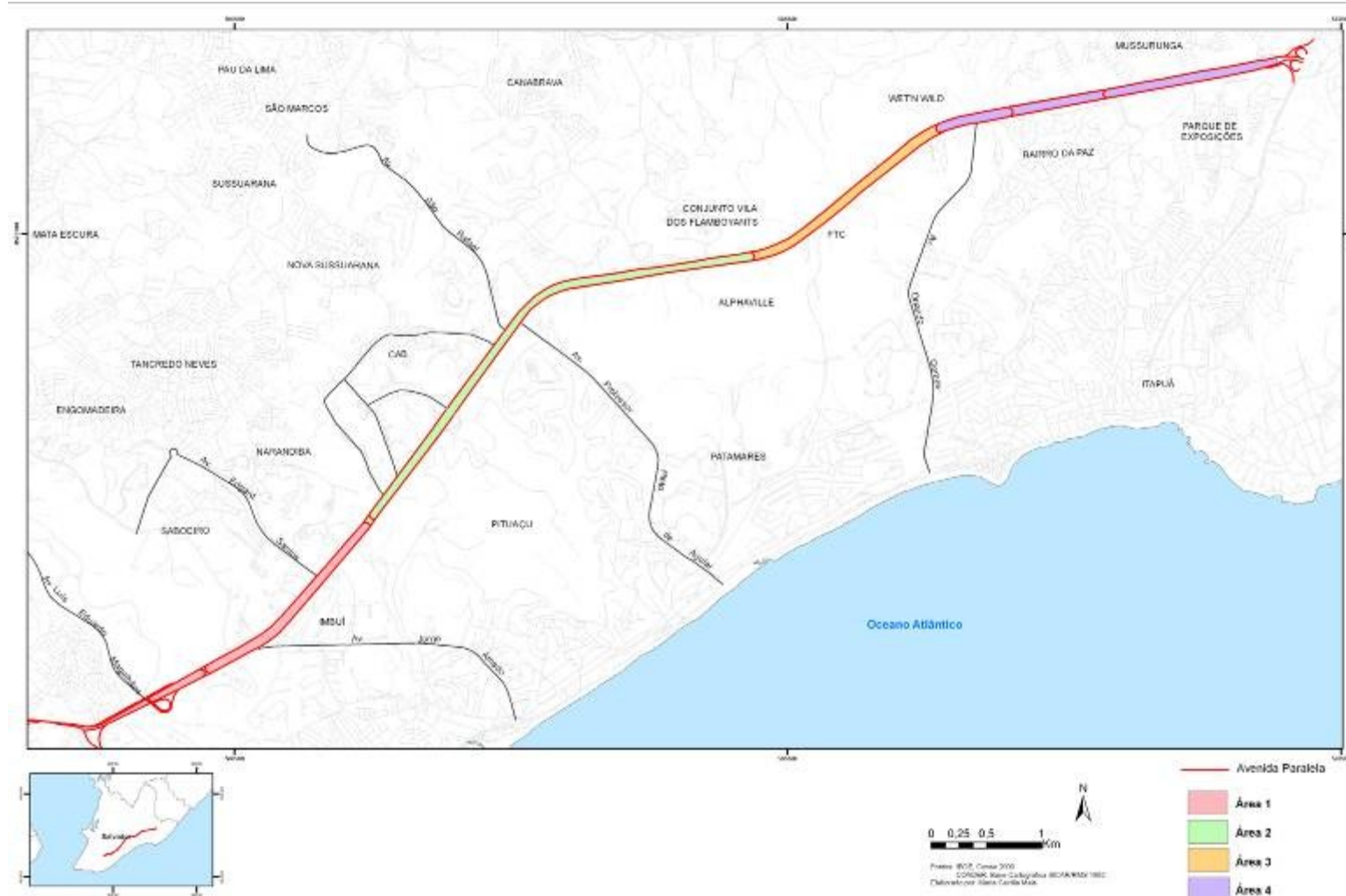
A partir da observação participante, o canteiro foi subdividido em quatro áreas, de acordo com o uso e com a conformação física e funcional, de forma a viabilizar uma compreensão social do espaço mais próxima da realidade.

A primeira área está compreendida entre a ligação da Avenida Tancredo Neves com a Avenida Paralela e o primeiro retorno em nível desta. A área dois segue a partir do limite com a área um até o segundo retorno em nível da Avenida. A terceira área é a menor, terminando em local próximo à Avenida Orlando Gomes. A quarta e última segue até o fim da Avenida. Essas divisões encontram-se representadas na Figura 44.

A partir das características estudadas em cada área do canteiro central as suas especificidades ficaram claras, justificando a divisão da área de estudo. Contudo, compreendê-las separadamente, seria um erro, assim são analisadas de forma inter-relacionada.

FIGURA 44

ÁREAS DE ESTUDO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA PARALELA



Os autores que analisam o mecanismo perceptivo mencionam existir diferenças na percepção em função de aspectos como: faixa etária, sexo, nível de escolaridade, ocupação profissional e renda. Desta forma, alguns desses dados foram incluídos nos questionários aplicados à população usuária do espaço público do canteiro central.

Como a intenção era focar o uso e apropriação desta área, não foram pesquisados dados como renda ou ocupação profissional, tendo em vista que o questionário tinha que ser breve e objetivo. Portanto, foi preferível questionar itens como a existência e a qualidade de espaços públicos e espaços de lazer no bairro de origem.

A sistematização das informações obtidas em campo foi realizada através de gráficos e quadros intercalados por fotografias, mapas temáticos e comentários.

Durante a aplicação dos questionários duas dinâmicas de abordagem aos usuários do canteiro central foram utilizadas:

- a) fixo em um determinado ponto o entrevistador solicita aos que ali passam que respondam as perguntas – essa dinâmica exigiu que o entrevistador eventualmente acompanhasse o entrevistado andando ao seu lado.
- b) o entrevistador aborda indivíduos ou pequenos grupos presentes na área.

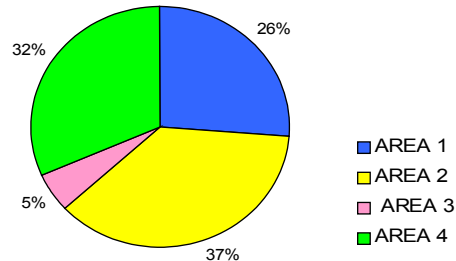
É importante ressaltar que a abordagem, do ponto de vista do gênero, idade e raça, seguiu critérios aleatórios.

4.1.1 Análise dos resultados

Quanto à utilização das áreas, a Figura 45, relativa ao percentual de usuários por área de estudo, representa as diferenças existentes. Esses dados correspondem à capacidade de atração de usuários que cada área possui.

FIGURA 45

PERCENTUAL DE USUÁRIOS POR ÁREA DE ESTUDO



FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima

A área 1 tem como principal elemento de convergência de pessoas a presença de um lago, em frente ao bairro do Imbuí, no qual são desenvolvidas atividades de lazer. Outro fator importante é a existência do posto de abastecimento de combustível BR1 que viabiliza o acesso e estacionamento de veículos no canteiro central.

Outro elemento que influencia a área é a proximidade com aglomerações habitacionais como os condomínios residenciais Amazônia e Paralela, as localidades de Saboeiro e Narandiba e as Avenidas Edgar Santos e Jorge Amado.

FIGURA 46

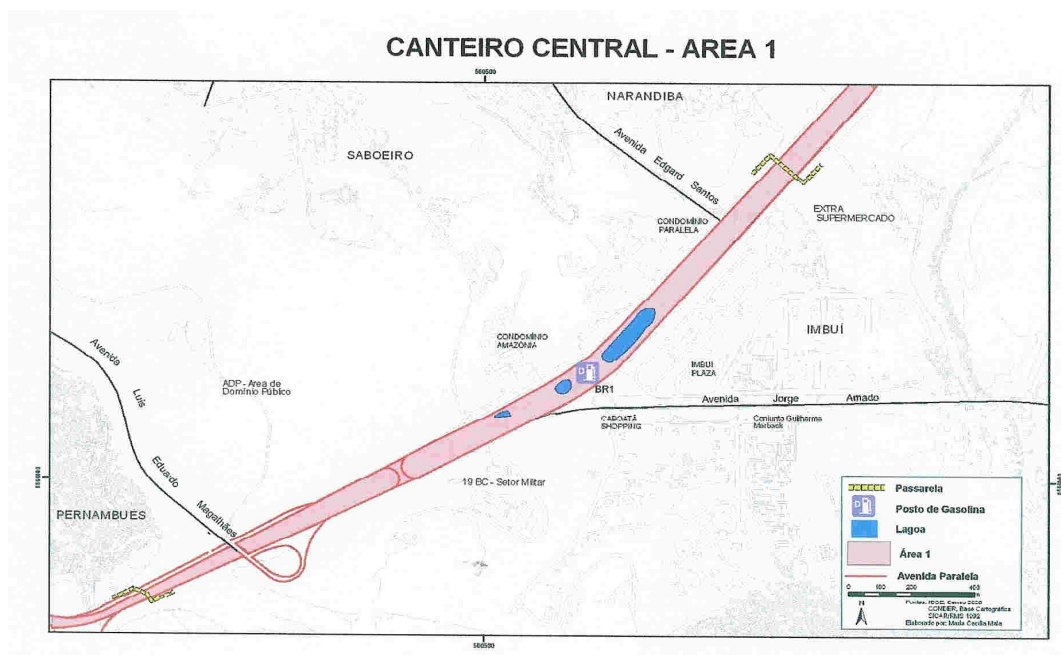


FIGURA 47



ÁREA 1: Lago em frente ao bairro do Imbuí, 2006.
FONTE: Claudia Lima

A área 2 tem a maior quantidade de usuários justificada na existência de infraestrutura para atividades de lazer, recreação e esporte implantada desde o ano de 2002, além de acesso para pedestres (1 passarela e 2 semáforos) e veículos, possuindo estacionamento ao lado do monumento ao Dep. Luís Eduardo Magalhães.

Segundo estudo anterior realizado no canteiro central (LIMA, 2001:12), atividades como caminhada e corrida já eram realizadas no local antes da implantação da infra-estrutura, sendo a realização desta uma reivindicação da população.

Uma entrevista com o arquiteto Luiz Simas (idem:16), funcionário da SUCAB na época, revela que desde a construção da Avenida Paralela surgiram propostas para utilização do canteiro central para fins de lazer, sendo que todas elas esbarravam na questão da segurança. Ele citou o alto índice de atropelos da via, que com o passar dos anos, com a instalação de semáforos e passarelas, foi diminuindo.

Ainda segundo Simas em 1996, devido à demanda existente e o desejo de ressaltar a importância do CAB, foi encomendado pelo Governo do Estado um projeto ao renomado paisagista nacional José Tabacow. O orçamento de 1,5 milhões de reais justificou a não construção da área de lazer que ocuparia o espaço onde hoje se situa o sistema de ciclovias e pista de *cooper* com cerca de três quilômetros.

FIGURA 48



ÁREA 2: Monumento ao Dep. Luís Eduardo Magalhães, 2006.
FONTE: Claudia Lima

A figura acima mostra o monumento em homenagem ao falecido deputado Luís Eduardo Magalhães, construído em 2000, que consta de estacionamento com 20 vagas para visitantes, espelho d'água com fonte luminosa, estátua do político, área de contemplação com bancos. O projeto de autoria do reconhecido arquiteto baiano Assis Reis, foi construído com matérias nobres, quase todo em granito e possui policiamento em tempo integral para inibir depredação do local.

Com relação a este equipamento, foi possível observar que seu potencial de atração de visitantes/usuários é baixo, pois apenas a área do estacionamento é constantemente utilizada. A maioria das pessoas que utilizam o canteiro central apenas passa ao lado do Monumento, através da ciclovia e pista de *cooper*. Nenhum dos entrevistados indicou o equipamento como elemento de destino, mesmo estacionando o veículo no local como forma de acessar o canteiro para prática de caminhadas e ciclismo.

FIGURA 49



ÁREA 2: Infra-estrutura implantada no canteiro central, 2007.
FONTE: Claudia Lima.

Ainda existe na área 2 um lago, em frente ao Conj. Vila dos Flamboyants, que também atrai usuários, além do posto de abastecimento de combustíveis BR2, que tem no espaço de conveniências e no quiosque de acarajé seu ponto de convergência de pessoas.

FIGURA 50

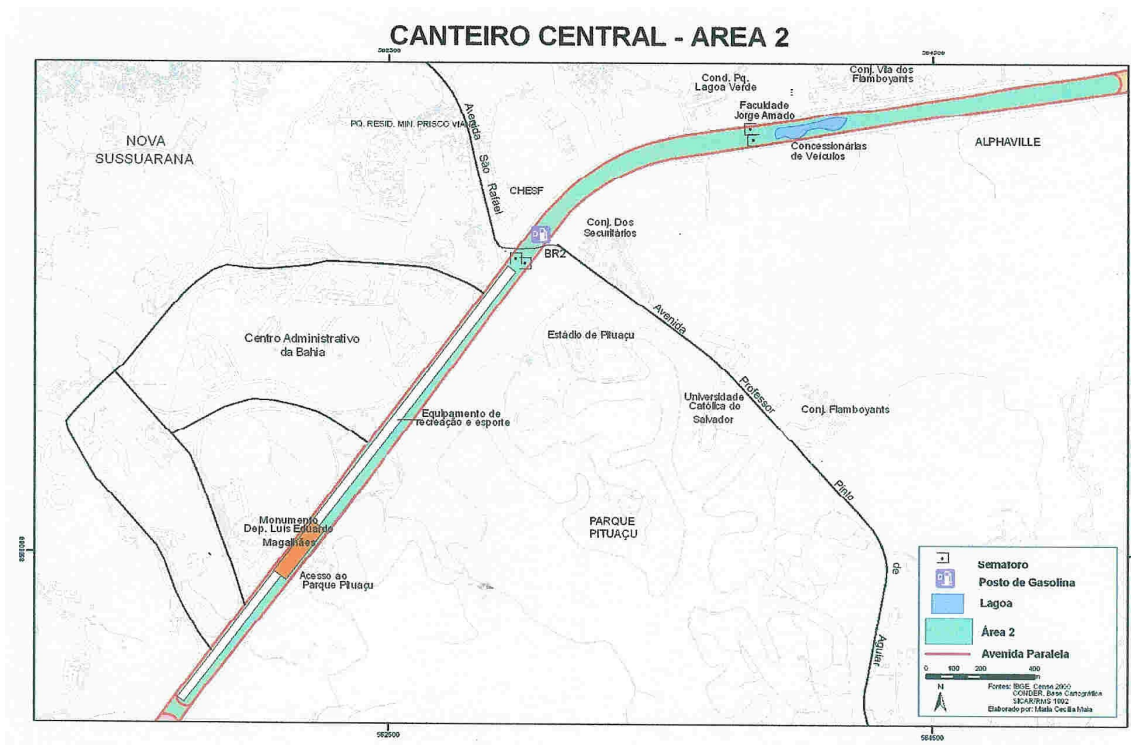


FIGURA 51



ÁREA 2: LAGO E COND. VILA DOS FLAMBOYANTS AO FUNDO, POSTO BR E QUIOSQUES DE LANCHES, 2001.

FONTE: Claudia Lima

A área 3 é a menor e a mais preservada do canteiro central. Seu baixo índice de utilização ocorre pelo isolamento do local, pois praticamente não possui ocupação no seu entorno. Seu principal atrativo é a presença de árvores frutíferas e de pássaros. Possui também uma área m nível mais baixo do que o da Avenida. Esta característica, segundo usuários, é importante, pois o local fica menos exposto ao ruído, sendo mais reservado.

FIGURA 52

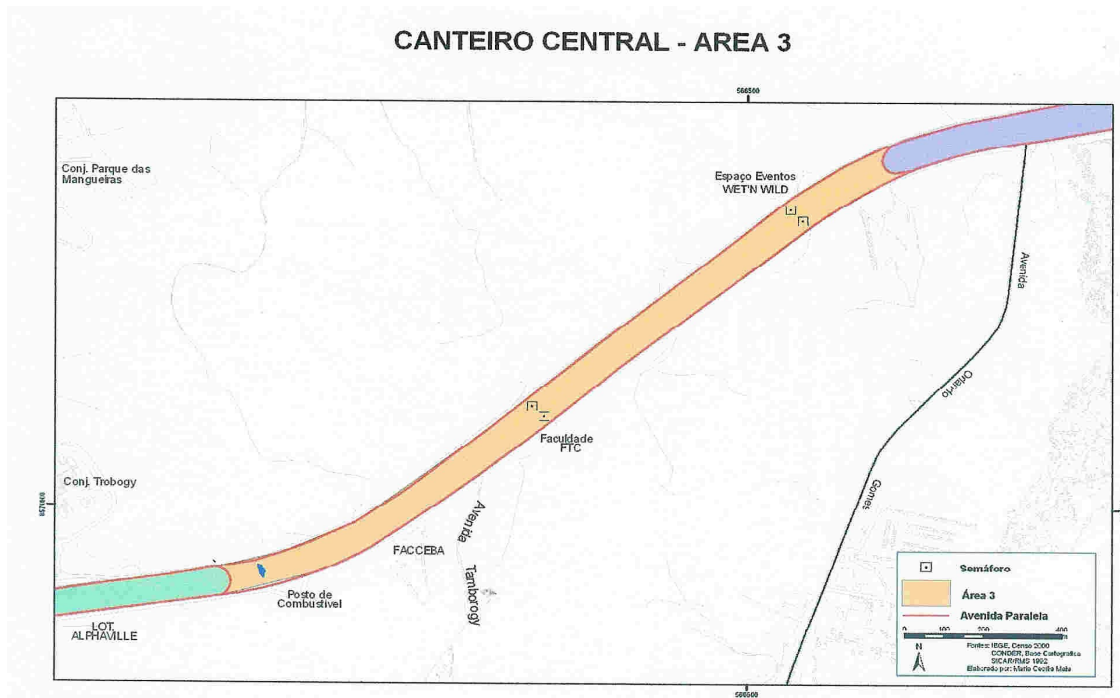


FIGURA 53



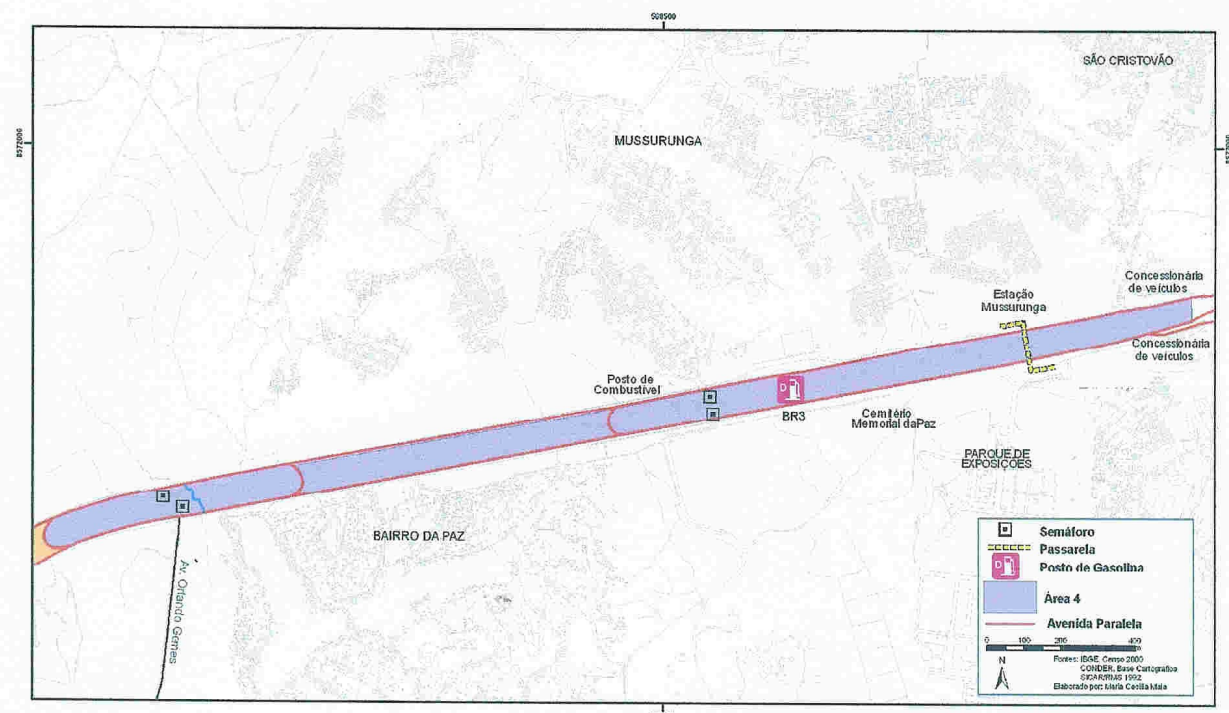
FIGURA 54



A última área, a número 4, é a segunda mais utilizada. Sua localização em frente à áreas de alta densidade que têm acesso direto à Avenida Paralela (sem vias marginais) é um elemento facilitador para sua utilização.

FIGURA 55

CANTEIRO CENTRAL - AREA 4



O maior atrativo desse trecho do canteiro central é um espaço com cerca de 800 metros de extensão, praticamente plano, que fica em nível mais baixo do que as pistas da Avenida. Lá existem algumas árvores frutíferas como mangueira, pé de jamelão e de goiaba, além de um afluente do Rio Jaguaribe. Próximo a este local existe uma área (no nível da via) bastante arborizada e sombreada por pés de jamelão. Ainda há outro espaço arborizado que também atrai muitos usuários. O acesso é feito por travessia da Avenida, sendo facilitado pela presença de três sinaleiras para pedestres.

FIGURA 56



FIGURA 57



O Quadro abaixo mostra os usos identificados no canteiro central neste período de um ano de pesquisa de campo.

QUADRO 01 – Atividades realizadas no canteiro central da Avenida Paralela

ATIVIDADES	LOCALIZAÇÃO			
	AREA 1	AREA 2	AREA 3	AREA 4
CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES E BICICLETAS	X	X	X	X
COOPER – CORRIDA	X	X	X	X
CAMINHADA	X	X		
CICLISMO		X		
NAUTIMODELISMO	X			
RAPEL (NA PASSARELA)	X			
JOGO DE FUTEBOL	X			X
MOUNTAIN BIKE	X	X	X	X
GINÁSTICA (ABDOMINAL, EXERCÍCIOS EM EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS)		X		
PRÁTICA DE CAPOEIRA				X
PESCA (LAZER E SUBSISTÊNCIA)	X	X		X
BANHO NO LAGO	X	X		
ESTAR (SOZINHO, C/ AMIGOS, NAMORADO, FAMÍLIA)	X	X		X
COMTEMPLAÇÃO DA PAISAGEM	X	X		X
PASSEIO COM A FAMÍLIA, AMIGOS		X		X
LEITURA		X		
ENCONTROS SOCIAIS	X	X		X
PIC-NIC	X			X
COLETA E DEGUSTAÇÃO DE FRUTAS NAS ÁRVORES			X	X
BRINCADEIRAS (BONECA, EMPINAR PIPA, PATINS, BICICLETA, PEGA-PEGA...)		X		X
PASSEIO COM ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO		X	X	X
PRÁTICA DE SEXO				X
USO DE DROGAS				X
CONSUMO DE LANCHES E BEBIDAS	X	X		X
ENTREGA DE "TRABALHOS" E OFERENDAS (RITUAIS DE CANDOMBLÉ)	X	X	X	X

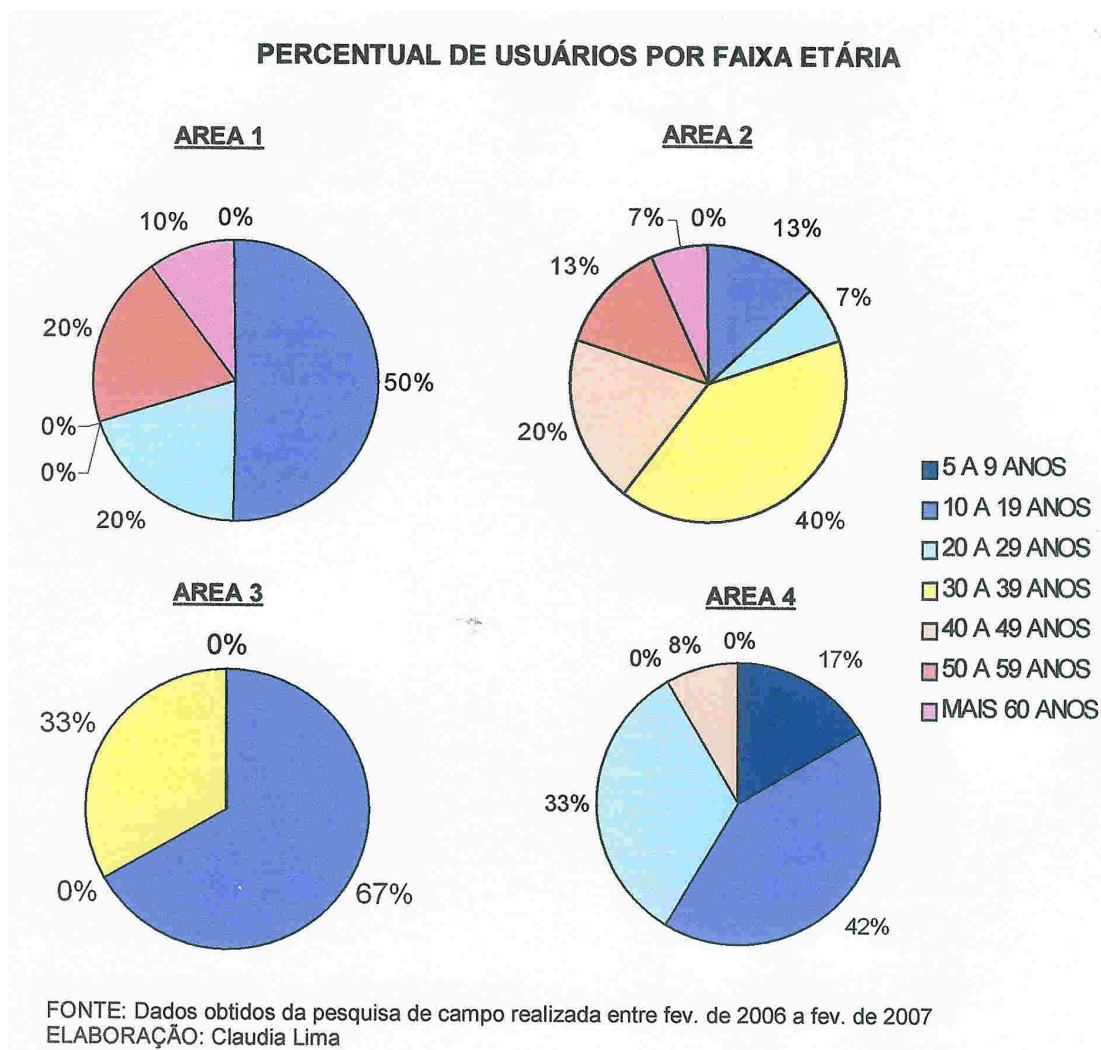
FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima

As áreas dois e quatro não só são as mais utilizadas como possuem a maior diversificação de atividades, a área 1 também possui usos variados enquanto a terceira é mais restrita.

Colocados esses dados, os resultados da pesquisa expressos a seguir correspondem ao perfil dos usuários como forma de oferecer subsídios para a compreensão da dinâmica social que neste espaço se estabelece.

Os dados demonstrados nos gráficos da Figura 58 possibilitam o conhecimento da população que se apropria da área de estudo pela faixa etária, sendo possível diagnosticar uma considerável concentração populacional nas três primeiras faixas (de 5 a 29 anos).

FIGURA 58



A existência de freqüentadores do canteiro central acima dos 50 anos, registrada apenas nas duas primeiras áreas, se justifica pela melhor infra-estrutura e acessibilidade, bem como pelas atividades realizadas.

FIGURA 59

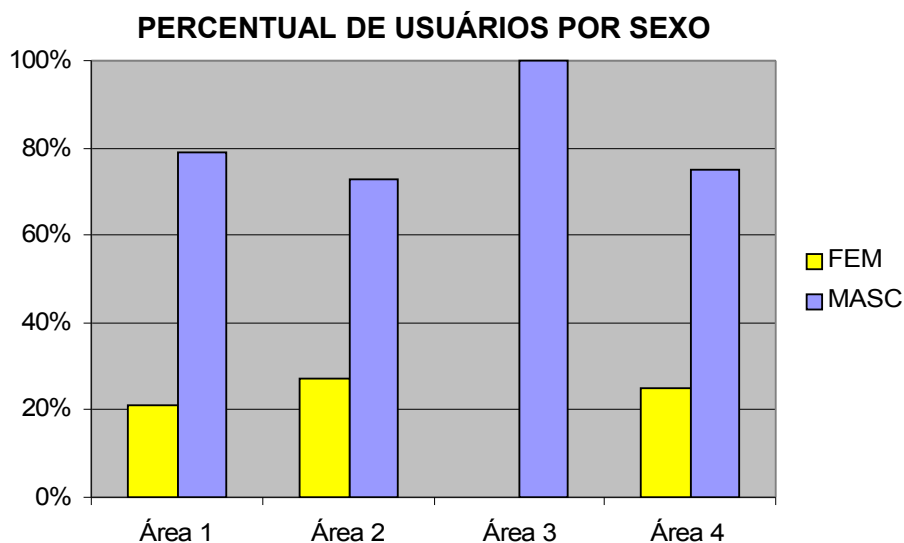


ÁREA 1: PRATICANTES DE NAUTIMODELISMO, A MAIORIA POSSUI MAIS DE 50 ANOS E É APOSENTADA, 2007.

FONTE: Claudia Lima

Quanto ao sexo dos usuários, as áreas 1, 2 e 4 apresentam números parecidos, havendo uma discrepância muito grande entre o número de homens e de mulheres como mostra a Figura 60. A pesquisa de campo não forneceu dados para justificar esses números, mas a partir de outras perguntas do questionário aplicado foi possível verificar que provavelmente a falta de segurança não é o motivo. Uma justificativa plausível é a predominância de atividades realizadas principalmente por homens.

FIGURA 60

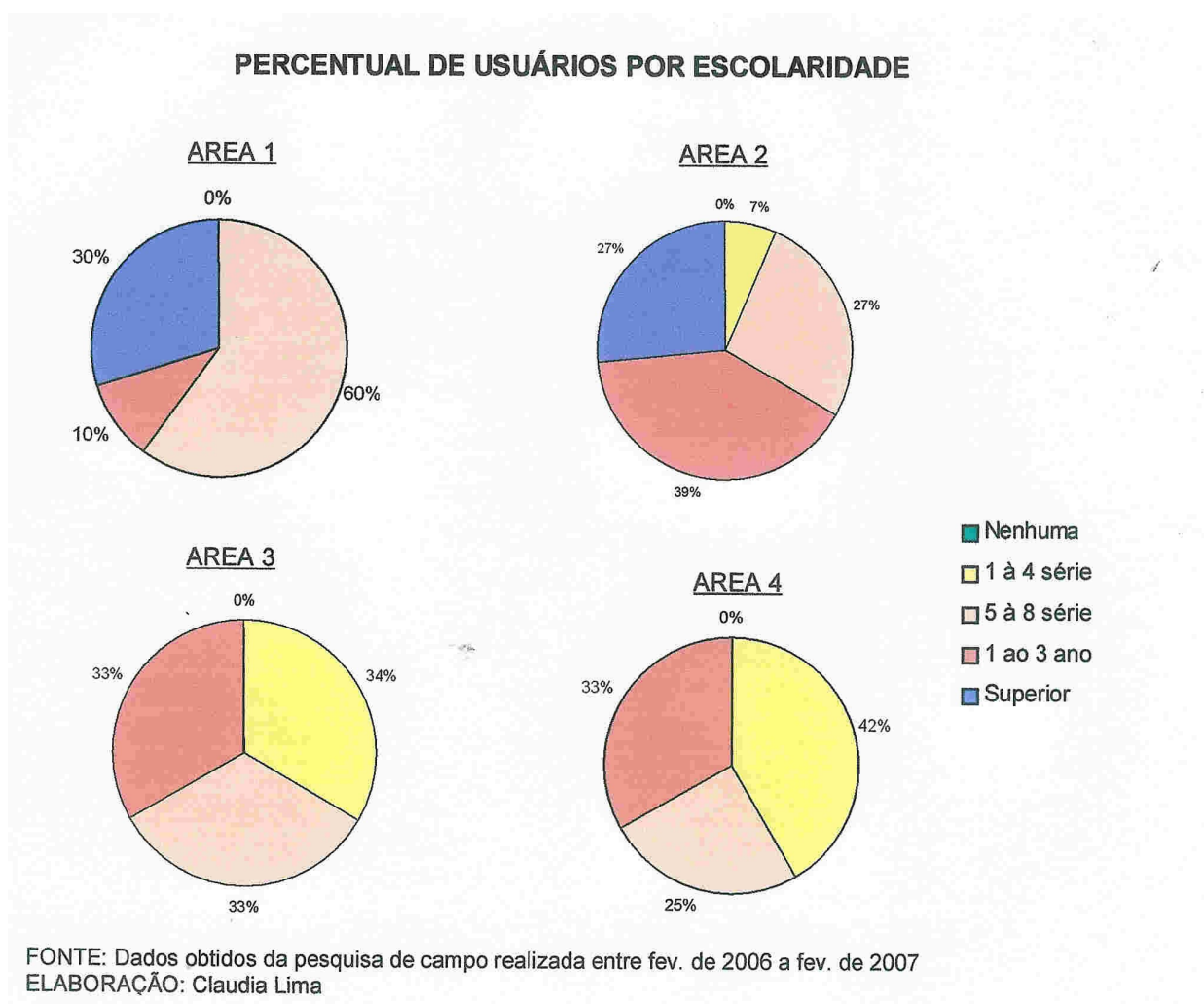


FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima

Com relação ao perfil dos usuários é necessário fazer algumas considerações para justificar a pesquisa desses dados, uma vez que já foi analisado o perfil do morador do entorno da Avenida Paralela no capítulo anterior.

A observação participada na etapa inicial do trabalho de campo, realizada um mês antes da aplicação dos questionários, identificou que a origem dos utilizadores do espaço em estudo era diversificada, não sendo apenas de origem local. Então, a exploração e análise de dados obtidos do IBGE (2000) relacionados às áreas adjacentes à Avenida Luís Viana não eram suficientes para traçar o perfil específico dos freqüentadores do canteiro central. É válido ressaltar que a identificação da origem dos usuários residentes nos setores censitários analisados permite a aferição dos dados coletados em campo.

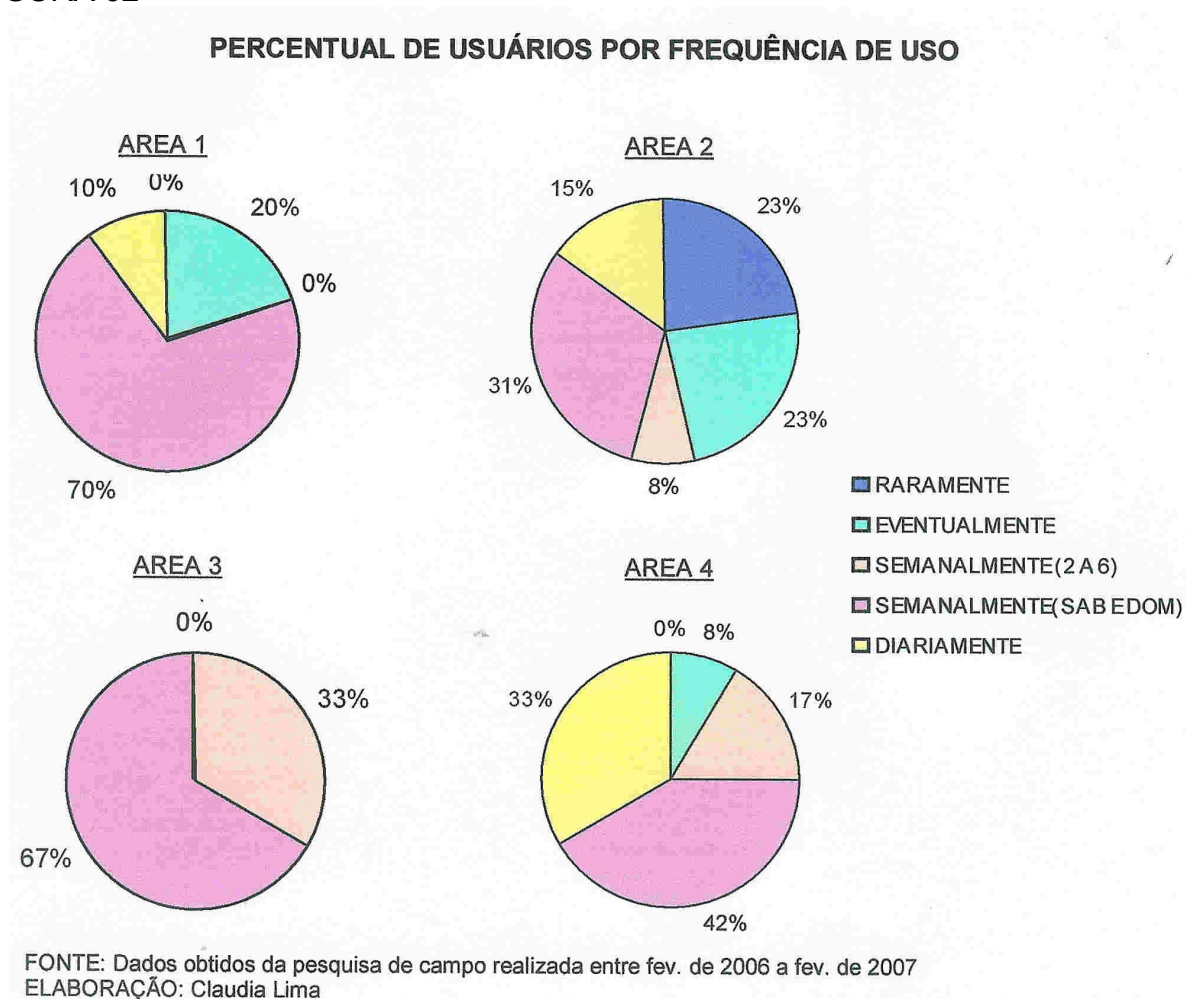
FIGURA 61



A Figura 61 representa em gráficos o nível de escolaridade dos usuários por área do canteiro. Com base nos dados, é possível aferir que as áreas 1 e 2 atraem freqüentadores com mais anos de estudo, ao contrário das outras duas nas quais não existe indivíduos pesquisados com nível superior de ensino. A primeira área é a que apresenta melhores resultados, principalmente comparando estes dados aos de faixa etária.

O próximo dado foi pesquisado com o intuito de mensurar a intensidade de utilização, uma vez que em horários de pico foram registrados em média os respectivos valores para cada área: 20, 62, 6 e 60 pessoas.

FIGURA 62



Os números mais significativos, no canteiro central como um todo, correspondem a uma freqüência de uso semanal, aos sábados e domingos. A Área 2 da qual se esperava valores altos para o uso diário ou durante a semana, devido a

prática de *cooper*, caminhadas e ciclismo como forma de esporte, não correspondeu as expectativas. No entanto, os resultados são condizentes com um espaço público para lazer e recreação, nos quais a maior intensidade é verificada nos finais de semana.

A frequência elevada na área 1, aos sábados e domingos, se refere as atividades de rapel (na passarela do Extra Supermercado), nautimodelismo, pesca e banho no lago. No entanto algumas crianças e adolescentes frequentam diariamente este local para brincadeiras e para “esfriar a cabeça” (no sentido de se refrescar).

Na segunda área, a única na qual foi registrada uma utilização rara, 46% dos usuários não têm uma frequência rotineira. De acordo com as entrevistas este dado se refere a atividades como contemplação, passeios com os filhos ou namorados, consumo de bebidas e lanches.

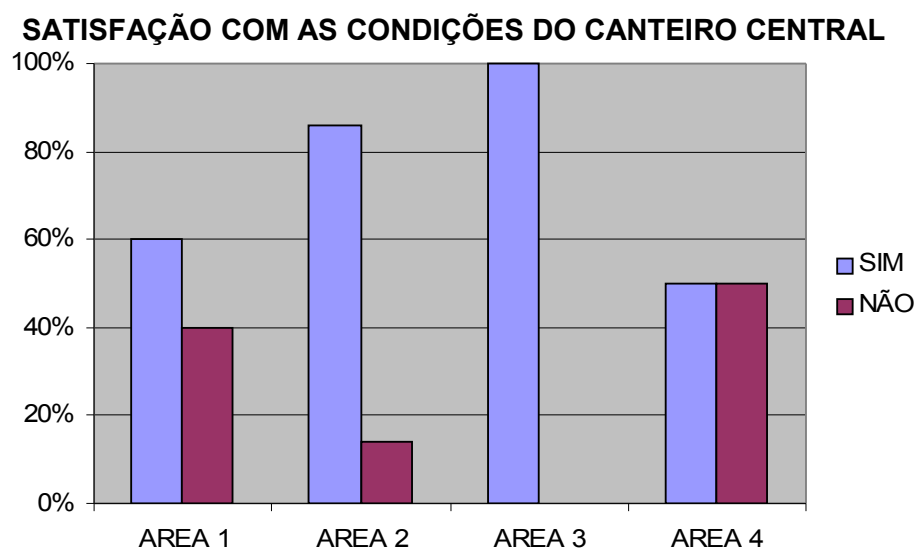
Um entrevistado relatou que era a primeira vez que utilizava o canteiro: estava se dirigindo ao Parque de Pituçu, como fazia frequentemente, mas como havia perdido o ônibus da orla resolveu acessar o parque pela Avenida Paralela. Ao atravessar a pista achou o lugar “limpo, fresco e agradável” e resolveu ficar em um banco sombreado por árvores lendo livros e revistas. Ao dizer que o lugar é mais tranquilo que o parque para ler e que por conta disso iria frequentá-lo outras vezes, me ofereceu um pouco do suco e biscoito, o lanche que sempre leva para os domingos de leitura. Como a maioria dos que frequentam raramente ou eventualmente a área, seu bairro de origem não pertence ao entorno da Avenida delimitado nesta pesquisa.

As poucas pessoas que utilizam a área 3 têm como característica a frequência semanal, seja para passear com os amigos ou com os animais de estimação (no caso, pássaros).

A última área é aproveitada de forma mais intensa, principalmente pela prática de futebol, brincadeiras e encontros sociais.

Os próximos dados foram coletados com o intuito de analisar a qualidade da relação dos usuários com o canteiro central, e os espaços públicos dos seus bairros (caso existam).

FIGURA 63



FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima

O maior índice de insatisfação ocorreu na área 4. Os usuários justificaram a resposta negativa, em sua maioria, devido a falta de infra-estrutura como parque infantil, quadra de futebol, área coberta para *pic-nic* (quiosque), entre outras. Os satisfeitos alegaram falta de confiança no poder público para melhorar a área e receio de não serem ouvidos e perderem o espaço: "é melhor deixar como está". Os freqüentadores da área 3 disseram estar satisfeitos com o local alegando que a vantagem do espaço é a vegetação, as árvores, as frutas: "aqui é bom assim", "o verde é bom para distrair a mente".

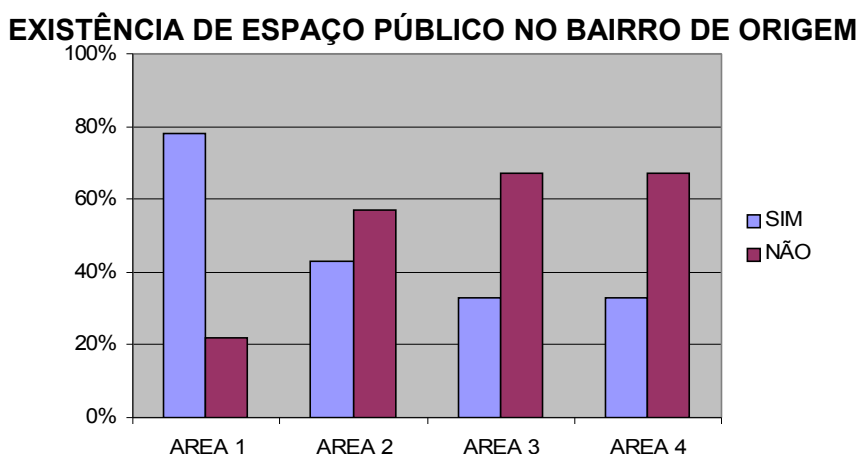
Na área 2 o alto índice de satisfação se deve a existência de infra-estrutura. A presença do monumento para um político foi colocada por alguns como aspecto negativo. Um morador do Conjunto Flamboyant alegou que só não deixou de usar o local depois da construção deste equipamento porque não tinha outro lugar para praticar exercícios: "eu ando aqui a mais de dez anos, quando não tinha nada. Agora tenho que ver esse cara todo dia! Mudar de lugar por causa dele é desaforo, eu venho aqui desde quando não tinha nada! Também não tenho outro lugar para dar minha andada", respondeu indignado.

Na primeira área, as maiores queixas se referem à limpeza, principalmente do lago. A sugestão de alguns foi cerca-lo para que "não coloquem despacho" (ritual do candomblé). Inclusive, esta foi a única área que se referiu negativamente à prática de ritos religiosos no canteiro.

Já que a limpeza do canteiro foi citada, é válido colocar que a maioria dos usuários tem consciência de que a manutenção depende deles: nas quatro áreas, os usuários em geral procuram coletar papéis, embalagens, garrafas de bebida que por ventura tenham consumido. Só foi constatada a presença de lixeiras nos postos de abastecimento de combustíveis e no equipamento esportivo da área 2.

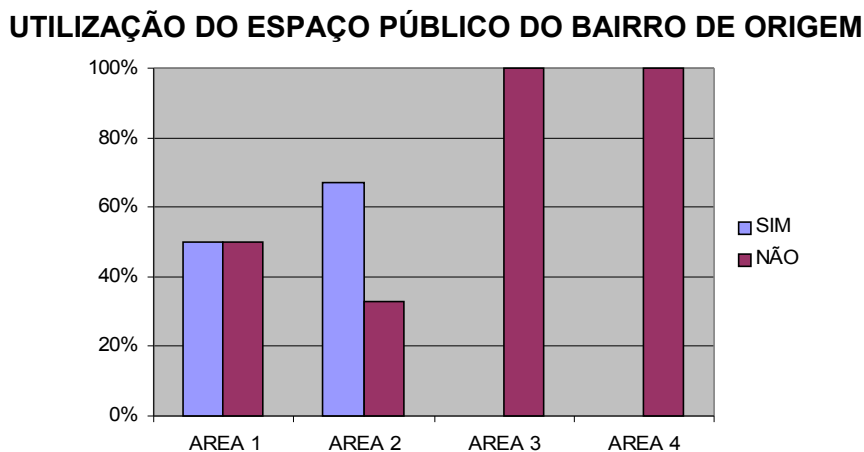
O questionamento sobre a existência ou não de espaços públicos no bairro de origem dos usuários do canteiro e, no caso afirmativo, da sua qualidade revelou alguns aspectos interessantes.

FIGURA 64



FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima

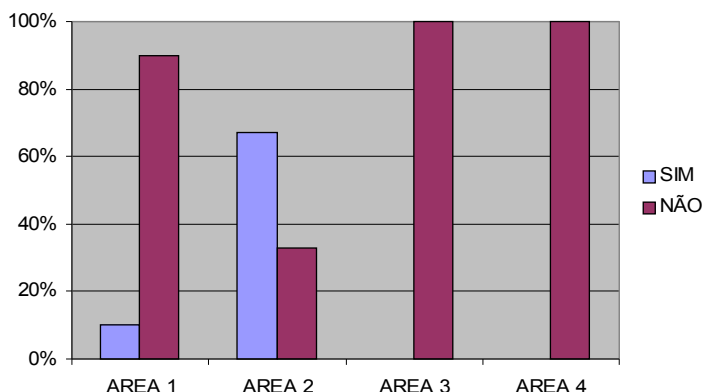
FIGURA 65



FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima

FIGURA 66

SATISFAÇÃO COM O ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DE ORIGEM



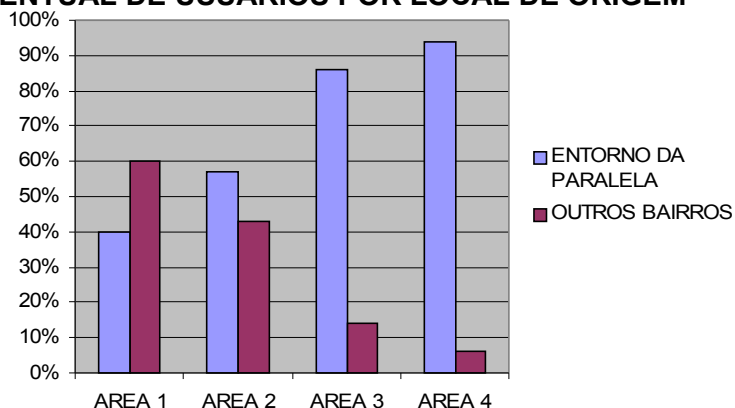
FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
 ELABORAÇÃO: Claudia Lima, 2007.

De um modo geral, as pessoas entrevistadas, independente da idade, compreendem o espaço público como praças e campos de futebol, demonstrando um conhecimento sobre este aspecto no bairro de origem. A verificação destas informações na área do entorno da Avenida Paralela possibilitou identificar e registrar fotograficamente estas áreas: por campo de futebol as pessoas compreendem um espaço com equipamentos característicos; os terrenos baldios ou espaços livres de edificação, como os canteiros centrais, não foram identificados como espaços públicos; a compreensão de praça vai desde um pequeno espaço dotado de bancos até áreas com equipamentos como parque infantil e áreas ajardinadas.

O último dado a ser apresentado é a origem dos usuários do canteiro central, a partir do qual será possível fazer uma análise mais completa sobre este espaço com a identificação da sua área de influência.

FIGURA 67

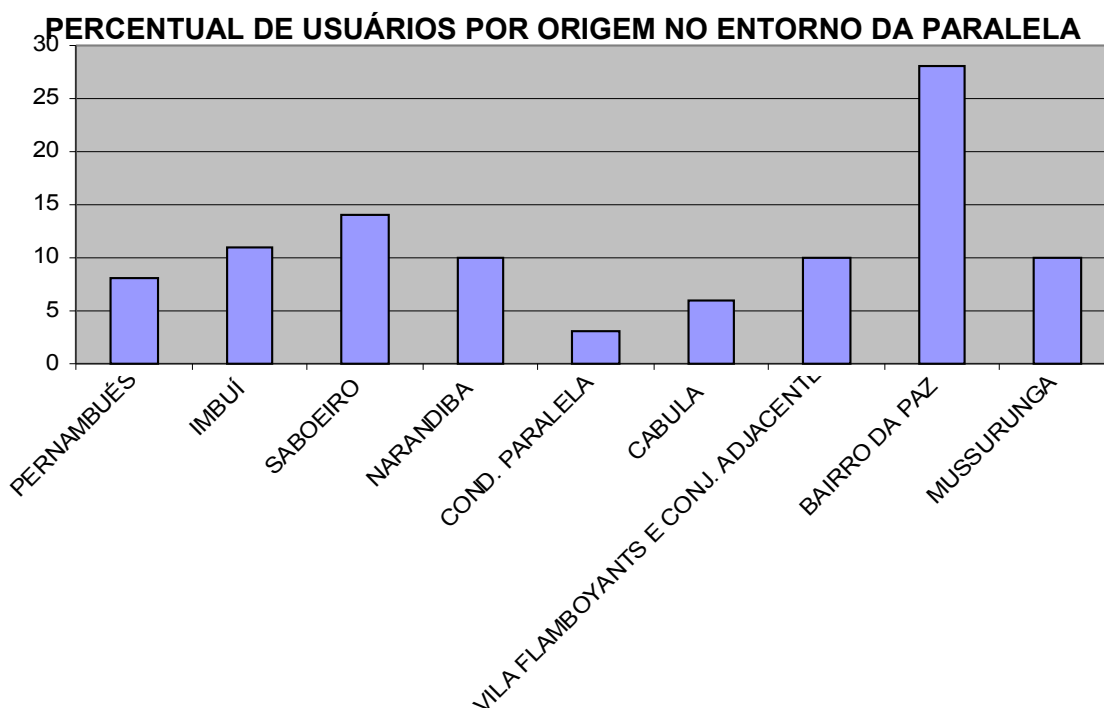
PERCENTUAL DE USUÁRIOS POR LOCAL DE ORIGEM



FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
 ELABORAÇÃO: Claudia Lima

A separação dos dados por duas categorias (entorno da Paralela e outros bairros) foi feita como forma de relacionar os dados coletados com os dados do IBGE apresentados no capítulo 3. Para tanto foi considerada a mesma delimitação geográfica apresentada na Figura 23.

FIGURA 68



FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Cláudia Lima

Os usuários com origem no bairro de Pernambucoés utilizam as áreas 1 e 2. Vinte e cinco por cento dos entrevistados se desloca de carro até o lago do primeiro trecho para praticar nautimodelismo. Vinte por cento treina futebol com a equipe em “campo” improvisado para competir em evento do bairro, neste caso a frequência é semanal e é justificada pela insuficiência de espaços para “jogar bola”. Um entrevistado disse que o lugar é bom, apesar de não possuir trave e não ser completamente plano, porque “é só deles” e “não tem gente de olho”. As outras pessoas ouvidas se dividem em atividades como ciclismo, caminhada, e treino para corridas acessando o canteiro a pé ou de bicicleta.

FIGURA 69



ÁREA 1: treino "secreto" de futebol de moradores de Pernambués, tarde de terça-feira, 2006.
FONTE: Claudia Lima

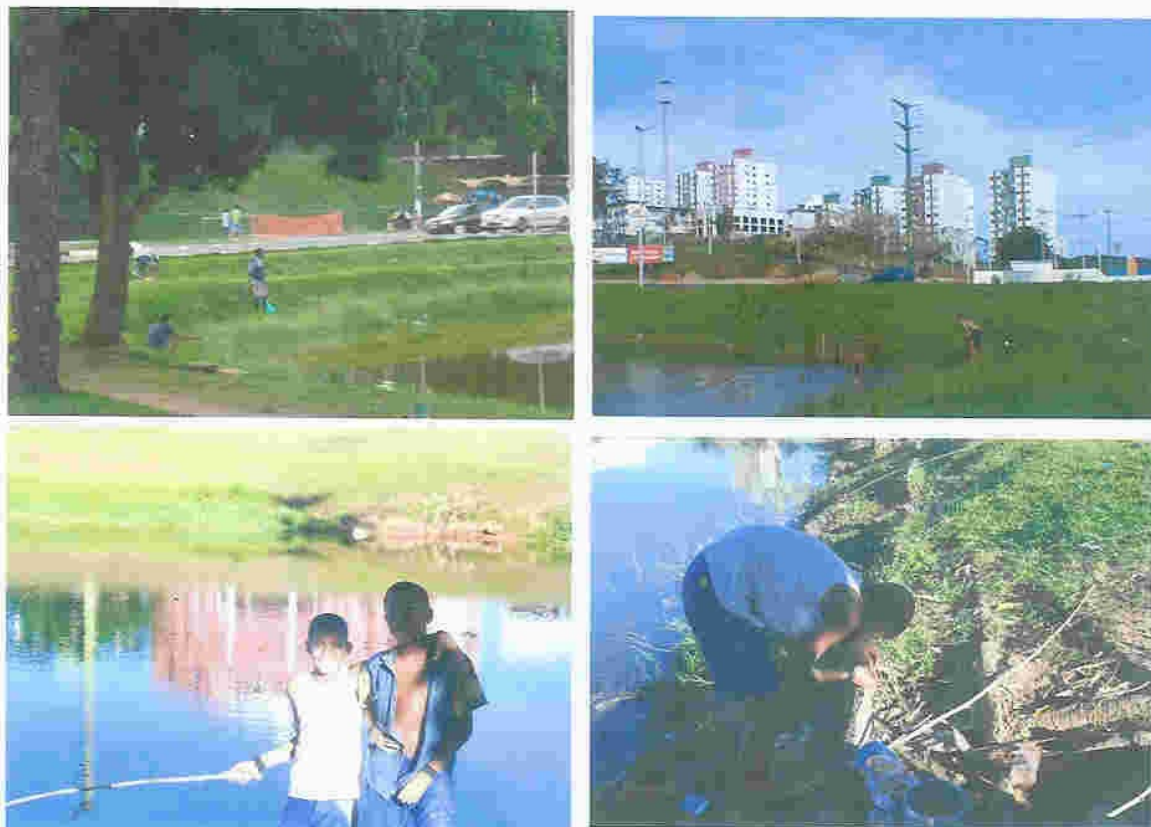
Os entrevistados originários do Imbuí utilizam principalmente o segundo trecho do canteiro para prática de esportes (ginástica, caminhadas e ciclismo). Dezoito por cento utiliza o lago da área 1 para a prática de nautimodelismo, enquanto vinte e sete por cento passeia com a família e leva os filhos para andar de patins, skate ou bicicleta. Quase metade dos usuários do canteiro, apesar de morarem num bairro limdeiro à via, se deslocam através de carros particulares. As outras formas de acesso são a pé ou de bicicleta.

Cinqüenta por cento dos moradores de Saboeiro entrevistados se utilizam do canteiro para banhos no lago, para "entrar em forma" e para "distrair a mente" (área 1). Sendo que 14% destes também vão ao canteiro para contemplar a paisagem e relaxar. A outra metade utiliza a infra-estrutura da área 2. Todos se deslocam a pé ou com bicicleta.

Narandiba é a origem de 10% dos usuários do canteiro central distribuídos da seguinte maneira: 30% no trecho 1, 60% no trecho 2 e o restante no trecho 3. Com exceção dos 20% que vão ao canteiro eventualmente de ônibus, o meio de

deslocamento é a pé. As atividades desenvolvidas são: pesca, banho no lago, caminhada, corrida, contemplação da paisagem, passeios e encontros sociais.

FIGURA 70



ÁREA 1: MORADORES DE SABOEIRO E NARANDIBA UTILIZANDO O LAGO P/ PESCA E BANHO, 2006.
FONTE: Cláudia Lima

As fotografias inferiores da Figura 70 mostram usuários do lago da área 1 do canteiro que passam os domingos no local. Eles saem de casa pela manhã, caminham cerca de trinta minutos e passam o dia “pescando”. Só retornam depois das dezesseis horas. Quando têm dinheiro, voltam de ônibus. Os peixes que eles pescam, quando não usam como isca, devolvem para o lago. Às vezes eles levam lanche, outras vezes recebem dos trabalhadores do posto BR1 ou dos praticantes de nautimodelismo - embora eles façam questão de falar que não pedem nada. O objetivo é passear, brincar e sair de casa, pois no bairro não tem lugar para ficar, “só na rua” (...)“na rua só tem menina chata” (...) “aqui a gente faz o que quer”.

Dentre os entrevistados, quatro usuários se identificaram como moradores do condomínio Paralela Park, localizado na marginal que dá acesso à Avenida Edgar

Santos. Estes relataram que freqüentam o canteiro para a prática de exercícios, se deslocando a pé.

FIGURA 71



COND. PARALELA PARK: Apesar de possuir quadra poliesportiva, quiosque e outros equipamentos este conjunto de edifícios à margem da Av. Paralela se configura como um local de origem de usuários do canteiro central. 2006.
FONTE: Claudia Lima

Os moradores do Cabula utilizam o segundo trecho para a prática de exercícios e vão caminhando.

O conjunto Vila dos Flamboyants e outros no seu entorno correspondem aos usuários mais antigos da área 2, onde praticavam exercícios antes mesmo da implantação de infra-estrutura. De um modo geral se sentem os “descobridores” da Paralela e se referem à área como uma extensão das suas casas, no sentido de posse e direito prioritário de uso.

Os moradores do Bairro da Paz e Mussurunga se restringem a utilização das áreas 3 e 4, se deslocando a pé ou de bicicleta. A maioria usa o espaço para se divertir, sendo a população que mais se identifica com o canteiro, se referindo a ele como "o gramado". Ao contrário dos moradores dos conjuntos habitacionais

próximos à Faculdade Jorge Amado, que têm uma relação de propriedade com o espaço (fato que não deixa de revelar uma intimidade com o lugar), os moradores desses bairros, em geral, tem uma relação afetiva, relacionando a área com a liberdade, com um lugar onde se pode fazer qualquer coisa: conhecer pessoas, passear com a família, se divertir, amarrar a rede no tronco das árvores e passar o dia...

FIGURA 72



ÁREA 4: Domingo em família no "gramado", *pic-nic*, 2007.
FONTE: Claudia Lima

FIGURA 73



ÁREA 4: Namoro à sombra, domingo à tarde, 2007.
FONTE: Claudia Lima

Quando questionados sobre a existência de algum elemento que representasse o canteiro ou a área que estavam utilizando, 45% dos usuários do último trecho indicaram o “pé de jamelão”, enquanto 18% citou o sentimento de paz. Cerca de 3% relacionou o espaço ao ruído e 5% aos carros.

A importância dessa árvore frutífera foi constatada em uma tarde de abril de 2006 quando foi registrada a presença de mais de cem pessoas, de idade e sexo variados, coletando jamelão, brincando de “guerra” com o fruto, assemelhado a azeitona preta, que deixa uma marca roxa na roupa da pessoa atingida, jogando bola, conversando e brincando sobre a sombra da copa densa dessa vegetação. Esse cenário se repete, segundo os presentes, entre os meses fevereiro e maio, mas é no mês de abril que há uma maior produção de frutos e conseqüente aumento no número de freqüentadores do local.

FIGURA 74



FIGURA 75



ÁREA 4: fumando maconha e colhendo Jamelão, tarde de sexta-feira. 2007.
FONTE: Claudia Lima

Os conflitos relatados por usuários desse trecho se referem basicamente aos “campos de futebol” localizados em área em frente ao bairro da paz. Existem dois grupos que são “donos” destes espaços e estabelecem uma relação de poder e mando sobre quem pode ou não jogar bola ali. Neste mesmo local foi presenciado o consumo de drogas livremente. 60% dos entrevistados acima de 40 anos afirmaram ter receio que as crianças brinquem nesse ponto específico, embora achem o canteiro central um lugar melhor e mais seguro para as crianças em relação as ruas do bairro.

FIGURA 76



ÁREA 4: Jogando bola e assistindo o "baba" à sombra do Jamelão, tarde de sexta-feira, 2007.
FONTE: Claudia Lima

Apesar da maioria dos entrevistados (72 %) residir na área de influência local, o entorno da Avenida Paralela, foi possível identificar usuários do canteiro com vindos de diversas partes da Cidade, conforme mostra o Quadro 02 que ainda aponta a atividade realizada.

QUADRO 02 - Nº de usuários p/ bairro de origem fora do entorno da Paralela

BAIRRO DE ORIGEM	ÁREA DO CANTEIRO	NÚMERO DE PESSOAS	ATIVIDADE
SARAMANDAIA	1	2	Caminhada, pesca
	2	2	Caminhada, ciclismo
SUSSUARANA	2	5	Caminhada, estar
SÃO MARCOS	2	5	Caminhada, estar, passeio c/ a família
	3	1	Passeio c/ animal de estimação
	4	1	Corrida
PAU DA LIMA	2	4	Caminhada, corrida, ciclismo
	4	2	Corrida
ITAPUÃ	1	1	Rapel
MARECHAL RONDON	2	1	Estar, caminhada
FAZENDA GRANDE	2	2	Caminhada, corrida
LIBERDADE	2	1	Estar (c/ namorada)
CAMINHO DAS ÁRVORES	1	3	Nautimodelismo, passeio c/ a família, Rapel
PITUBA	1	5	Nautimodelismo, Rapel
	2	4	Caminhada, passeio c/ a família, Mountain Bike
CANDEAL	2	2	Mountain Bike
NORDESTE DE AMARALINA	2	1	Leitura, estar
RIO VERMELHO	1	2	Nautimodelismo, Rapel
ONDINA	1	1	Rapel

FONTE: Dados obtidos da pesquisa de campo realizada entre fev. de 2006 a fev. de 2007
ELABORAÇÃO: Claudia Lima, 2007.

Vale ressaltar que esse dado é significativo apenas para demonstrar que a área de influência do canteiro central extrapola a esfera local e que a sua atratividade está relacionada a diversos fatores. Entre eles os mais significativos são: a existência de características físicas e de infra-estrutura específicas para desenvolvimento de atividades como Mountain bike, rapel e nautimodelismo e a proximidade com a área em relação a outros equipamentos.

Os moradores de Saramandaia se deslocam a pé ou de bicicleta. O entrevistado que faz prática de pesca no lago da área 1 tem a mesma justificativa que os demais para utilizar o canteiro central da Avenida Paralela: é o lugar mais próximo que permite a prática da atividade.

As pessoas originárias de Sussuarana e de São Marcos são as que fazem menor deslocamento dentro do grupo de origem fora do entorno da Paralela.

Enquanto as pessoas do primeiro bairro se deslocam a pé, cerca de 30% do segundo utilizam veículo automotor próprio. São Marcos juntamente com Pau da Lima, pelos dados, são os bairros fora do entorno que mais sofrem influência do canteiro, utilizando principalmente a área 2.

As pessoas de origem nos bairros de Itapuã, Caminho das Árvores, Pituba, Candeal, Rio Vermelho e Ondina utilizam o canteiro central da Paralela para atividades esportivas específicas, que encontram no local características ideais para praticá-las, como é o caso de rapel e *mountain bike*.

O grupo de Nautimodelismo tem membros que freqüentam o canteiro central desde 1986, quando observaram que as características do lago eram boas para o desenvolvimento da atividade. Desde então o grupo passou a se deslocar para lá, estacionando seus veículos no posto de abastecimento de combustíveis BR 1, do qual eles também usam a loja de conveniências para a compra de lanches e bebidas. Segundo a comunidade do grupo no *orkut* (site de relacionamentos da Internet) o lugar é o preferido na cidade.

FIGURA 77



ÁREA 1: lago em frente ao Imbuí é considerado o melhor lugar da cidade para a prática de nautimodelismo, 2007.

FONTE: Claudia Lima

Na época da implantação do paisagismo da Avenida Luiz Viana, concluída em 1981, foram introduzidos peixes nos dois lagos formados pelo afloramento do lençol freático. Essa condição não interfere no nautimodelismo que consiste na montagem de barcos motorizados, de controle remoto, movidos à combustível. A prática desta

atividade requer uma dedicação e envolvimento grande fazendo com que as famílias queiram participar juntamente com os praticantes. Durante a pesquisa de campo, seja através de observação participativa ou aplicação dos questionários, foi possível constatar a presença de esposas, filhos e netos dos praticantes que se encontram aos sábados à tarde. Segundo os entrevistados às vezes as famílias combinam de fazer *pic-nic* no local, que se torna uma área de estar, de encontros de amigos.

A prática de rapel, modalidade de esporte radical, consiste na utilização de cabos para descida de obstáculos. No caso do grupo praticante da Avenida Paralela, o obstáculo é a passarela localizada em frente ao Extra Supermercado. A atividade é desenvolvida em horários predefinidos sempre aos finais de semana, havendo uma rotatividade de pessoas, o que implica numa diversidade de bairros de origem dos esportistas. O local é referência do rapel urbano em Salvador por conta de ser um dos pontos mais elevados e de ter livre acesso, tendo sido "descoberto" a oito anos.

Os praticantes de *mountain bike* não precisam de grupo para a prática do esporte, eles justificam a escolha da Avenida Paralela pela existência de obstáculos devido ao relevo, pela extensão e pela inexistência de locais com condições similares dentro do perímetro urbano.

Os demais usuários do canteiro central com origem em bairros fora do entorno da Paralela utilizam ônibus, moto ou carro particular como forma de transporte e justificam a viagem citando a beleza e apazibilidade do lugar que conta com bancos e áreas arborizadas, além de fonte luminosa na área do monumento ao Dep. Luiz Eduardo Magalhães.

Em visita ao terreiro Ilê Assipiá (Área de Proteção Cultural e Paisagística desde 2000) no entorno da Avenida Paralela, conversando com a "filha de santo" Terezinha, foi possível ter conhecimento sobre a prática de rituais de candomblé (culto religioso de origem africana), identificados no canteiro central através da presença de materiais utilizados, como galinhas mortas, farinha, milho, vasilhas de barro, gamelas de madeira, velas, entre outros. Nenhuma pessoa que utiliza o canteiro para este fim foi entrevistada, pois não foram encontradas, sendo necessário buscar uma fonte externa. Segundo Terezinha, a área de estudo oferece

condições ideais para realização de "trabalhos" para alguns santos de candomblé, uma vez que esta religião tem uma forte relação com a natureza. Desta forma o canteiro central atrai adeptos desta religião de várias partes da cidade.

5 - CONCLUSÃO

A realização da pesquisa *Paralela em Movimento: um estudo sobre a apropriação do espaço público do canteiro central da Avenida Luís Viana* fornece base para a inferência de algumas considerações importantes. O ponto de partida balizador do trabalho foi a análise do processo de desenvolvimento da área entorno da Avenida Paralela e as formas de apropriação do canteiro central da via pela população urbana.

A partir daí as informações e análises delinearam um caminho de confirmação da hipótese decorrente da constatação de que a utilização do canteiro central da via é crescente e advém da insuficiência de espaços públicos nos bairros de origem, os quais, quando existem, geralmente não satisfazem os moradores, seja por inadequação, falta de manutenção, insegurança ou por serem considerados como um espaço que foi implantado pelo poder público "só para constar".

Com relação ao Planejamento Urbano foi verificada a ineficácia deste como instrumento de resposta às necessidades básicas da população. Este fato se deve a falta de interação entre os atos de pensar e agir, ou seja, os Planos não são executados como são pensados.

Uma abordagem complexa e global, que não ignore a necessidade de desconstruir as representações dominantes sobre a cidade e nem a necessidade de construção de uma nova simbologia engajada a uma práxis democrática, pode ser vista então como uma alternativa no modo de pensar e construir o espaço urbano.

A construção de um novo paradigma urbano faz parte da luta por uma nova sociedade, mas enquanto tal interessa destacar aqui a sua especificidade. Não se trata de acreditar no potencial transformador da soma de propostas setoriais, mas muito de acreditar que, apesar dos determinantes em última instância, há sempre a dimensão do universal no particular. É aí que o cotidiano é reconhecido e abre a oportunidade de remeter a consciência a maiores vãos. A definição de projetos transformadores da experiência do dia-a-dia ocupa um lugar fundamental na construção da utopia (MARICATO, 2000:169).

A produção e apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também reafirma e reproduz. É com esse papel

ativo, de reflexo e reprodutor de conflitos sociais que o ambiente construído cotidianamente em espaços como o canteiro central da Avenida Paralela deve ser encarado: o espaço não deve ser visto apenas como elemento de conjunção ou disjunção, dentro de uma compreensão superficial do ambiente urbano, mas sim como espaço da conexão, a partir da lógica conectiva defendida por Morin. Daí a importância de não sufocar o conflito, mas, ao contrário, criar condições para sua emergência e conhecimento e abrir espaços para o exercício democrático da política.

(...)Se o sentido da política é a liberdade, então isso significa que nós, nesse espaço (público) e em nenhum outro, temos de fato o direito de ter expectativa de milagres. Não porque acreditemos religiosamente em milagres, mas porque os homens, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no cotidianamente, quer saibam disso ou não (ARENDR, 1993: 122).

Assim, o espaço desse acontecer democrático e libertário é o espaço público, é o espaço livre apropriado, fruto da necessidade do indivíduo-sociedade traduzir seus desejos e carências através da construção simbólica da sua relação com o lugar.

Desta forma, o referencial teórico-conceitual fundamentado nos pressupostos da Geografia Humanística e Cultural, favoreceu a uma análise objetiva e subjetiva do tema em foco, com base nos acontecimentos histórico-sociais, nos valores, significados e expectativas da população que se apropria através da vivência e experimento cotidiano deste espaço.

A metodologia fundamentou-se em estratégias variadas, como: estudo bibliográfico e documental, observação não-estruturada, vivências em reuniões de grupos sociais, aplicação de questionários com os usuários do canteiro central, contribuindo para o processo de construção da pesquisa. Embora em alguns momentos tenha ficado clara a necessidade de ampliar o trabalho empírico, a metodologia inicialmente traçada foi capaz de alcançar o objetivo proposto.

A partir do esforço de enxergar e compreender as reverberações do processo de Planejamento Urbano Moderno no Brasil e sua relação com o Espaço Público na Cidade Real é possível concluir que: o que se faz em território restrito e limitado geralmente ganha foros de universal no discurso do plano. Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos

não contam para o mercado. Durante o período do regime militar a repressão direta dispensou as artimanhas usadas no processo de persuasão (MARICATO, 2000: 166), enquanto no período pós-64 o discurso social, na maioria das vezes, encobre a prática administrativa anti-social (VILLAÇA, 1999, 198). A construção de uma nova matriz urbanística passa pela eliminação da distância do planejamento urbano e gestão, no entanto deve-se ter cuidado para não cair mais uma vez na ilusão de uma cidade ideal que mascara os reais interesses da cidade real.

Contudo, pensar a cidade não deve ser um ato pessimista. Por exemplo, as experiências passadas de planejamento não devem ser descartadas ou negadas: o importante é não apenas o documento que se escreveu, mas o próprio processo de elaboração de planos, que tem efeitos positivos como o aumento do conhecimento da realidade que se pretende planejar e a disseminação de idéias sobre os problemas da cidade e como ela deveria funcionar. Mesmo que no momento político da realização do planejamento, as informações não sejam compartilhadas e/ou sejam dissimuladas, a história se encarrega de mostrar no futuro as idéias estudadas e propostas, e se torna possível identificar na experiência passada tanto os erros quanto os acertos, consistindo em aprendizado.

No que se refere ao espaço público, a cidade planejada deixou como herança a configuração de espaços livres nos lotes, onde as edificações ficam isoladas em meio a espaços não construídos. Claro que este conceito de lote não corresponde às construções ilegais, as quais não obedecem a parâmetros urbanísticos normativos pela própria escassez espacial, e mesmo quando ocorre na cidade legal o espaço livre é privado. A conclusão é que nada substitui o espaço público compreendido como espaço da ação política e este é de interesse da sociedade como um todo, mesmo que mascarado pela necessidade de utilização de parques e praças para fins esportivos, para ter contato com o verde com a natureza... Assim, o uso do espaço público pode ser colocado como uma necessidade subjetiva de vivenciar, construir e compartilhar o espaço urbano.

Ao trazer essas considerações para Salvador fica evidente a polarização de cidades dentro da Cidade, a qual é marcada, desde sua implantação, por um processo de produção espacial excludente. Desta forma, ao direcionar o olhar para o entorno da Avenida Paralela abre-se uma janela para esta Cidade.

É verificada então a deficiência (ou inexistência?) de um sistema de espaços livres públicos condizente com a realidade da população de Salvador, a partir do momento em que foi constatada uma insuficiência de espaços para fins de lazer, recreação, esporte e cultura, capazes de abarcar a necessidade da população estudada de vivenciar um espaço de alteridade, onde as relações sociais são construídas a partir dos conflitos e negociações cotidianas.

Dessa necessidade, acredita-se, que advem a apropriação do canteiro central pela população, que transcende sua característica física de elemento separador das duas pistas, desta que é a maior Avenida de Salvador, símbolo de caminho a ser trilhado em busca do futuro da cidade.

À guisa de síntese é importante pontuar que pensar em qualquer intervenção no canteiro central da Paralela:

É pensar em consolidar a diversidade de usos nesse lugar, corredor verde que margeia várias aglomerações populacionais que em função da carência da cidade de espaços públicos se apropriam desta área como forma de lazer;

É pensar que se pode preservar este espaço enquanto área de integração social e não apenas enquanto reserva de espaço para expansão da via;

É pensar que o espaço público aproveitado como coletivo inteligente, como diz Pierre Lévy, é um rumo à dinâmica para cidade democrática;

É contrapor-se à superficialidade das relações humanas a partir do enraizamento da proposta com o terreno, com a cidade e com aqueles que nela vivem ou passam;

É pensar que a dinâmica urbana de Salvador por ser marcada por uma ampla pobreza e deficiência nos vários campos do existir, tem condições conflitantes frente às perspectivas colocadas na atualidade para a qualidade da existência humana;

É saber que apesar das muitas propostas dos segmentos sociais organizados – feitas de maneira formal através de projetos, pesquisas, seminários, painéis etc. ou mesmo informais através de debates e discussões –, o quadro da cidade muda muito pouco, porque as transformações estão atreladas a projetos políticos de poder que permeiam toda a dinâmica governista de dominação. Por outro lado, também tem que se considerar que não sendo a realidade linear, a sociedade civil

organizada é uma aliada na luta pela cidadania com quem os fomentadores podem contar com a luta em prol de mais harmonia ambiental para esta cidade;

Ainda tomando como suporte a teoria da complexidade de Edgard Morin, deve-se considerar que projetos de transformação social passam por um contexto conjuntivo construído à duras penas por quem acredita no ideal de uma sociedade mais justa, porque sabe-se também que "se faz caminho ao caminhar" (se hace camino al andar) como diz o poeta espanhol Antônio Machado, e é nesta perspectiva que esta dissertação é vista como uma semente que poderá ser um fruto a ser semeado no terreno fértil dos que arquitetam o amanhã...

E se este trabalho for capaz de fazer com que as pessoas que a ele tiverem acesso olhem com outros olhos os espaços livres urbanos como o canteiro central da Avenida Luís Viana, ele já terá valido a pena...

6- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha** e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: EDUSP, 2001.

ARENDT, Hannah. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BAHIA, Governo do Estado. CONDER. **Base cartográfica do quadro ambiental da região metropolitana de Salvador**. Salvador, [1999].

BAHIA, Governo do Estado. SUCAB. **Estudos do CAB: Diagnóstico da Situação Atual e Estratégia de Ocupação**. Salvador, 1996.

BAHIA, Governo do Estado. SUCAB. **Implantação do projeto paisagístico do CAB**. Salvador, 1975.

CALLAI, Helena Copetti. **Geografia: um certo espaço, uma certa aprendizagem**. São Paulo: USP, 1995.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, Edmilson. **O que se passa no centro histórico de Salvador?** Salvador: DEB – CENPS, 1985.

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA; Roberto Lobato (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EDURJ, 2004.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA; Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDURJ, 1998.

DAMIANI, Amélia. **Geopolítica do ambiente urbano**: a integração da população ao estado. Rio de Janeiro, AGB:1993.

GAZERDIN, Maria Aruane Santos. **A negação da figura e a legalização do vazio**; urbanismo moderno, arte e espaço público em Salvador, Bahia, 1935/1974. Tese (Doutorado en Espacio Público y Regeneración Urbana) – Faculdade de Belas Artes, Universidade de Barcelona, Barcelona: 2004.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Base de informações por Setor Censitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho,

JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

KLIASS, Rosa Grená. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

LAGE, Creuza Santos. Questões ambientais urbanas: o caso de Salvador. In: LAGE, Creuza, PROST, Catherine, BRAGA, Hilda (orgs.). **Estratégias ambientais e territoriais**. Salvador: MGEO, 2006.

LAGE, Creuza Santos. **Refletindo sobre o projeto de pesquisa em geografia**. Salvador: C.S. Lage, 2002.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEIRO, Augusto César Rios. **Lazer e educação nos parques públicos de Salvador**: encontro de sujeitos em espaços de cidadania. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2001.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do cyberspaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIMA, Claudia B. V. **Paralela em perspectiva**: uma proposta de uso para o canteiro central da Avenida Luís Viana Filho. (Trabalho Final de Graduação). Salvador: UFBA, 2001.

LUCAS, Peter. Direitos humanos e espaços públicos. **Pátio revista pedagógica**. Porto Alegre, 19: 22-25, jan. 2002.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. In: **Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios**, v. 7, São Paulo: FAUUSP, 1994.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora de lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PORTO, Edgar. **A Descentralização Espacial de Salvador**. Salvador, 1999, 9p. (Mimeografado)

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 2002.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 1985.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Centro de Planejamento Municipal. **Modelo de Uso e Ocupação do Solo para Áreas adjacentes à Avenida Paralela**: APRN do Jaguaribe. Salvador, 1995.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Parque setorial do rio Trobogy**: estudo preliminar. Salvador, 1983.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **Projeto funcional av. Luís Viana Filho (Paralela)**. Salvador, 1999.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas Urbanas**: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto: 1999.

SANTOS, Milton Almeida. A cidade pede um novo urbanismo. **Jornal A Tarde**, Salvador, caderno 2, p. 8, 29.03.1999.

SANTOS, Milton Almeida. **Espaço & método**. São Paulo: Método, 1985.

SANTOS, Milton Almeida. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton Almeida. Espaço, território, espaço virtual. In MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Pensar – Pulsar**. São Paulo: Educação N.T.C., 1996.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Ângelo. Por uma nova paisagem habitacional. In: **Arquitetura e urbanismo**. São Paulo: PINI, Abr/Mai 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UMK Arquitetos, ARQPLAN. **Patamares 2000 – Plano Piloto**. Salvador, s.d.

V&S ENGENHEIROS CONSULTORES S/C. **Diagnóstico ambiental Alphaville Salvador**. V I. Salvador, 2000.

VILLAÇA, Fernando. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C, SCHIFFER, S. **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

YÁZIGI, Eduardo. **Deixe sua Estrela Brilhar**: criatividade nas ciências humanas e no planejamento. São Paulo: Plêiade, 2005.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.